



Patrimônio e valor cultural na periferia:

O bairro de Rio Doce em Olinda como possível patrimônio municipal?

Aluna: Dominique Porto Salvattore
Orientadora: Prof^a Dr^a Renata Campello Cabral

DOMINIQUE PORTO SALVATTORE

**PATRIMÔNIO E VALOR CULTURAL NA PERIFERIA: O BAIRRO DE RIO DOCE
EM OLINDA COMO POSSÍVEL PATRIMÔNIO MUNICIPAL?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE) como requisito à obtenção do título de
bacharela em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora Prof^ª Dr^a: Renata Campello Cabral

**RECIFE
2022**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Porto Salvattore, Dominique .

Patrimônio e valor cultural na periferia: o bairro de Rio Doce em Olinda
como possível patrimônio municipal? / Dominique Porto Salvattore. - Recife,
2022.

120 p. : il.

Orientador(a): Renata Campello Cabral

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo -
Bacharelado, 2022.

Inclui referências, apêndices.

1. Rio Doce. 2. Patrimônio. 3. Valor Cultural. 4. Periferia. I. Campello
Cabral, Renata. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

AGRADECIMENTOS

À minha família: Socorro, Liege e Madge. À Dona Socorro, uma mulher forte e à frente de seu tempo, agradeço pela minha infância feliz e por tanto amor, zelo e cuidado para que eu me tornasse quem sou hoje. À Liege, minha mãe, com quem eu me pareço tanto, agradeço por ter sido durante toda a minha vida um alicerce, por ter me ensinado a respeitar o próximo e a ter a liberdade de ser quem eu quisesse ser. À minha tia, Madge, minha maior inspiração e apoiadora, a quem devo a faísca da vontade que me moveu até aqui, por ver o quanto a educação pode transformar vidas.

À Bruno Alves, por todo apoio durante essa caminhada. Por ter sido o meu maior sinônimo de acolhimento. Por nunca ter medido esforços para me ajudar em qualquer situação. Por ter sido, também, um dos meus maiores incentivadores e por ter acreditado em mim até mesmo quando eu não acreditei.

Aos meus amigos de curso, aos que participaram dos mesmos GEs que eu, mas, em especial à Antonio, Marina Sá, Eduarda, Marina Holanda e Mônica. Pessoas incríveis que tive o privilégio de conhecer e que dividiram comigo os bons e os maus momentos. A rede de apoio para passar por essa etapa tão importante e difícil, chegando até aqui. Novamente, pessoas que quero ter para sempre ao meu lado. Agradeço, também, a minha amiga Malu, por sempre estar aqui torcendo e acreditando em mim. Malu, você não sabe a força que o apoio de uma pessoa que admiro tanto como você teve na minha vida. Muito obrigada! Obrigada, ainda, a Matique, pela amizade e parceria em todos os momentos da vida e do curso, e por termos tido a oportunidade de compartilhar não somente o colégio, mas essa etapa desafiadora da graduação, com mais leveza.

Agradeço à minha orientadora, Renata Cabral, por ter me acompanhado em todas as minhas dúvidas e dificuldades, e, acima de tudo, por ter abraçado essa ideia tão importante pra mim de concluir meu curso estudando sobre o bairro em que nasci e fui criada. Suas aulas foram muito inspiradoras e me fizeram enxergar muitas coisas que eu tinha como certezas, com outros olhos. Muito obrigada!

Agradeço, também, aos demais professores do curso de Arquitetura e Urbanismo, que fazem a Universidade Federal de Pernambuco ser o que ela é, uma das melhores universidades do Brasil. Agradeço, ainda nesse sentido, à educação pública como um todo, que viabilizou meu acesso a um curso superior.

Meus agradecimentos também aos profissionais do serviço público da cidade de Olinda, em especial aos que trabalham no Arquivo Público Municipal, sempre muito solícitos e interessados na pesquisa que eu estava desenvolvendo. Eles também conseguiram ver a dimensão da necessidade de um estudo sobre a periferia de Olinda, aqui representada por Rio Doce. À vocês, meu muito obrigada.

Agradeço imensamente ao bairro de Rio Doce, meu lar, minha casa. Agradeço por ter a oportunidade de contar um pouco da história desse lugar que, para mim, é incrível e tão rico. Agradeço a Rio Doce por ter sido minha casa e da minha família há tantas décadas. Me criei andando pelas ruas do bairro, conhecendo todos os meus vizinhos e brincando descalça na rua, jogando bola e pulando corda. Tive a oportunidade de, em Rio Doce, ter tido uma infância que hoje raramente se encontra. Infância maravilhosa que, para mim, não poderia ter sido em outro lugar que não Rio Doce. Aproveito o agradecimento ao bairro, para também agradecer a duas amigas queridas que Rio Doce me deu: Maria e Polly. Obrigada por, apesar da distância, sempre estarem aqui e serem uma parte importante de mim.

Agradeço, por fim, pela oportunidade de estar viva, de ser feliz e de realizar sonhos que, há alguns anos, me pareciam difíceis ou impossíveis. Aguardo ansiosa pelas próximas etapas que o fim deste ciclo me proporcionará.

RESUMO

A preservação do patrimônio cultural brasileiro vem sendo bastante discutida desde a década de 1920, se intensificando na década de 1930 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), objetivando a salvaguarda federal deste. O conceito de patrimônio, até então pouco abrangente, sofre uma expansão com a Constituição Federal de 1988, na redemocratização pós ditadura militar, que passa a reconhecer bens de natureza material e imaterial, individualmente ou em conjunto, relacionados à identidade e memória dos diferentes grupos sociais formadores da sociedade brasileira. Entretanto, mesmo após mais de três décadas, a visão de patrimônio continua sendo amplamente pautada em cânones estilísticos e numa ideia de bem patrimonial que contribuiu para uma ideia de nação homogênea, mestiça, que se acreditava bem representada pela arquitetura colonial barroca. Os temas atrelados ao cotidiano, como a habitação social e os conjuntos habitacionais, por exemplo, possuem pouca representatividade na discussão sobre o patrimônio, uma vez que não dialogam com essas formas. No âmbito deste trabalho, o patrimônio e os valores culturais serão trabalhados levando em consideração a periferia, através das ideias explicitadas no texto do Prof. Ulpiano T. Bezerra de Meneses “*O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*”, onde são elencados valores compositivos do valor cultural, como os valores cognitivo, afetivo, formal e pragmático. O objeto de estudo, o bairro de Rio Doce, em Olinda, se consolidou na década de 1960, em plena ditadura militar, através da construção de um grande conjunto habitacional. Hoje, configura o maior e mais populoso bairro de Olinda. Poderia esse lugar periférico ser dotado de valor cultural que justifique em alguma medida sua conservação? Nessa investigação, revisões bibliográficas, pesquisas em acervo, visitas de campo, e aplicação de formulários serão adotadas, a fim de elucidar essa questão.

Palavras-chave: Rio Doce, Patrimônio, Valor Cultural, Periferia.

ABSTRACT

The preservation of Brazilian cultural heritage has been widely discussed since the 1920s, intensifying in the 1930s with the creation of the National Historical and Artistic Heritage Service (SPHAN), aiming at its federal safeguard. The concept of heritage, until then not very comprehensive, underwent an expansion with the Federal Constitution of 1988, in the post-military dictatorship redemocratization, which began to recognize goods of a material and immaterial nature, individually or jointly, related to the identity and memory of different groups. social formations of Brazilian society. However, even after more than three decades, the vision of heritage continues to be largely based on stylistic canons and an idea of heritage property that contributed to an idea of a homogeneous, mestizo nation, which was believed to be well represented by Baroque colonial architecture. Themes linked to everyday life, such as social housing and housing projects, for example, have little representation in the discussion about heritage, since they do not dialogue with these forms. In the scope of this work, the heritage and cultural values will be worked taking into account the periphery, through the ideas explained in the text of Prof. Ulpiano T. Bezerra de Meneses "The field of cultural heritage: a review of premises", where compositional values of cultural value are listed, such as cognitive, affective, formal and pragmatic values. The object of study, the neighborhood of Rio Doce, in Olinda, was consolidated in the 1960s, during the military dictatorship, through the construction of a large housing complex. Today, it is the largest and most populous neighborhood in Olinda. Could this peripheral place be endowed with cultural value that somehow justifies its conservation? In this investigation, literature reviews, collection research, field visits, and application of forms will be adopted in order to elucidate this issue.

Key words: Rio Doce, Heritage, Cultural Value, Periphery.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Capela de Santana, Rio Doce. Início do século XX.....	21
Imagem 02: Capela de Santana, Rio Doce. 2022.....	22
Imagem 03: Banhistas na praia de Olinda. Primeira década do século XX.....	23
Imagem 04: Casas e jangadas na beira mar - Praia de Olinda, início do século XX.....	24
Imagem 05: Casebre e cajueiro. Bairro de Rio Doce, 1953.....	25
Imagem 06: Vista aérea da I etapa de Rio Doce, década de 1990.....	33
Imagem 07: Unidade de Saúde da Família (USF) Asa Branca, Rio Doce, III etapa.....	34
Imagem 08: Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Rio Doce, IV etapa. 2022.....	34
Imagem 09: Escola Técnica Estadual (ETE) Chico Science, Rio Doce, 2022.....	35
Imagem 10: Pista de cooper da Vila Olímpica de Rio Doce, III etapa, 2022.....	36
Imagem 11: Área coberta e campo de futebol na Vila Olímpica de Rio Doce, III etapa, 2022.....	37
Imagem 12: Campinho de futebol na área do Estádio Municipal Grito da República, Rio Doce, II etapa, 2022.....	37
Imagem 13: Banda Orla Orbe em sua primeira apresentação no III Rio Doce Festival com Música e Esporte, 1987.....	39
Imagem 14: Ocupações informais às margens de curso d'água, Rio Doce, 2022...	42
Imagem 15: Frente das ocupações informais situadas às margens de curso d'água, Rio Doce, 2022.....	42
Imagem 16: Avenida Asa Branca, na Comunidade Beira-Mangue, Rio Doce, 2022.....	43

Imagem 17: “Beco da Marinete”, via bastante conhecida no bairro de Rio Doce. Comunidade Beira-Mangue, Rio Doce, 2022.....	44
Imagem 18: Planta baixa do anteprojeto de uma casa unifamiliar com dois quartos na III etapa de Rio Doce, 1971.....	48
Imagem 19: Vista frontal do anteprojeto de uma casa unifamiliar com dois quartos na III etapa de Rio Doce, 1971.....	49
Imagem 20: Planta baixa do anteprojeto de uma casa unifamiliar com três quartos na III etapa de Rio Doce, 1971.....	49
Imagem 21: Vista lateral do anteprojeto de uma casa unifamiliar com três quartos na III etapa de Rio Doce, 1971.....	50
Imagem 22: Planta baixa de casa unifamiliar, conjunto habitacional Rio Doce, II etapa.....	51
Imagem 23: Casa original da COHAB, Rua das Margaridas, Rio Doce, II etapa, 2022.....	51
Imagem 24: Modificações mais frequentes realizadas pelos moradores nas casas: adição de um quarto, aumento e gradil do terraço.....	52
Imagem 25: Casa da COHAB modificada, Rua das Margaridas, Rio Doce, II etapa.....	52
Imagem 26: Edifícios da COHAB na IV etapa de Rio Doce, no modelo “quadra aberta”. 2022.....	54
Imagem 27: Detalhe do térreo de um edifício da COHAB na IV etapa de Rio Doce, no modelo “quadra aberta”. 2022.....	54
Imagem 28: Edifícios da COHAB na IV etapa de Rio Doce, modificação com a separação do público-privado. 2022.....	55
Imagem 29: Edifícios da COHAB na IV etapa de Rio Doce, modificação com o gradil de espaço antes público para criação de garagens. 2022.....	55

Imagem 30: Detalhe da racionalização do traçado urbano, bairro de Rio Doce, III etapa (Mapa 05).....	56
Imagem 31: Praça, I etapa de Rio Doce, 2022.....	57
Imagem 32: Parquinho em praça, III etapa de Rio Doce. 2022.....	58
Imagem 33: Traçado urbano, bairro de Ouro Preto, Olinda, 2013.....	59
Imagem 34: Traçado urbano, bairro de Vila União, Goiás, 2022.....	60
Imagem 35: Traçado urbano, bairro de Vila Alvorada, Goiás, 2022.....	60
Imagem 36: Exemplo de formas arquitetônicas aceitas pelo <i>Discurso Autorizado de Patrimônio</i> . Igreja de São Francisco de Assis e Igreja de Nossa Sr ^a do Carmo, Mariana - Minas Gerais, 2018.....	65
Imagem 37: Exemplo de formas arquitetônicas aceitas pelo <i>Discurso Autorizado de Patrimônio</i> . Paraty - Rio de Janeiro, 2020.....	65
Imagem 38: Academia da terceira idade, Vila Olímpica, Rio Doce.....	85
Imagem 39: Ginásio da Vila Olímpica, Rio Doce, III etapa, 2022.....	85
Imagem 40: Condomínio Duarte Coelho, I etapa de Rio Doce, 2022.....	91
Imagem 41: Condomínio Terezinha Figueirôa, I etapa de Rio Doce, 2022.....	92
Imagem 42: Condomínio Vila Esmeralda, ainda em construção. III etapa de Rio Doce, 2022.....	92
Imagem 43: Condomínio Parque Recanto do Farol, III etapa de Rio Doce, 2022.....	93
Imagem 44: Terminal de ônibus de Rio Doce, IV etapa, 2022.....	98
Imagem 45: Feira de Rio Doce, I etapa, 2022.....	99

Imagem 46: Situação do mercado da feira de Rio Doce, I etapa de Rio Doce, 2022.....	99
---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Núcleo inicial da cidade de Olinda, início da expansão balneária, 1920...	20
Mapa 02: Núcleo central de urbanização de Olinda, sentido da expansão urbana e Av. Rio Doce.....	23
Mapa 03: Mapa do município de Olinda, produzido pela diretoria do Serviço Geográfico do Ministério da Guerra, 1960.....	26
Mapa 04: Rio Doce I e II etapa.....	30
Mapa 05: Rio Doce III etapa.....	31
Mapa 06: Rio Doce IV etapa.....	32
Mapa 07: Rio Doce V etapa.....	32
Mapa 08: Ocupações informais, bairro de Rio Doce.....	41
Mapa 09: Regiões político-administrativas do município de Olinda.....	46
Mapa 10: Zoneamento do município de Olinda.....	47
Mapa 11: Espaços públicos do bairro de Rio Doce.....	57
Mapa 12: Novos residenciais que possam ter vínculo com os programas atuais do governo relacionados a habitação.....	90
Mapa 13: Eixos comerciais, área majoritariamente habitacional e equipamentos especiais do bairro de Rio Doce.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Significado do bairro de Rio Doce, segundo os respondentes do formulário.....	73
Gráfico 02: Opinião dos respondentes sobre se as pessoas do bairro de Rio Doce formam uma comunidade.....	74
Gráfico 03: Percentual correspondente aos respondentes que se sentem, ou não, parte da comunidade do bairro de Rio Doce.....	75
Gráfico 04: Percentual de respondentes que se mudariam, ou não, do bairro de Rio Doce.....	75
Gráfico 05: Motivos mais citados pelos quais os respondentes se mudariam ou não do bairro de Rio Doce.....	76
Gráfico 06: Percentual de respondentes que consideram, ou não, que os laços afetivos com o bairro seriam mantidos apesar de uma eventual mudança de endereço.....	77
Gráfico 07: Sentimentos mais recorrentes para os respondentes, quando considerado o bairro de Rio Doce.....	78
Gráfico 08: Memórias afetivas mais recorrentes para os respondentes, quando considerado o bairro de Rio Doce.....	79
Gráfico 09: Qualidades específicas do bairro de Rio Doce, não existentes nos demais bairros da cidade de Olinda, segundo os participantes da pesquisa.....	97
Gráfico 10: Locais que simbolizam as qualidades específicas do bairro de Rio Doce, segundo os participantes da pesquisa.....	97

SUMÁRIO

Introdução.....	13
1. O valor cognitivo: Rio Doce como aula de história urbana, política habitacional e resistência cultural	21
1.1 Aspectos Político-econômicos	30
1.2 Aspectos Sócio-espaciais	32
1.3 Aspectos Técnico-construtivos	52
1.4 Rio Doce enquanto fonte de aprendizado	67
2. O valor afetivo: “Rio Doce, meu país”	69
3. O valor formal: uma ausência?	88
4. O valor pragmático: Em Rio Doce mesmo, tudo se resolve	97
Considerações finais.....	110
Referências Bibliográficas.....	114
Apêndices.....	123

INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio cultural brasileiro é hoje um assunto bastante discutido, não somente no campo da preservação ou na academia. Alcança, cada vez mais, diversos grupos que reclamam sua representação no “mapa do Brasil passado”¹.

A identidade da “nação” foi a chave que mais marcou a temática da preservação no Brasil em seus primórdios. Como aponta Castriota,

Vai ser na década de 1920 que a temática da preservação do patrimônio - expressa como preocupação com a salvação dos vestígios do passado da nação, e, mais especificamente, com a proteção dos monumentos e objetos de valor histórico e artístico, começa a ser considerada politicamente relevante no Brasil, implicando o envolvimento do Estado. (CASTRIOTA, 2009, p.71)

Em 1937, após anos de intensificação da discussão acerca do patrimônio histórico-cultural brasileiro, bem como da importância de sua preservação, o primeiro órgão vinculado ao estado para tratar sobre esses assuntos, foi criado. O SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), como foi chamado, tinha “a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, art. 46).

À época de criação do SPHAN, o patrimônio histórico e artístico brasileiro era entendido pelo governo federal, através do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 25, como “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937, art.1). Os adjetivos “memorável” e “excepcional” marcam esse artigo e são indícios de uma cultura patrimonial elitista, como aponta Sérgio Miceli, no artigo SPHAN: Refrigério da Cultura Oficial, em 1987.

¹ Ver RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n.24, p.97-105, 1996.

Com o passar do tempo, a visão do que pode ser considerado patrimônio se modificou bastante, não atendendo mais à ideia vigente na década de 1930. Assim, durante o período da redemocratização pós ditadura militar no Brasil, a Constituição Federal promulgada em 1988 redefiniu o conceito de patrimônio, passando a reconhecer que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. (BRASIL, 1988, art.216). Apesar da mudança acerca desses conceitos, a visão acerca do patrimônio continua, até hoje, bastante interligada ao que foi outrora considerado o verdadeiro “caráter nacional”. Isso porque estão enraizados na ideia de patrimônio brasileiro os vínculos identitários com uma ideia de Brasil que é representada pela arquitetura colonial (NASCIMENTO, 2007).

Nesse sentido, há uma dificuldade em identificar e tratar como digna de preservação uma arquitetura de formas que diferem desse modelo tradicional. Apesar da arquitetura colonial não ser a única preservada no Brasil, a exemplo da arquitetura moderna, o percentual de bens arquitetônicos e urbanísticos tombados que possuíam características coloniais há apenas algumas décadas era de 93,62% (RUBINO, 1996 apud MOTTA, 2020). Dessa forma, é nítido que a valorização e o espaço que essa arquitetura possui perante a temática do patrimônio são significativos em detrimento a outras. A habitação social e os conjuntos habitacionais, por exemplo, são um tema de pouca discussão no âmbito do patrimônio. Isso porque a qualidade dessas construções é questionada a partir do critério da forma. Para Nascimento,

Os conjuntos residenciais estão obscurecidos pelas práticas de patrimônio calcadas na estética, no privilégio às áreas centrais das cidades e na excepcionalidade das obras, e, portanto, ameaçando sua permanência e seu papel nas cidades contemporâneas (NASCIMENTO, 2007).

Estudos como os de Nascimento nos ajudam a perceber como os conjuntos habitacionais, muitas vezes, representam mais do que apenas moradias construídas para sanar o déficit habitacional de um local no período de sua construção. Esses conjuntos podem ser repletos de memória, história, simbologia, afetividade, sendo palco para as mais diversas relações sociais e para o surgimento de movimentos

sociais importantes, e até mesmo originando ou consolidando um bairro inteiro. Apesar disso, atualmente os parâmetros formais e estéticos ainda são considerados como os mais válidos no reconhecimento do patrimônio cultural, mesmo quando vão de encontro aos critérios definidos pela Constituição Federal, anteriormente citada.

É importante pontuar a pouca representatividade dos “diversos grupos” da sociedade no patrimônio cultural brasileiro protegido pelo órgão de proteção federal. Como já dito antes, o patrimônio brasileiro é até hoje validado por um *quadro da memória coletiva* (HALBWACHS, 1990 apud MOTTA, 2020) construído há muitas décadas, não condizente com o conceito de patrimônio atual. Dessa forma, a grande maioria do nosso patrimônio reconhecido é constituído por obras arquitetônicas de formas e características europeizadas, herança dos tempos coloniais, deixando em segundo plano outras produções brasileiras de outros momentos históricos que também merecem destaque e lugar na proteção institucional.

É importante, também, sublinhar a visível exclusão das periferias nos processos de patrimonialização, tanto na abordagem do assunto quanto nos próprios processos de patrimonialização. Estudos como o do professor e geógrafo Everaldo Costa avançam na problemática da periferia, por exemplo, sob o viés do esquecimento dela em detrimento aos investimentos e ao cuidado investido nos sítios históricos tombados.

Postas estas problemáticas, se faz necessário estudos que visem buscar identificar possíveis bens de valor cultural presentes na periferia, sejam eles materiais ou imateriais.

Convergindo com essas preocupações, por meio de um diálogo traçado com autores que abordam o assunto, como os já citados, o objeto de estudo escolhido para o desenvolvimento desse Trabalho de Conclusão de Curso é o bairro de Rio Doce, na cidade de Olinda. Rio Doce é o maior e mais populoso bairro de Olinda e consolidou-se por meio da construção de um conjunto habitacional fruto da política de expansão habitacional durante o período da ditadura militar brasileira, de dimensões em muito superiores aos demais conjuntos construídos na época sob a mesma política no estado, ou até mesmo na região nordeste. Assim sendo, o bairro

possui grande expressividade na cidade de Olinda, sendo testemunha/parte de seu crescimento e expansão.

É importante pontuar, ainda, que sou moradora do bairro de Rio Doce e que minha família reside no bairro desde sua fundação, nos anos 1960. Dessa forma, a realização deste trabalho e destas pesquisas também possuem motivação pessoal. Surge, então, o questionamento principal deste trabalho: o conjunto habitacional do bairro de Rio Doce poderia ser visto como detentor de um valor cultural?

Para definir valor cultural para fins de patrimonialização seguiremos os entendimentos do professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, em textos como *“O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas”*. A partir desse texto, identificam-se valores que, segundo o autor, são responsáveis por compor o valor cultural, sendo eles os valores cognitivo, afetivo, pragmático e estético. Cada um desses valores exige, para sua identificação no objeto de estudo, procedimentos metodológicos singulares não explicitados pelo autor, sendo um grande desafio para a nossa pesquisa. Problematicamos aqui na introdução o entendimento de cada um dos valores e os passos metodológicos utilizados para sua verificação.

Segundo Meneses, o valor cognitivo se manifesta quando há oferta de qualquer tipo de conhecimento por meio do bem, como questões relacionadas a materiais, técnicas construtivas ou o momento histórico. A pergunta que se faz é se o bem pode nos ajudar a entender algo. É necessária, assim, a realização de uma revisão bibliográfica e pesquisas documentais e iconográficas com foco no objeto de estudo. Dessa forma, é possível ter acesso aos aspectos da história do bairro de Rio Doce, incluindo aqueles que não são de fácil acesso ou de domínio público, capazes de elucidar a presença ou ausência desse valor no bairro. A história contribui para perceber isso no tempo, não apenas no presente, mas também no passado.

No que concerne ao valor afetivo, são tidos pelo referido autor como os ligados à memória, além da formulação da autoimagem e reforço de identidade. Esse valor, conseqüentemente, também se interliga bastante com a própria história do local, mas não como um olhar distanciado de um historiador, mas sim a partir de como as pessoas tem o bem como um mediador concreto - uma coisa - que faz parte do processo de rememoração e fortalecimento da identidade do grupo. Para isso,

realizou-se a aplicação de um formulário com pessoas que têm ou já tiveram relação com a área em questão, bem como uma pesquisa sobre documentos coletivos ligados à memória do bairro de Rio Doce, a fim de identificar se realmente a afetividade é um fator que permeia a relação das pessoas com o bairro de forma relevante para a construção da autoimagem delas enquanto grupo.

Quando os valores de uso são percebidos como qualidades, ou seja, quando as condições de uso disponíveis qualificam a prática realizada no local, o valor envolvido é o pragmático. Com o intuito de verificar se o valor é encontrado em se tratando do bairro de Rio Doce, é necessário se debruçar sobre as esferas do trabalho e do cotidiano. Para isso, visitas de campo foram realizadas com o intuito de apreender um pouco mais sobre a apropriação que se faz do território do bairro, e a forma como as dinâmicas e relações sociais utilizam esse espaço para se desenvolver. Atrelado a isso, os dados obtidos por meio do formulário aplicado também auxiliaram na elucidação da questão, configurando também um meio de melhor entender a apreensão dos usuários do espaço. Por fim, a revisão de bibliografias que tratam de valores econômicos e de uso aplicados ao patrimônio também se fez ferramenta crucial na determinação da existência, ou não, desse valor na área.

O valor formal relaciona-se à existência de características capazes de aguçar a percepção e uma apreensão mais profunda do local. Esse valor se relaciona bastante com o conceito de percepção em si, uma vez que “diz respeito a essa ponte fundamental que os sentidos fornecem para nos possibilitar sair de dentro de nós, construir e intercambiar significados para agir sobre o mundo” (MENESES, 2012). Meneses não articula esse valor aos cânones estéticos tradicionais, mas sim à ideia de percepção qualificadora da vivência do espaço. Para exemplificar esse valor, ele se refere a uma catedral gótica e aos seus atributos decorativos, espaciais, como qualificador da experiência de rezar. Assim sendo, os processos metodológicos adotados para verificação da existência do valor no bairro de Rio Doce envolvem visitas de campo para questionar se de alguma forma o espaço, artefatos, paisagem do conjunto enriquecem a experiência do morar e do utilizar-se do espaço. O emprego do formulário também se faz presente neste capítulo,

todavia, ocupa majoritariamente uma posição de noções sobre a experiência de certos espaços no bairro.

A organização do trabalho, por sua vez, divide-se, também, de acordo com os valores culturais elencados por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. Assim, o capítulo 1, intitulado “O valor cognitivo: Rio Doce como aula de história urbana, política habitacional e resistência cultural”, articula as informações mais objetivas a respeito do bairro a partir da história e dados socioeconômicos. Nesse sentido, inicialmente, o capítulo aborda questões sobre o crescimento da cidade de Olinda e das razões para este acontecimento, e, conseqüentemente, a criação das bases para o início da ocupação na área do bairro de Rio Doce. “Aspecto político-econômico”, segundo subcapítulo, continua as colocações acerca do bairro, chegando ao momento da ditadura militar brasileira e da construção do Conjunto Habitacional Rio Doce, discorrendo sobre quais ações deste governo criaram as bases para a edificação deste conjunto no bairro. O terceiro subcapítulo, “Aspecto sócio espacial”, apresenta a visão do bairro quando o mesmo está se consolidando, ou seja, após a construção do Conjunto Habitacional. Assim, além de discorrer sobre perspectivas de mudança no bairro e no próprio conjunto, o subcapítulo aponta, também, características passadas e presentes do local, bem como as bases culturais que foram se desenvolvendo. O quarto subcapítulo, “Aspecto Técnico-construtivo”, apresenta a natureza do Conjunto Habitacional Rio Doce, isto é, o aspecto do urbanismo e da malha urbana que o conjunto inseriu no bairro, bem como as características internas e externas das edificações em si, sendo elas as casas térreas unifamiliares e os edifícios multifamiliares. Por fim, o primeiro capítulo é finalizado com o item “Rio Doce enquanto fonte de aprendizado”, que faz um breve apanhado sobre as discussões abordadas durante o capítulo, de forma a tentar elucidar se o valor cognitivo, por fim, pode ser encontrado no bairro de Rio Doce.

O segundo capítulo, que, seguindo a lógica do primeiro, se denomina “O valor afetivo: Rio Doce, meu país”, analisa o bairro de acordo com as definições de valor afetivo elencadas por Meneses (2012). Assim, busca-se identificar se o local possui este apelo afetivo para os habitantes e pessoas relacionadas a ele, ou não, a partir de identificação de artefatos como gatilhos de memória e do conjunto como

constituente de um sentimento de identidade dos moradores enquanto grupo. Esta deliberação foi feita por meio de formulários, levando em consideração suas perguntas, com foco mais objetivo ou mais subjetivo, com resultados discutidos também neste capítulo.

“O valor formal: uma ausência?”, terceiro capítulo deste trabalho, trata do bairro de Rio Doce sob a perspectiva ligada à forma e a como os espaços do bairro podem qualificar a experiência do uso, tratando, em certo ponto, de uma perspectiva fenomenológica.

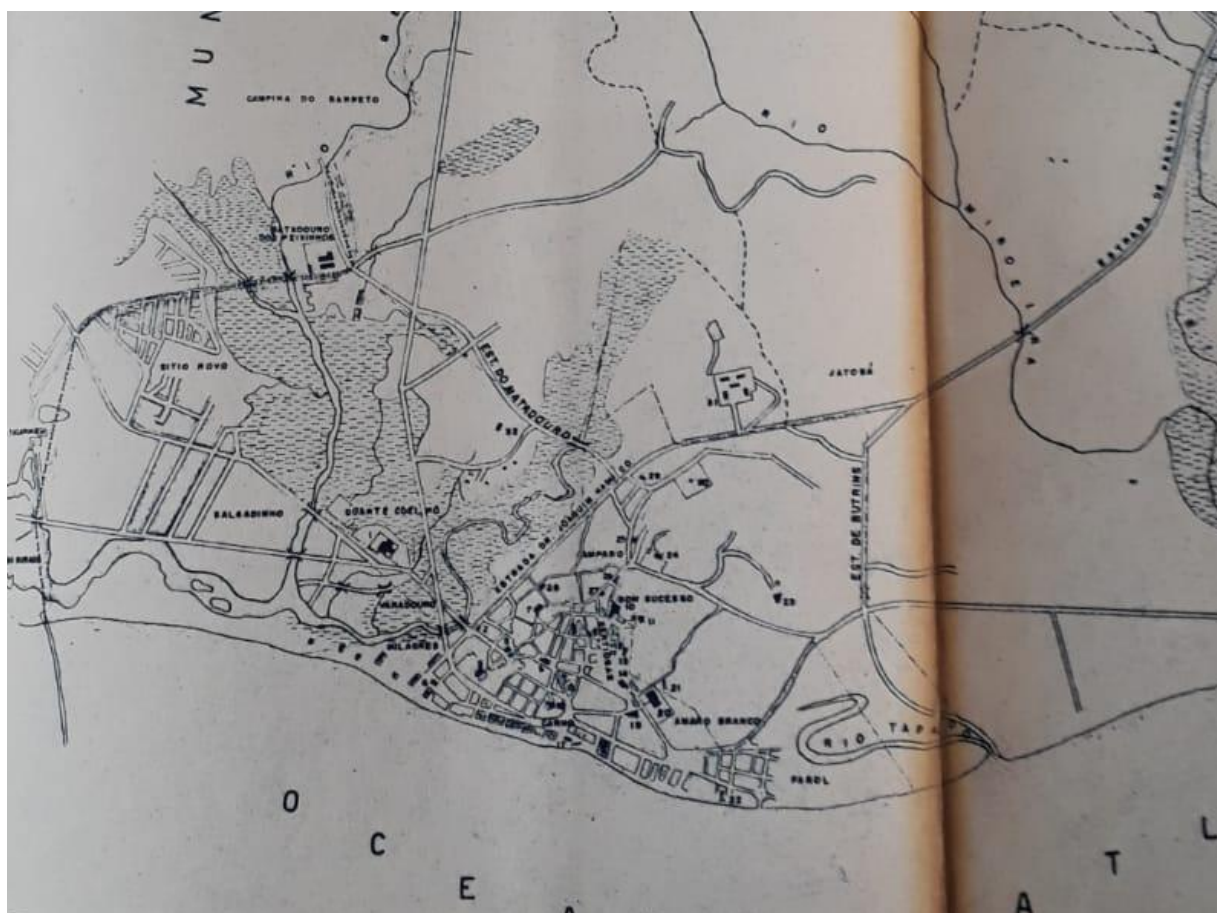
Finalmente, o quarto e último capítulo, “O valor pragmático: em Rio Doce mesmo, tudo se resolve”, aborda o último dos valores culturais elencados por Meneses aqui citado. Assim, neste item, discute-se de que forma o bairro de Rio Doce pode possuir, ou não, valores de uso que qualifiquem as experiências no local, como as relacionadas à prática de morar e a comércio e serviços, por exemplo. Dessa forma, o uso e a apropriação dos espaços serão analisados sob uma perspectiva econômica, discutindo de que maneira podem se apresentar dentro da dinâmica do bairro.

1. O VALOR COGNITIVO: RIO DOCE COMO AULA DE HISTÓRIA URBANA, POLÍTICA HABITACIONAL E RESISTÊNCIA CULTURAL

O valor cognitivo, conforme antes já abordado, é um dos componentes do valor cultural apontados por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. Ele se expressa quando, no ato de avaliar um bem, tem-se a oportunidade de aprender algo a partir dele, ou seja, o bem em questão tem a possibilidade de transmitir algum tipo de conhecimento. Assim sendo, nessa perspectiva, o bem é “tratado como documento, ao qual se dirigem questões para obter, como resposta, informação de múltipla natureza” (MENESES, 2012). A avaliação do valor cognitivo, dessa forma, somente será possível se realizada uma avaliação histórica acerca do bem em questão, a fim de ter um entendimento satisfatório sobre os pontos que o constituem e podem ser transmissores de conhecimento. Com isso, o próprio valor cognitivo pode ter a si atribuído, além da informação de cunho histórico, outras características que a ele se relacionam, como as de origem técnica, econômica, construtiva, política, social, cultural. No que concerne, especificamente, à busca pelo valor cognitivo no bairro de Rio Doce, é necessário o aprofundamento na história do bairro, e, simultaneamente, na história da própria cidade de Olinda, passando por sua expansão e os acontecimentos que possibilitaram o surgimento e consolidação do bairro, valendo-se dessas características atribuídas ao valor cognitivo como elemento facilitador da compreensão da presença, ou ausência, do valor no bairro, como será sintetizado no último item deste capítulo.

* * *

Olinda é uma das mais antigas cidades brasileiras, com 487 anos de história. A cidade é mundialmente conhecida por seu passado colonial e a arquitetura de seu sítio histórico, tendo sido o seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico protegido pelo IPHAN em 1968 e posteriormente, em 1982, considerado pela UNESCO como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade (IPHAN). Sabe-se, que, à época de sua fundação, a povoação de Olinda se concentrava, majoritariamente, no núcleo a que hoje nos referimos como sítio histórico, assim permanecendo durante muitos anos (Mapa 01).



Mapa 01 - Núcleo inicial da cidade de Olinda, início da expansão balneária, 1920
 Fonte: Arquivo Público Municipal de Olinda

Já nesse período, como se observa ainda nos dias de hoje, cidadãos abastados possuíam acesso facilitado a terras, em detrimento daqueles pertencentes a outras camadas sociais (SOUZA, 2011). Dessa forma, observa-se que, no período colonial, conforme aponta Nascimento (2005), núcleos de pescadores já se faziam bastante presentes na cidade de Olinda, sendo encontrados na maior parte de seu litoral. Ainda no que concerne ao período colonial, expõe-se na obra de Pereira da Costa (1953, v.5, p.65) que ao tomar-se conhecimento da intenção holandesa de invadir Pernambuco, o general governador Matias de Albuquerque ordena a construção de uma fortificação às margens do rio Doce, ainda em 1629. Entretanto, as obras estavam atrasadas em detrimento ao avanço da frota holandesa que chegava, ficando assim ordenada a suspensão da edificação do forte e a construção, em seu lugar, de uma trincheira. A partir desse evento e seus desdobramentos, então, se criam as bases para o surgimento da ocupação da localidade de Rio Doce, majoritariamente formada por pescadores e suas famílias. Segundo Pereira da Costa,

A povoação do Rio Doce começou a surgir logo após a evacuação holandesa em 1654, no próprio local em que foi situada sua estância. As terras da localidade, porém, divididas em diversos sítios, que pertenciam ao patrimônio do colégio de Olinda, dos padres jesuítas, foram confiscados em 1765, com a expulsão dos mesmos padres e depois vendidos em hasta pública pelo govêrno. (PEREIRA DA COSTA, 1953, v.5, p.66)

É interessante mencionar que data do período colonial a Capela de Santana do Rio Doce (Imagem 01), igreja erguida na praia do bairro de Rio Doce, em 1782, e que até hoje se mantém de pé (Imagem 02). A ocupação se desenvolvia, assim, no litoral.

Arquivo da Prefeitura de Olinda



Imagem 01 - Capela de Santana, Rio Doce. Início do século XX
Fonte: Flickr - Prefeitura de Olinda



Imagem 02 - Capela de Santana, Rio Doce. 2022
Fonte: Acervo da autora

Conforme aponta Araújo (2006, p.167), “A descoberta das virtudes terapêuticas das águas marinhas em meados do século XVIII, na Europa, inaugurou uma nova forma de a sociedade ocidental, moderna, industrial e burguesa perceber e se relacionar com o mar oceano e, mais tarde, com suas praias”. Nesse sentido, a partir da primeira metade do século XX, no Brasil, a procura pelos banhos de mar atinge níveis elevadíssimos, atraindo atenção da mais alta sociedade pernambucana, e convertendo a praia de Olinda, repleta de mocambos e moradias simples de pescadores ali atuantes, em importante balneário e referência para férias de verão (Imagem 03). A cidade de Olinda, então, começa a se modificar, visto que agora a nova prática estimula, junto aos incentivos do poder público, a construção de casas de veraneio pelo litoral.

Rio Doce, à época, contava somente com alguns sítios e casas de pescadores, mas gradualmente passou a se constituir em uma das mais procuradas praias na alta estação, devido às suas aprazíveis águas mornas e calmas. A essa altura, segundo Souza (2011), as vias de acesso à porção mais ao norte da cidade já existiam, como é o caso, por exemplo, da Estrada do Rio Doce (atual Av. Governador Carlos de Lima Cavalcanti), bem como o fornecimento de energia elétrica já era também uma realidade, fato esse que possibilitou a presença de diversas famílias naquele local.



Imagem 03 - Banhistas na praia de Olinda. Primeira década do século XX
Fonte: Arquivo Público Municipal de Olinda



SENTIDO DA EXPANSÃO URBANA DE OLINDA ——— AVENIDA RIO DOCE

Mapa 02 - Núcleo central de urbanização de Olinda, sentido da expansão urbana e Av. Rio Doce
Fonte: Arquivo Público Municipal de Olinda, edições realizadas pela autora

Ainda segundo Souza (2011), durante a primeira metade do século XX havia uma forte intenção em consolidar a cidade de Olinda enquanto balneário, dessa forma, foram aprovados diversos parcelamentos de terra, inclusive na porção referente a Rio Doce, durante as décadas de 1920, 1930, 1940 e 1950. O aumento das construções que visavam suprir a demanda causada pela intensa utilização das praias causou, afinal de contas, a gradual expulsão dos mais humildes das áreas almejadas pelos mais favorecidos, após notória resistência dos trabalhadores, conforme aponta Nascimento (2005): “Finalmente, em 1942 os pescadores da badalada praia do Farol foram indenizados e transferidos para o morro Amaro Branco em Olinda”.



Imagem 04 - Casas e jangadas na beira mar - Praia de Olinda, início do século XX
Fonte: Villa Digital Fundaj

A evolução na ocupação do solo na cidade de Olinda, nas primeiras décadas do século XX, demonstra o desejo da consolidação daquele local, fator tido como consequência do progresso, assunto em pauta pelas mudanças sofridas em todo território nacional no período em questão. Assim, como é possível observar em Souza (2011), ao final dos anos 1950, no território olindense encontravam-se: i) casebres, mocambos e casas de taipa, pertencentes a pescadores e trabalhadores

humildes, muitos tendo sido realocados de seus locais de moradia para pontos mais afastados; ii) as casas de veraneio, pertencentes às classes média e alta da população, em busca dos terapêuticos banhos salgados; iii) algumas casas em alvenaria e poucos edifícios de apartamentos; iv) e a presença dos sítios, alguns se convertendo, com o passar do tempo, em parcelamentos de solo formalizados por leis municipais, como no território do atual bairro do Rio Doce (Imagem 05). Na década de 1960, a situação da cidade de Olinda era de uma expansão já bastante acentuada, com parcelamentos inclusive mais direcionados ao extremo norte da cidade, próximos a onde hoje se situa o bairro de Rio Doce (Mapa 03).

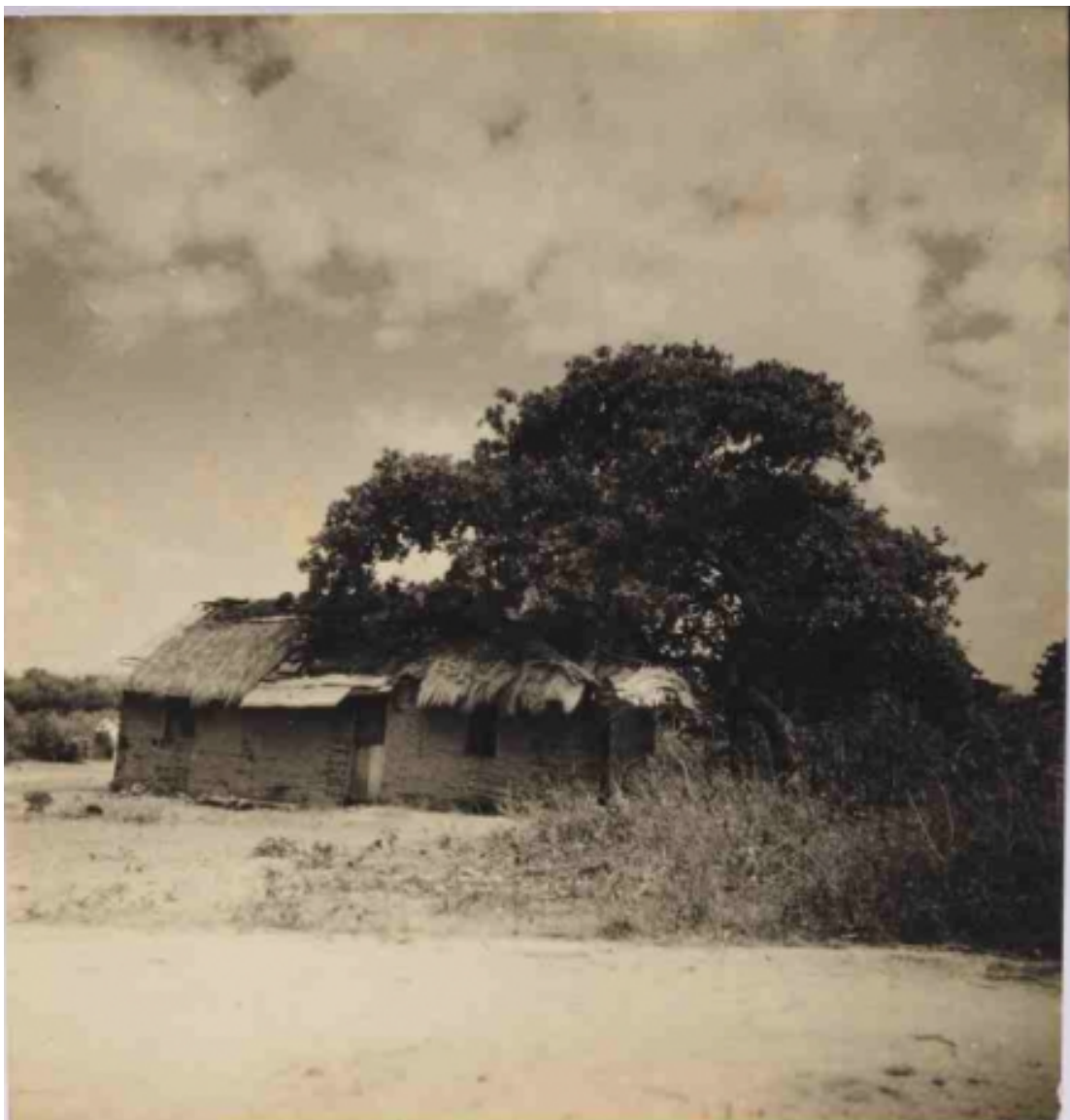
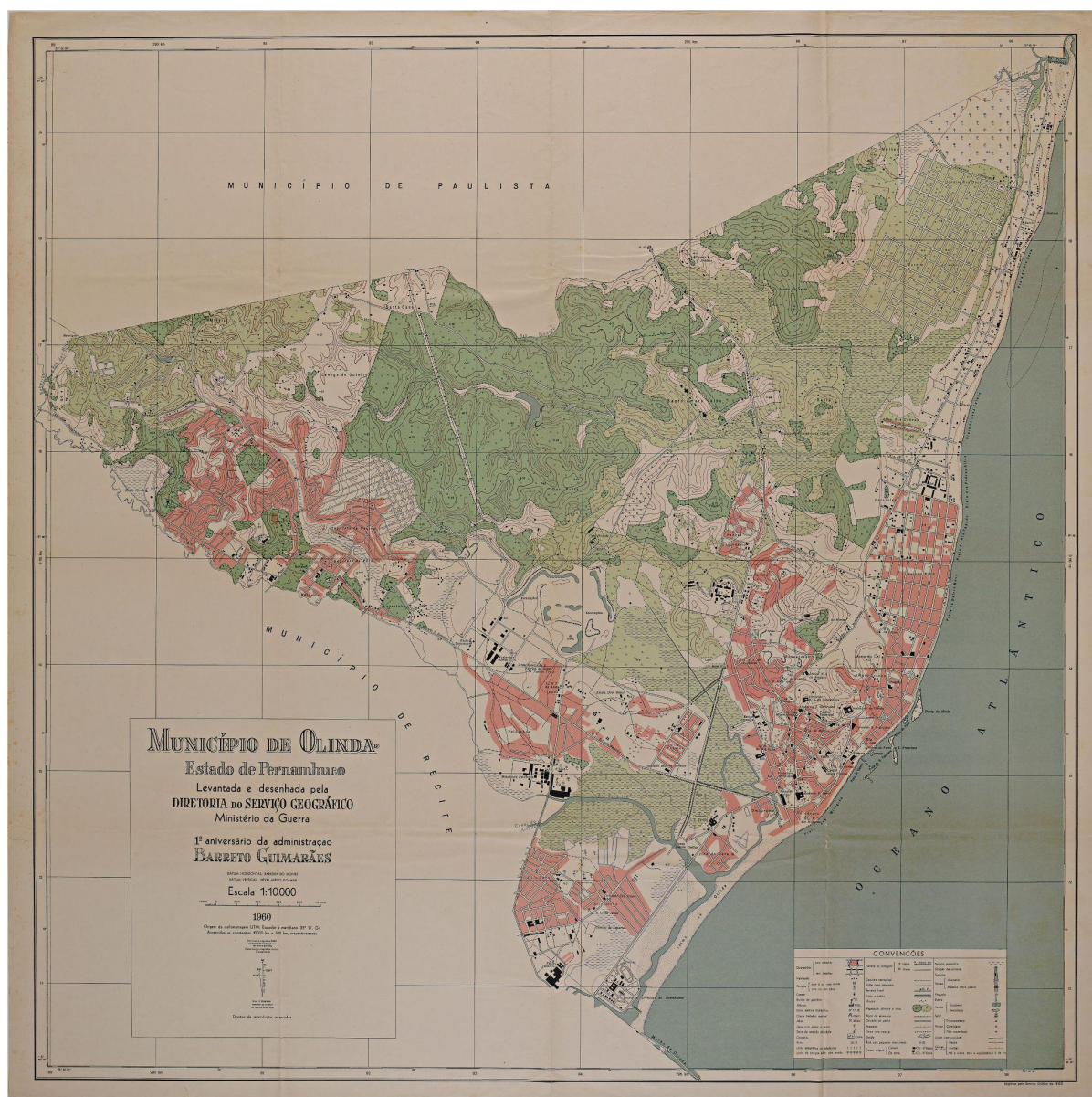


Imagem 05 - Casebre e cajueiro. Bairro de Rio Doce, 1953.
Fonte: Villa Digital Fundaj



Mapa 03 - Mapa do município de Olinda, produzido pela Diretoria do Serviço Geográfico do Ministério da Guerra, 1960.
 Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Correio da Manhã (Via Pernambuco Arcaico)

1.1 ASPECTOS POLÍTICO-ECONÔMICOS

Os parcelamentos de solo ocorridos na primeira metade do século XX na cidade de Olinda demonstram a intensificação de sua expansão urbana. Chegando à década de 1960, ocorre um fato que muda drasticamente o Brasil como um todo, sendo fator determinante para os rumos dessa expansão e para a consolidação do bairro de Rio Doce: o golpe militar. O golpe de estado ocorrido em 1964 modificou a história brasileira para sempre, tendo a violência, a repressão política e o cerceamento das liberdades coletivas e individuais como marcas. Nesse contexto, o

desenvolvimento econômico e industrial, iniciado ainda no governo de Getúlio Vargas, continuou levando grande parte da população do campo a se mudar para as cidades, em um intenso processo de êxodo rural, com a expulsão da população de suas habitações, devido às condições que estavam vivenciando. Entretanto, na década de 1960, esse movimento se intensificou, causando o grande aumento da população urbana em um curto espaço de tempo, fato que agravou a condição já existente de falta de moradias, causando um severo déficit habitacional. O governo militar, que buscava atuar e se mostrar assertivo em diversas áreas, tinha a resolução do problema habitacional como o primeiro em sua ordem de prioridades, conforme aponta Cariello Filho,

O regime militar engendrou e impôs uma vigorosa intervenção na questão habitacional, com objetivos econômicos, políticos e ideológicos, rigorosamente submetida aos interesses imediatos do capital monopolista e condicionada à sua estratégia de poder e de acumulação. (CARIELLO FILHO, 2011)

Buscava-se, então, romper qualquer laço que pudesse existir com os governos passados. Assim sendo, extinguíram-se programas e ferramentas destinados à habitação, com o objetivo de recriá-los sob novos nomes e deixar impressa a marca do governo militar. Dessa forma - criando as bases para sua atuação na área habitacional - o governo criou a Lei 4.380/64, que institui o Plano Nacional da Habitação (PNH). Essa iniciativa é o primeiro movimento do governo militar que viabiliza, mais tarde, a expansão urbana de Olinda e a criação do conjunto habitacional de Rio Doce. Essa mesma legislação também será responsável pela criação de três órgãos imprescindíveis na busca pelos objetivos elencados pelo governo: o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), o Banco Nacional da Habitação (BNH) e a Companhia Popular de Habitação (Cohab). Segundo Bonduki,

Define-se, assim, uma estratégia clara para intervir na questão habitacional: estrutura institucional de abrangência nacional, paralela à administração direta, formado pelo BNH e uma rede de agentes promotores e financeiros (privados ou estatais) capazes de viabilizar a implementação em grande escala das ações necessárias na área da habitacional e fontes de recursos estáveis, permanentes e independentes de oscilações políticas. (BONDUKI, 2008)

Ainda segundo Bonduki (2008, p.73), o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) alimentava-se das poupanças compulsórias geradas pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Estruturando-se dessa forma, o BNH passa a dirigir a renda do SFH, assim se fortalecendo e iniciando as construções habitacionais do período, prioritariamente em formato de conjuntos habitacionais destinados aos menos favorecidos economicamente, como aconteceu no bairro de Rio Doce. No tocante a essa produção habitacional, segundo Cariello Filho (2011, p.95), o fato do governo federal nesse período sobrepor suas vontades forçosamente às dos governos estaduais e municipais fez com que a Companhia de Habitação Popular (COHAB) pudesse entrar em vigor assim que foi estabelecida pela legislação, ainda em 1964, acelerando dessa forma o processo de execução do planejamento feito.

Nesse contexto, como mostra matéria do jornal Diário de Pernambuco (COOPERATIVAS..., 1965), a COHAB-PE entra, de fato, em vigor em outubro de 1965, e em novembro do mesmo ano envia-se ao BNH um estudo sobre o problema habitacional no estado, visando investimentos que viabilizassem construções nas grandes cidades e no interior. A cidade de Olinda era uma dessas cidades em que se pretendia reordenar as ocupações espontâneas e precárias e construir casas para a população com renda entre 1 e 3 salários mínimos. Os investimentos deram frutos em bairros da cidade como Peixinhos e Ouro Preto, entretanto, a mais expressiva manifestação da política habitacional vigente na ditadura militar na cidade de Olinda aconteceu, de fato, no bairro de Rio Doce.

1.2 ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS

No ano de 1967 foi anunciada a construção do Conjunto Habitacional Rio Doce, a se localizar no terreno onde existia uma propriedade denominada “Melões de baixo”, que foi desapropriada pelo governo (SOUZA,2011). Com cerca de 90 hectares, a localidade, conforme o nome sugere, possuía algumas plantações de melão. Conforme é possível identificar em jornais da época, as obras foram iniciadas em dezembro deste mesmo ano, e era prevista a edificação de 1.324 residências unifamiliares, seguindo a tipologia de casas térreas. Em razão da construção de um conjunto habitacional deste porte, as infraestruturas existentes em Olinda, como

abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica e rede de telefonia, precisaram ser ampliadas para atender ao novo núcleo populacional a ser ali fixado.

O bairro de Rio Doce, no extremo norte olindense, era uma alternativa interessante para locação de um habitacional, uma vez que o custo dos terrenos em áreas periféricas seria em muito inferior ao custo em outras áreas já mais desenvolvidas da cidade. Assim, o conjunto foi inaugurado em 13 de abril de 1969, e, antes mesmo da inauguração de sua primeira fase, foi anunciada a expansão desse núcleo habitacional, a ser realizada em terreno anexo (Mapa 04). Dessa forma, as 1.324 unidades habitacionais seriam agora somadas a outras 1.044 residências unifamiliares. Contudo, as famílias residentes na primeira etapa do conjunto, recém inaugurado em Rio Doce, passaram a sofrer com a falta e/ou mal funcionamento das infraestruturas no local, além de serem obrigados a conviver com a ausência de comércios básicos como padarias e farmácias, conforme demonstra matéria veiculada no jornal Diário de Pernambuco, que afirma que “os habitantes daquele conjunto residencial estão como que ilhados. Tem que comprar pão, leite, feijão e arroz - todos os gêneros enfim - no Recife, ou no varadouro” (FALTA A INFRAESTRUTURA, 1969). Percebe-se, assim, a dependência que os moradores do novo conjunto habitacional tinham em relação às áreas mais povoadas da cidade, precisando, nesse período, percorrerem longas distâncias para sanar necessidades básicas do dia a dia. O conjunto habitacional de Rio Doce é o mais próximo do litoral, porém o mais distante das áreas já urbanizadas e com ampla oferta de infraestruturas. Isso ocorre pois as habitações vinculadas ao BNH, conforme já mencionado, geralmente eram construídas nas periferias, e acabavam por agir “reforçando a desigualdade social por meio da exclusão territorial e do cerceamento do direito à cidade” (MARGUTI, 2018, p.120).

Em janeiro de 1971 foi inaugurada a segunda etapa do conjunto habitacional Rio Doce, mais de um ano após a inauguração do primeiro núcleo residencial. Com a conclusão da segunda etapa - momento em que Rio Doce passa a contabilizar um total de 2.368 habitações - o bairro torna-se, conforme apontou matéria do Diário de Pernambuco, o “maior conjunto residencial de moradia popular construído no nordeste, numa única área” (SERVIÇO SOCIAL, 1970). Nesse momento, também, as construções da terceira etapa do conjunto, que também foram anunciadas ainda

antes da segunda etapa ser inaugurada, já se encontravam em andamento, contando este núcleo com mais 1.130 residências, inauguradas em abril de 1977. A partir daí as infraestruturas faltantes ou insuficientes, começam, vagarosamente, a se desenvolver mais firmemente, como padarias, escolas, unidades de saúde, entre outros.

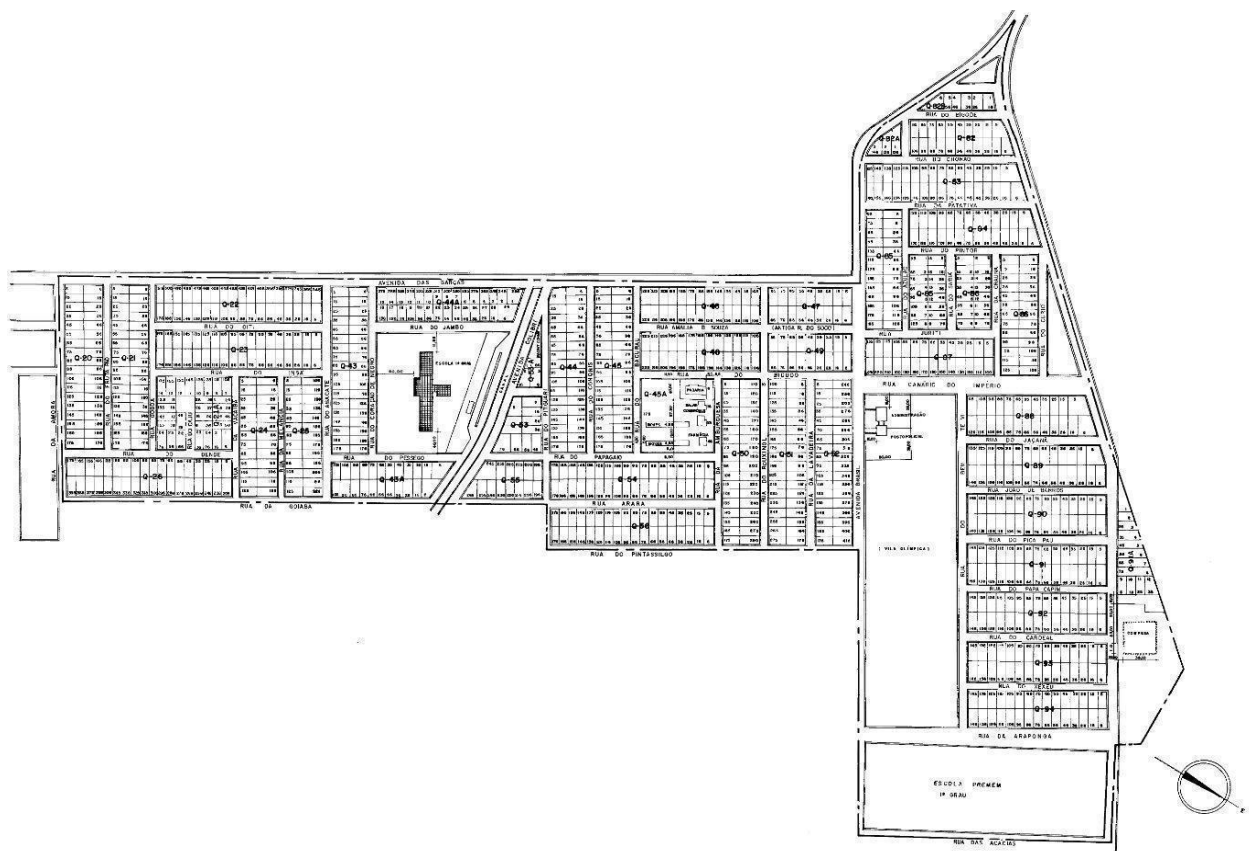


Mapa 04 - Rio Doce I e II Etapa

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, Prefeitura de Olinda

Também a partir da inauguração da terceira etapa do habitacional de Rio Doce, em abril de 1977 (Mapa 05), conforme afirma Souza (2011, p.254), é que se dá o pico do surto de urbanização observado nas áreas litorâneas da cidade de Olinda. Isso

porque o incremento no número de residências e habitantes que a conclusão desta etapa representou foi essencial “para que os loteamentos situados no espaço intermediário, fossem comercializados e entrassem no mercado imobiliário” (BITOUN E MIRANDA, 2004, p.29), tornando Rio Doce, assim, para além de suas fronteiras, participante ativo na expansão urbana da própria cidade de Olinda. O bairro, que anteriormente à edificação do conjunto habitacional promovido pela COHAB contava apenas com poucos sítios, casebres e casas de veraneio, em oito anos viu surgir um acréscimo em sua população residente de - se consideradas famílias de 4 pessoas - quase 14.000 habitantes. No final da década de 1970 foi inaugurada a IV etapa do habitacional (Mapa 06) e, na década seguinte, a de 1980, inaugurou-se a V etapa (Mapa 07), sendo estas as suas últimas, e tendo a IV etapa diferente das demais. Isso porque representa a única etapa a apresentar, além de casas térreas unifamiliares, prédios multifamiliares de 3 pavimentos (SOUZA, 2011), quando se inicia a utilização de edifícios em conjuntos habitacionais realizados pela COHAB, conforme afirma Amorim e Loureiro (2001).

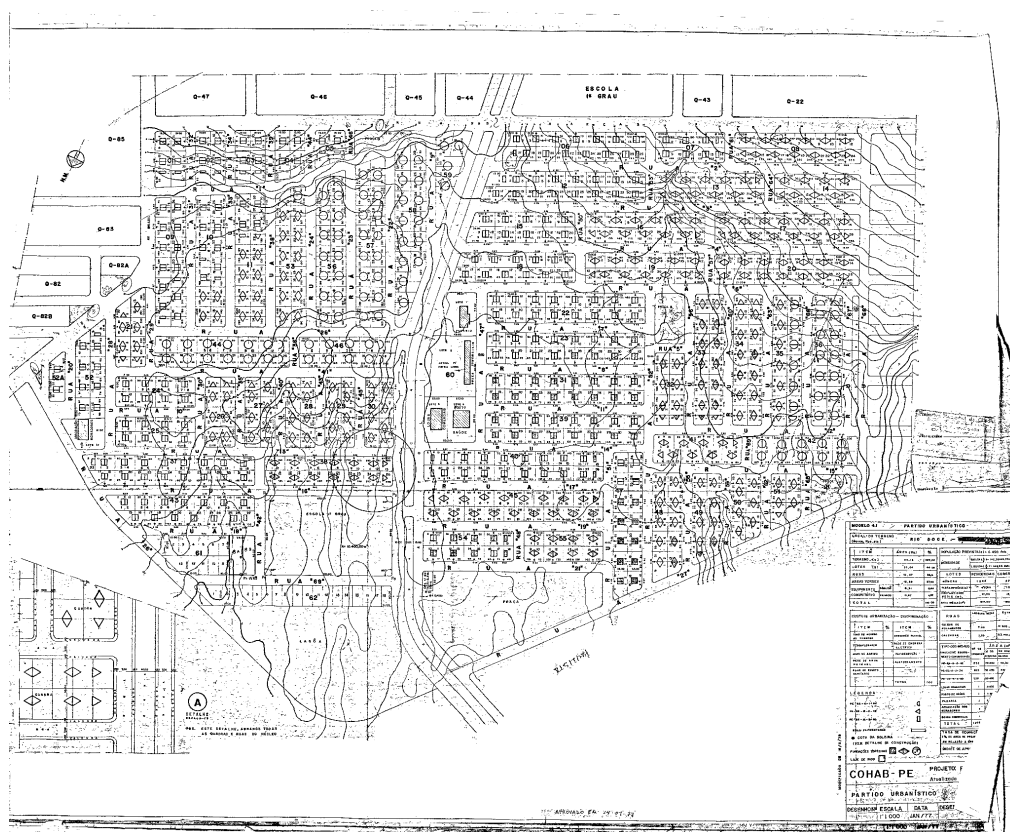


Mapa 05 - Rio Doce, III Etapa
Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, Prefeitura de Olinda



Mapa 06 - Rio Doce, IV Etapa

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, Prefeitura de Olinda



Mapa 07 - Rio Doce, V Etapa

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, Prefeitura de Olinda

O bairro de Rio Doce só se consolidou, de fato, após a construção do conjunto habitacional da COHAB, muito embora já existisse anos antes e fosse reconhecido como agradável local para as práticas de veraneio. Após o encerramento das

atividades relacionadas à construção do conjunto habitacional em Rio Doce, e até mesmo durante elas, o bairro continuou se expandindo. Isso porque a promoção desses núcleos residenciais influenciou o parcelamento de diversos outros terrenos não ligados à política habitacional do governo, impulsionando gradativamente o crescimento habitacional do bairro.



Imagem 06 - Vista aérea da I etapa de Rio Doce, década de 1990
Fonte: Arquivo Público Municipal de Olinda

Ao passo que a habitação se fortalecia ainda mais no bairro, foram se desenvolvendo também outras estruturas de apoio. Observa-se que, atualmente, a oferta de comércios no bairro de Rio Doce é bastante variada, atendendo a todas as etapas em relação à alimentação, vestuário, variedades, medicamentos, entre outros. De acordo com a Prefeitura de Olinda, em dados do ano de 2012, havia 8 estruturas relacionadas ao acesso à saúde, entre elas clínicas, policlínicas, unidades de saúde da família (USF), entre outros. Entretanto, observa-se o incremento de pelo menos mais duas unidades: a USF Asa Branca (Imagem 07), situada em área mais carente e de ocupação informal; e a UPA de Rio Doce (Imagem 08), na terceira etapa, ainda não inaugurada.



Imagem 07 - Unidade de Saúde da Família (USF) Asa Branca, Rio Doce, III etapa
Fonte: <https://www.olinda.pe.gov.br/>



Imagem 08 - Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Rio Doce, IV etapa. 2022
Fonte: Acervo da autora

O crescimento na oferta de escolas para os residentes no bairro também foi de suma importância pois, em um primeiro momento, assim que se inaugurou a primeira etapa do bairro, não havia escolas que atendessem a população do bairro de forma satisfatória. Hoje, observa-se, segundo dados do ano de 2011 fornecidos pela Prefeitura de Olinda, a existência de, pelo menos, 36 unidades educacionais,

entre escolas municipais, estaduais e particulares. No ano de 2021, inaugurou-se uma das escolas mais importantes do bairro de Rio Doce, a Escola Técnica Estadual Chico Science (ETE Chico Science) (Imagem 09), democratizando mais o acesso à educação aos jovens da periferia, uma vez que poderão ter acesso a educação profissionalizante sem precisar sair do bairro, ou da cidade de Olinda. Ainda no tocante à educação, segundo o Censo 2010 (IBGE), 95,3% da população acima dos 5 anos no bairro é alfabetizada.



Imagem 09 - Escola Técnica Estadual Chico Science, III etapa, Rio Doce. 2022
Fonte: Acervo da Autora

O desenho urbano do bairro de Rio Doce, especialmente do conjunto habitacional da COHAB é bastante racionalizado. Nele, encontram-se pequenos espaços públicos e de convivência, como praças, a cada duas ou três ruas, via de regra. Esses espaços agregam qualidade de vida a partir da promoção ao esporte, lazer e socialização. Observa-se, no bairro, a existência de um importante espaço público promotor da interação social: a Vila Olímpica de Rio Doce. Localizada na terceira etapa, foi fundada em 2001, porém já era um espaço utilizado pelos moradores, anteriormente conhecido como “praça da terceira”. Converte-se, hoje, em um

equipamento que ocupa grande área e funciona como local de lazer e prática esportiva, possuindo ginásio, campos de futebol, áreas para prática de dança e artes marciais, recentemente funcionando até mesmo como principal ponto de vacinação do bairro durante a pandemia de COVID-19 (Imagens 10 e 11). Já na segunda etapa de Rio Doce, o Estádio Municipal Grito da República (Imagem 12) funciona como espaço para prática de atividades esportivas, localizado onde por anos existiu um tradicional campo de futebol da área, o “campo de Biaí”, também largamente utilizado pelos habitantes. Na área do estádio, frequentemente, se realizam comemorações relativas, por exemplo, a aniversários do bairro ou às confraternizações das tradicionais peladas de futebol que passaram de geração em geração, ponto de encontro para avós, filhos e netos, todos intimamente ligados ao bairro de Rio Doce.



Imagem 10 - Pista de cooper na Vila Olímpica de Rio Doce, III etapa. 2022
Fonte: Acervo da autora



Imagem 11 - Área coberta e campo de futebol na Vila olímpica de Rio Doce. III etapa. 2022
Fonte: Acervo da autora



Imagem 12 - Campinho de futebol na área do Estádio Municipal Grito da República, Rio Doce, II etapa, 2022
Fonte: Acervo da autora

Nesse sentido, no que diz respeito às práticas culturais, Rio Doce possui uma rica história. O bairro periférico possui uma profunda ligação com a música, relacionando-se, ao mesmo tempo, com questões de raça e classe. Conforme se observa em Nascimento (2019), nos anos 1980 a cultura do Hip Hop invadiu o Brasil, se difundindo principalmente pela região sudeste. Entretanto, Pernambuco também recebe a influência dessa nova identidade cultural, não somente na capital, como também nas periferias. Nesse sentido, os redutos culturais já existentes na 3ª e 4ª etapa do bairro de Rio Doce, começam a, também, incorporar este novo traço. Assim, grupos de dança de rua foram criados e/ou passaram a incorporar o break e o Hip Hop às suas expressões artísticas. Como aponta Nascimento (2019, p.53), o Hip Hop foi criado nos Estados Unidos da América em um momento de instabilidade e ruptura ocorrido nas grandes cidades, criando um local, em certa medida, insalubre e segregador. Da mesma forma, estes ritmos e danças foram incorporados ao lazer local dos jovens periféricos do bairro de Rio Doce. Entre eles, dois dos maiores nomes da cultura popular pernambucana, Chico Science e Jorge Dú Peixe. Ambos eram moradores de Rio Doce, além de participantes dos grupos de dança e frequentadores/promotores dos eventos de movimentação cultural do bairro (Imagem 13). Mais tarde, lançariam o movimento Mangubeat, que fez com que Pernambuco tivesse projeção nacional com suas letras retratando a desigualdade social na cidade e periferia, falando ainda dos manguezais, trazendo um toque ainda mais regional às suas músicas.

O Rio Doce consistiu no local das primeiras investidas artísticas de Jorge dü Peixe e Chico Vulgo. (...) O bairro era seu pedaço, o lugar em que esses jovens músicos estabeleciam suas relações mais caras desde sua entrada no mundo da música, vivenciando suas ambiências na periferia do Grande Recife. (NASCIMENTO, 2019, p.72)



Imagem 13 - Banda Orla Orbe em sua primeira apresentação no III Rio Doce Festival com Música e Esporte, em 1987.

Fonte: Nascimento, 2019, p.72

A cultura do Hip Hop em Rio Doce não se perdeu com o tempo, após a dissolução dos coletivos das décadas de 1980 e 1990. Existem coletivos como o Hip Hop Olinda Rio Doce (H²ORD) que continuam a fazer com que o hip hop seja parte ativa da cultura rio-docense, desempenhando suas atividades na Vila Olímpica, anteriormente citada.

O bairro conta ainda com algumas organizações não governamentais (ONG's), que trabalham com crianças e jovens da periferia em busca de ocupar seu tempo livre com atividades relacionadas a esportes, cultura, música e educação. Dessas ongs, muitas vezes, saem os coletivos de ação cultural, como foi o caso do Hip Hop Olinda Rio Doce. Há também a existência de um Núcleo Comunitário Social, "onde são oferecidos cursos profissionalizantes, preparatórios para concursos, atendimentos em diversas especialidades médicas, como ginecologista, cardiologista, dermatologista, endocrinologista, clínico geral, neurologista, geriatra, dentre outros." (PREFEITURA DE OLINDA).

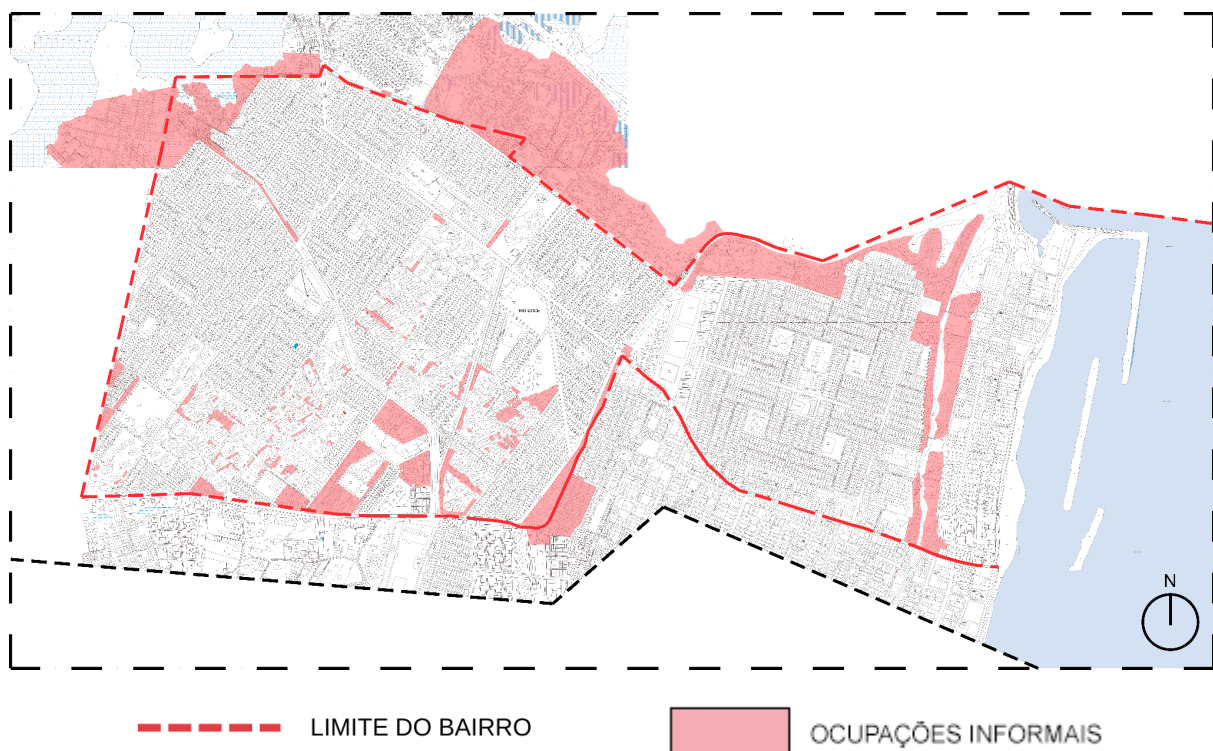
No que diz respeito aos parcelamentos de solo realizados após a atuação da COHAB em Rio Doce, com o passar dos anos o bairro começa a receber em seu

território, também, uma série de ocupações informais, em um processo de periferização da própria periferia (Mapa 08). Conforme aponta Maia (2010), a construção de conjuntos habitacionais pelo Estado foi um fator promotor da periferização, fazendo com que uma grande parcela da população passasse a viver em locais completamente afastados da urbanização e das infraestruturas existentes. Nesse sentido, as ocupações informais passaram a ocupar a periferia do bairro, se instalando em locais inadequados para receber moradias. No caso do bairro de Rio Doce, grande parte dessas ocupações se encontra nas margens de córregos e canais (Imagens 14 e 15), que uma vez já foram cristalinos e com grande presença de peixes, mas que hoje já encontram-se bastante poluídos. Ainda, dois casos de ocupações informais no bairro se destacaram e são até mesmo denominados como vilas. A Vila Nápoles teve sua situação melhorada quando a interferência governamental - através do Banco de Materiais da COHAB-PE - possibilitou reforma ou reconstrução das unidades habitacionais precárias ali instaladas (SOUZA, 2011). De forma semelhante, a Vila da CSU, nascente na ocupação da área de Centro Social Urbano de Rio Doce (CSU), teve intervenção da Emhape (Empresa de Melhoramentos Habitacionais de Pernambuco/ antiga COHAB) no que concerne ao seu parcelamento formal. “O objetivo dessa empresa era a execução dos serviços de construção de 176 lotes urbanizados, contando com infraestrutura (...)” (SOUZA, 2011). Outra comunidade autônoma existente no bairro de Rio Doce é a Vila Aparecida, na primeira etapa do bairro.

A história de Rio Doce também se destaca pela trajetória de luta e organização popular, como é o caso da comunidade Beira-Mangue, hoje denominada Vila Aparecida, localizada na 1ª etapa, que surgiu quando trabalhadores da construção civil e pescadores iniciaram uma ocupação no manguezal, nos anos 1970, enfrentando repressões e lutando pelo direito à moradia. (BARBOSA/ BRASIL DE FATO, 2018)

Ainda segundo a mesma fonte, os moradores acabaram saindo vitoriosos dessa luta, muitos conseguindo a propriedade do seu local de moradia, e estruturando também a comunidade como um todo. É possível observar, ainda, que além do grande número de ocupações informais erguidas próximas a cursos d'água, existem ainda numerosas habitações desse tipo no rés do chão dos edifícios existentes na IV etapa do bairro. Esse espaço, idealizado para ser livre, em um conceito de

quadra aberta, como veremos no próximo tópico, acabou ocupado, em muitos casos, por famílias que viram nesse espaço uma chance de finalmente conseguir um lar. É importante salientar que, os limites do bairro de Rio Doce de acordo com a Prefeitura de Olinda não correspondem aos limites compreendidos por moradores e frequentadores do local, como pode-se observar pelas manchas relacionadas às comunidades informais, que ultrapassam as divisas do bairro, mas que são compreendidas como pertencentes a este.



Mapa 08 - Ocupações informais, bairro de Rio Doce
Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, Prefeitura de Olinda, edições realizadas pela autora



Imagem 14 - Ocupações informais às margens de curso d'água, Rio Doce, 2022
Fonte: Acervo da autora

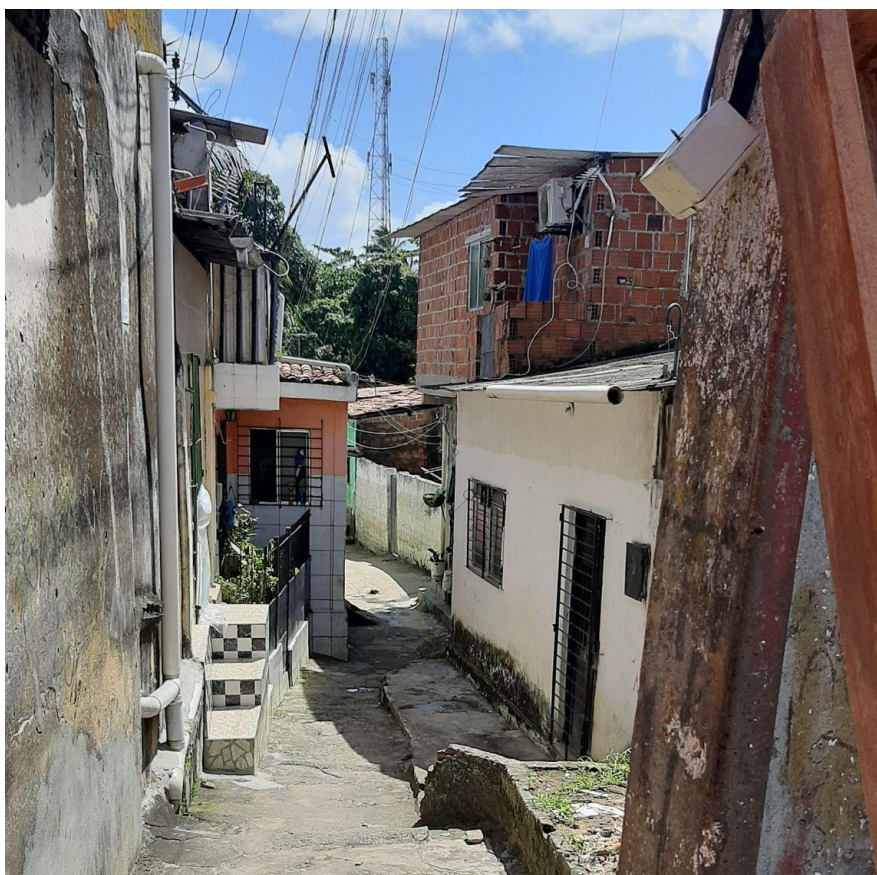


Imagem 15 - Frente das ocupações informais situadas às margens de curso d'água, Rio Doce, 2022
Fonte: Acervo da autora

Há, ainda, as ocupações que se estabeleceram em área de manguezal. O bairro de Rio Doce recebeu esse nome por conta do rio de mesmo nome que por ali passava, destacando Novaes (1990, p.13) que “pequenos rios como o fragoso mais ao norte, com os riachos de Água Fria e do Ouro Preto, reúnem suas águas formando o chamado Rio Doce, que vai desembocar no oceano, no extremo norte do município”. Assim sendo, a localização do bairro, muito próxima desses grandes volumes de água doce e salgada, o mar e o rio, foi um fator determinante para que na área onde se situa o bairro de Rio Doce, anteriormente, tenha existido um grande manguezal. Com a construção das casas do conjunto habitacional, o manguezal foi brutalmente afetado. Ao passo que o bairro se desenvolvia, a área remanescente desse manguezal começa a sofrer um processo de ocupação por edificações informais variadas, desde barracos de papelão e outros materiais, até mesmo casas térreas ou com mais de um pavimento, feitas em alvenaria, como antes dito, sendo intitulada essa comunidade como “Beira-Mangue” (Imagens 16 e 17). Hoje, apesar das condições precárias de muitas das edificações localizadas em áreas de ocupação informal, e ainda de serviços como abastecimento de água e esgotamento sanitário, a população pode contar com alguns serviços que estão mais próximos e direcionados à própria comunidade, como postos de saúde e escolas, por exemplo.



Imagem 16 - Avenida Asa Branca, na Comunidade Beira-Mangue, Rio Doce, III etapa, 2022
Fonte: Acervo da autora



Imagem 17 - “Beco da Marinete”, via bastante conhecida no bairro de Rio Doce. Comunidade Beira Mangue. 2022

Fonte: Acervo da autora

Hoje, mais de meio século após a sua fundação, o bairro de Rio Doce é composto, finalmente, pelas cinco etapas referentes ao conjunto habitacional BNH-COHAB, e outras porções construídas sem relação com o programa governamental vigente à época do conjunto.

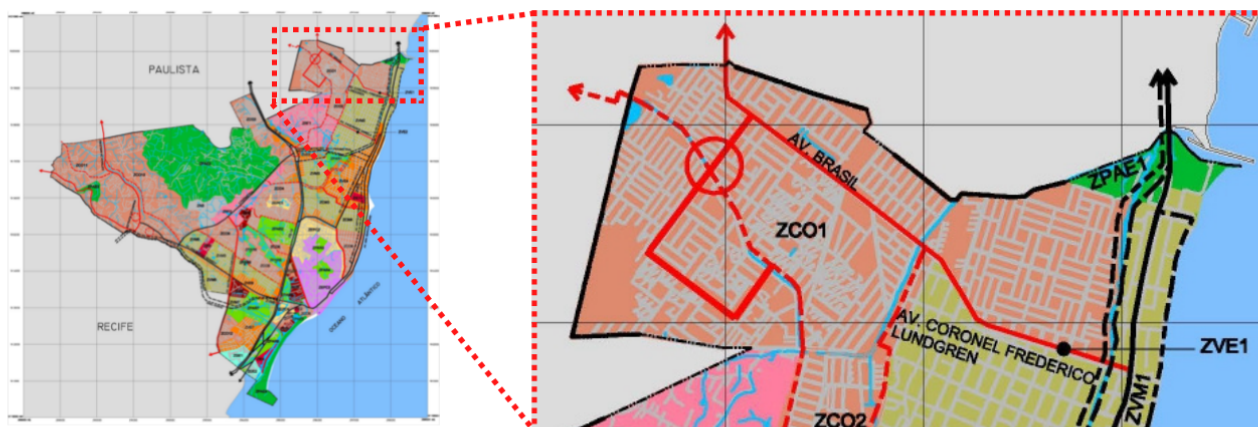
A primeira porção do bairro é a mais próxima ao litoral, que se situa, principalmente, na Avenida Carlos de Lima Cavalcante, continuando até a Ponte do Janga, divisa com a cidade de Paulista. Adentrando no bairro, encontram-se parcelamentos formais e informais também não provenientes das ferramentas governamentais, além das cinco etapas já citadas, referentes ao residencial promovido pela COHAB, o Habitacional Rio Doce.

O bairro é, atualmente, o mais populoso bairro da cidade de Olinda, com mais de 40 mil habitantes, sendo situado na Região Político Administrativa 10, que não engloba nenhum bairro além deste (Mapa 09). Nota-se, no mapa, que o bairro de Ouro Preto, outro produto da política habitacional do BNH aliado à COHAB também possui uma região político administrativa própria, fator que traz a curiosidade acerca de uma possível intenção de direcionar uma atenção diferenciada a essas localidades. No caso de Rio Doce, o bairro divide-se, ainda, em zonas, visando dar o tratamento adequado a cada uma delas considerando suas especificidades (Mapa 10). Assim, abrange a Zona de Consolidação da Ocupação 1 (ZCO 01), onde é objetivada a conservação do padrão de ocupação já existente; a Zona de Verticalização Moderada 1 (ZVM 01), com o objetivo de “compatibilizar o crescimento urbano com a necessidade de conservação da qualidade ambiental da cidade, tendo em vista as limitações infraestruturais do município de Olinda” (LUOS, PREFEITURA DE OLINDA, 2008); a Zona de Verticalização Elevada (ZVE 01), com a finalidade de incentivar o desenvolvimento de outras atividades além das que já se produzem no local, respeitando a oferta de infraestruturas bem como o status de cidade patrimônio que Olinda possui; e, por fim, a Zona de Proteção Ambiental Especial (ZPAE 01), objetivando a conservação da natureza ali existente.

A porção que diz respeito ao Conjunto Habitacional Rio Doce se localiza, majoritariamente, na ZCO 01, demonstrando o interesse em que essa área continue se constituindo de forma similar ao núcleo existente hoje. Entretanto, já se observa a construção de vários residenciais mais recentes, em sua maioria utilizando a tipologia de prédios caixão. Embora a localização desses condomínios seja, predominantemente, muito próximo à avenida principal do bairro, é possível notar a divulgação de empreendimentos que começam a se fixar, inclusive, no território em que hoje se encontram comunidades carentes, demonstrando um avanço do mercado imobiliário até mesmo dentro das áreas mais pobres de bairros já periféricos. A questão da habitação e dos condomínios fechados será melhor explorada no âmbito deste trabalho durante o capítulo 4.



Mapa 09 - Regiões político-administrativas do município de Olinda
Fonte: Prefeitura de Olinda



LEGENDA

HIDROGRAFIA

ZONEAMENTO

	ZRF - Zona de Reserva Futura
	ZCO - Zona de Consolidação de Ocupação
	ZVM - Zona de Verticalização Moderada
	ZVE - Zona de Verticalização Elevada
	ZPAE - Zona de Proteção Ambiental Especial
	ZPAR - Zona de Proteção Ambiental Recreativa

	ZEPC 1, 2 e 4 - Zona Especial de Proteção Cultural 1, 2 e 4
	ZEPC 3 - Zona Especial de Proteção Cultural 3
	ZEIS - Zona Especial de Interesse Social
	ZAS - Zona do Aterro Sanitário
	ZGE - Zona de Grandes Equipamentos
	ZIE - Zona de Interesse Estratégico

SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE

	VIA ARTERIAL EXISTENTE
	VIA ARTERIAL PROPOSTA
	VIA COLETORA EXISTENTE
	VIA COLETORA PROPOSTA
	TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO EXISTENTES
	TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO PROPOSTOS

Mapa 10 - Zoneamento do município de Olinda (adaptado pela autora)
Fonte: Prefeitura de Olinda

1.3 ASPECTOS TÉCNICO-CONSTRUTIVOS

No que concerne aos aspectos técnico-construtivos, a produção do conjunto habitacional do bairro de Rio Doce conta, essencialmente, com dois tipos de habitação, a casa térrea unifamiliar, e os edifícios multifamiliares de até 4 pavimentos sobre pilotis. As casas unifamiliares predominam em 4 das 5 etapas construídas do conjunto, se diferenciando das demais apenas a IV etapa, pois é a única a admitir a construção desses edifícios multifamiliares. É possível observar que a imensa maioria das casas foram construídas de forma geminada, isto é, coladas em uma das laterais do lote e possuindo uma parede em comum entre as

duas edificações. Em relação à sua disposição interna, as casas da segunda etapa do conjunto, por exemplo, possuíam dois quartos, um banheiro, sala, cozinha, terraço e área de serviço na parte lateral externa à residência, possuindo ainda recuo frontal, lateral e de fundos. A coberta possuía estrutura em madeira (caibros, ripas, cumeeira), e finalizada com telhas cerâmicas do tipo francesa. Os muros eram muito baixos, e contavam com a utilização de cobogós para favorecer a circulação da ventilação. Já no caso da terceira etapa, observa-se a presença dos mesmos cômodos, porém, podem se encontrar dois tipos de plantas baixas, possuindo dois ou três quartos (Imagens 18, 19, 20 e 21). Em se tratando de um projeto do porte do conjunto habitacional Rio Doce, é interessante observar o elevado nível de padronização e racionalização da arquitetura realizada nas periferias naquele momento, quando as autoridades buscavam se afirmar demonstrando, antes de mais nada, a rápida resolução do déficit habitacional existente, não havendo indícios de maior apuro no estudo das formas urbanas e arquitetônicas.

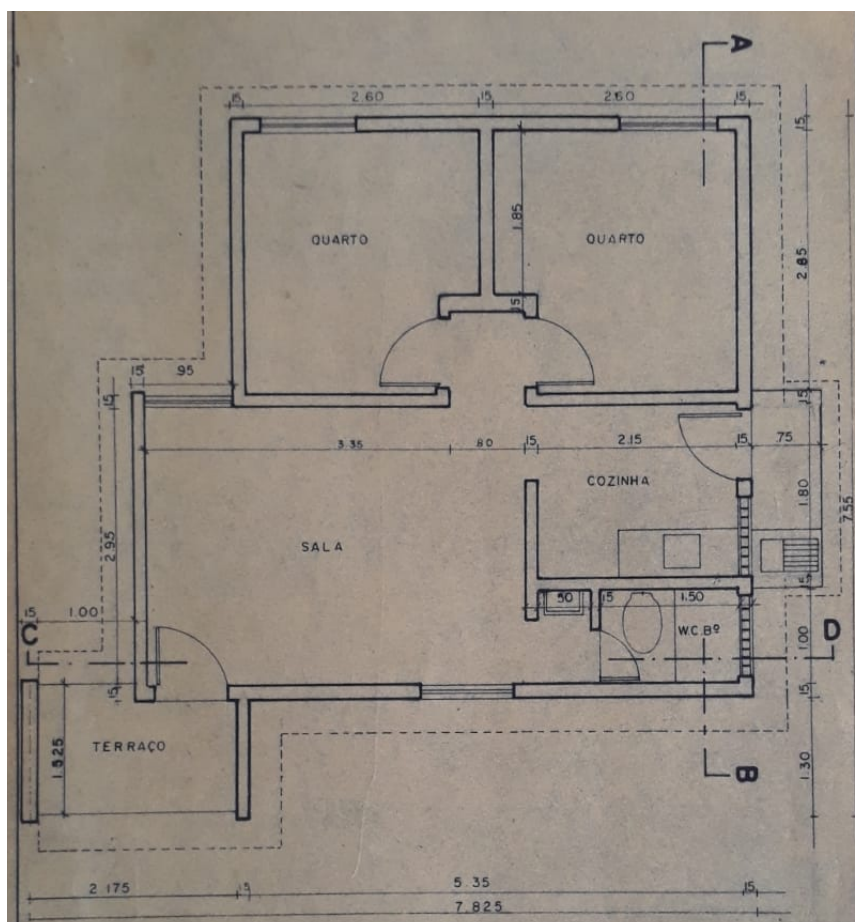


Imagem 18 - Planta baixa do anteprojeto de uma casa unifamiliar com dois quartos na III etapa de Rio Doce, 1971.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Olinda

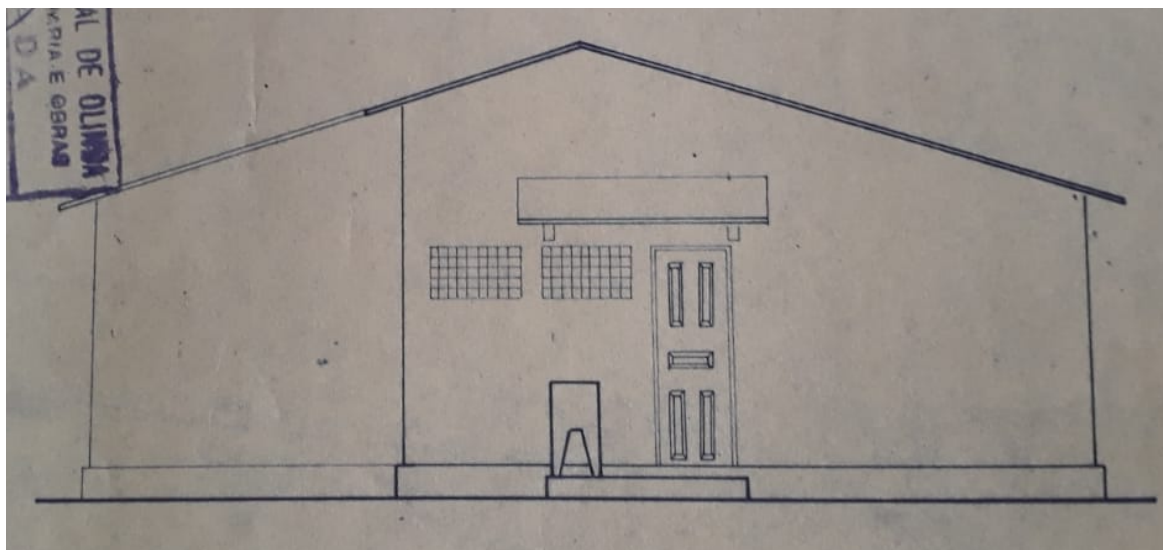


Imagem 21 - Vista lateral do anteprojeto de uma casa unifamiliar com três quartos na III etapa de Rio Doce, 1971

Fonte: Arquivo Público Municipal de Olinda

Observando-se o bairro de Rio Doce nos dias de hoje, é possível notar que a estrutura entregue pela COHAB não mais atende às necessidades da maioria das famílias, podendo-se identificar uma série de mudanças realizadas nas edificações pelos moradores. Em um primeiro momento, essas modificações se atinham ao interior da residência, especialmente à adição de mais um dormitório e ao aumento e gradil da área do terraço (Imagens 24 e 25). Com o passar dos anos, as transformações passaram a ficar mais evidentes, demonstrando-se na área externa das residências, como a construção de anexos no fundo dos lotes, adição de mais um pavimento à edificação, ou a construção de estruturas de comércio na área limítrofe à rua.

Na IV etapa, os edifícios multifamiliares se apresentam na configuração de três quartos, sala, cozinha e banheiro. Percebe-se, assim como no caso das residências unifamiliares, a modificação oriunda da necessidade. Nesse caso, os apartamentos podem passar por uma supressão do terceiro quarto, em detrimento do aumento das salas de estar e jantar, de dimensões bastante reduzidas para as atividades cotidianas nelas desempenhadas, não promovendo um espaço de descanso e refeições adequado.

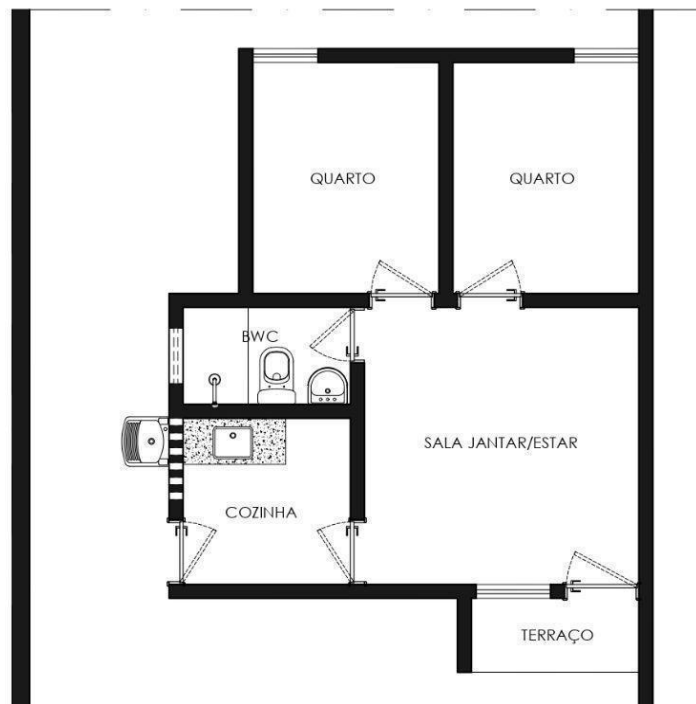


Imagem 22 - Planta baixa casa unifamiliar, conjunto habitacional Rio Doce, II etapa
Fonte: Produzido pela autora



Imagem 23 - Casa original da COHAB, Rua das Margaridas, Rio Doce, II etapa, 2022.
Fonte: Acervo da Autora

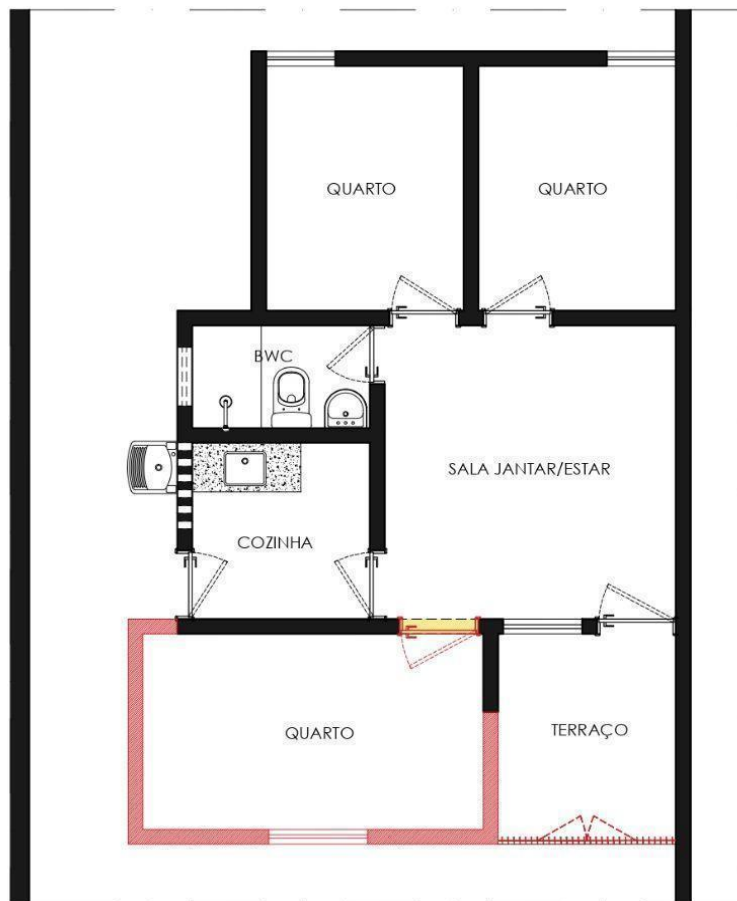


Imagem 24 - Modificações mais frequentemente realizadas pelos moradores nas casas: adição de um quarto, aumento e gradil do terraço.
Fonte: Produzido pela autora



Imagem 25 - Casa da COHAB modificada, Rua das Margaridas, Rio Doce, II etapa.
Fonte: Google Maps

Em relação à tipologia dos edifícios de até 4 pavimentos, as unidades habitacionais são dispostas em lâminas retangulares duplas, unidas por blocos de escada. Nestes edifícios, entretanto, diferentemente do que acontece nas casas unifamiliares, não há indicação de limites do lote ou separações físicas entre o espaço privado e o espaço público (Imagens 26 e 27). Conforme apontam Amorim e Loureiro (2001), em artigo acerca das transformações em conjuntos populares, observa-se que esses edifícios estão dispostos suspensos em pilotis e utilizando o conceito de “quadra aberta”, de forma que “o rés do chão é livre, público, democrático, estabelecendo assim uma gradação tênue entre o domínio público e privado, expresso na ausência de portais de controle, a não ser pelo hall de acesso aos apartamentos” (Amorim e Loureiro, 2001). Ainda segundo os autores, esta se mostra como sendo uma demonstração única desse tipo de resolução, uma vez que os conjuntos que se edificam após essa experiência substituem o rés do chão livre por mais unidades habitacionais.

Atualmente, no que diz respeito às modificações relativas às edificações multifamiliares, é bastante notória, hoje, a adição de muros que separam a área privada comum ao edifício da área pública do bairro (Imagem 28), ou mesmo a instalação de um gradil nos pilotis, resguardando ao prédio somente a área térrea referente ao tamanho de sua lâmina, podendo funcionar, ainda, como garagem (Imagem 29). A consequência do aumento do número de carros com o passar dos anos também pode ser observada nas unidades unifamiliares, que, em sua imensa maioria, sofreram a abertura de um portão para veículos em seu muro que antes possuía, apenas, o portão de pedestres, transformando sua área frontal também em garagem.

O que diferencia as duas soluções, a casa e o apartamento, entre outras características, é o padrão de acesso à unidade residencial – enquanto no apartamento, o acesso a partir da rua se faz por um espaço comum, compartilhado, na casa, ele é independente, exclusivo do morador. No edifício de apartamento, hall, escada de acesso e patamares constituem zonas ambíguas entre o interior e exterior da habitação e seu uso é regulado por códigos jurídicos, físicos e de comportamento. Na casa, a ambigüidade é eliminada por um portão, que separa o lote da rua, desempenhando o papel de um umbral. (AMORIM E LOUREIRO, 2001)



Imagem 26 - Edifícios da COHAB na IV etapa de Rio Doce, no modelo “quadra aberta”, 2022.
Fonte: Acervo da autora



Imagem 27 - Detalhe do térreo de um edifício da COHAB na IV etapa de Rio Doce, no modelo “quadra aberta”, 2022.
Fonte: Acervo da autora



Imagem 28 - Edifícios da COHAB na IV etapa de Rio Doce, modificação com a separação do público-privado, 2022.
Fonte: Acervo da autora



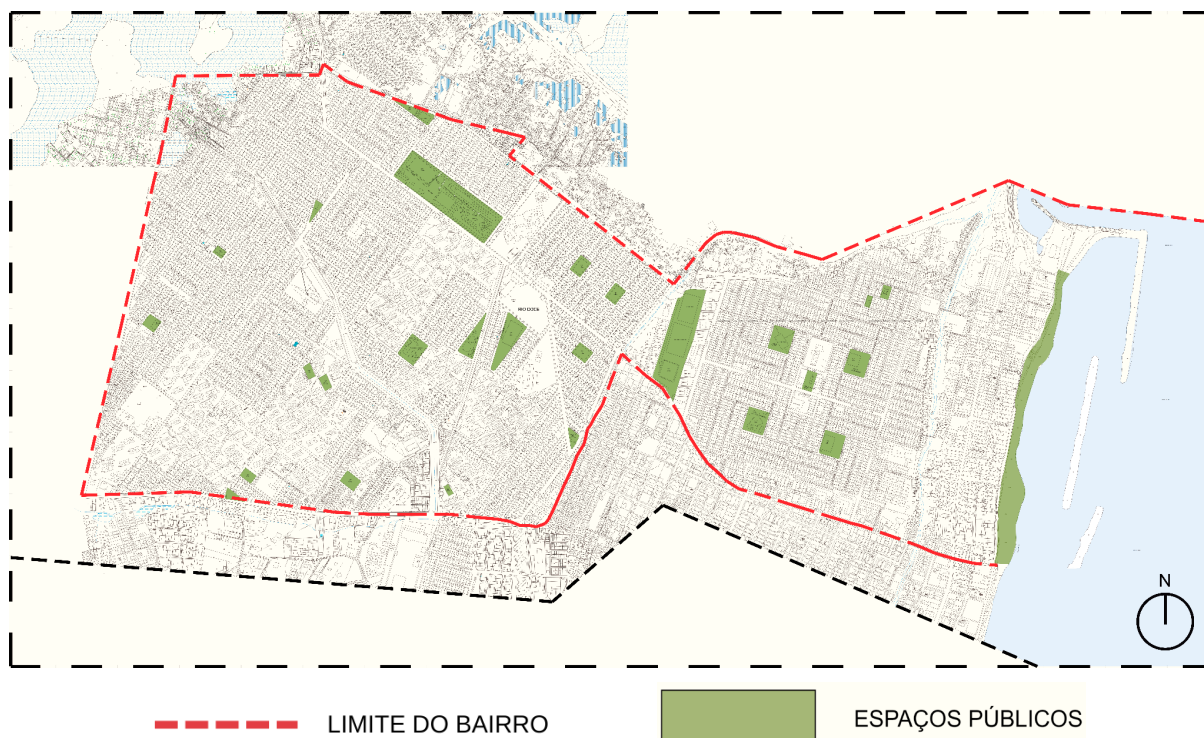
Imagem 29 - Edifícios da COHAB na IV etapa de Rio Doce, modificação com o gradil do espaço antes público para criação de garagens, 2022.
Fonte: Acervo da autora

No que concerne ao traçado urbano das áreas, a racionalização se faz presente, novamente, assim como na arquitetura (Imagem 30). A hierarquia das vias se dá de forma habitual, de uma avenida principal se originam as avenidas secundárias e as ruas. Estas, seguem um traçado rígido retilíneo e padronizado, em sua imensa maioria, com calçadas de tamanho igualmente padronizado, quadras de tamanho médio e lotes retangulares, a exceção, como antes mencionado, das quadras que abrigam os edifícios. Observa-se, também, um padrão de repetição na localização dos espaços públicos de lazer, especialmente no que diz respeito à I e II etapa do conjunto (Imagem 31), onde a cada duas quadras é posta uma praça com campo de futebol e estruturas de lazer (Mapa 11). Nas demais etapas, nota-se que os espaços públicos são bem menos frequentes, embora ainda presentes (Imagem 32). Há ainda, o grande espaço público existente na praia de Rio Doce, indo do bairro até a divisa com o município de Paulista, na ponte do Janga, amplamente utilizado para caminhadas e pedaladas.



Imagem 30 - Detalhe da racionalização do traçado urbano, bairro de Rio Doce, III etapa (trecho do mapa 05)

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, Prefeitura de Olinda



Mapa 11 - Espaços públicos do bairro de Rio Doce
 Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, Prefeitura de Olinda, edições realizadas pela autora



Imagem 31 - Praça, I etapa de Rio Doce, 2022
 Fonte: Acervo da autora



Imagem 32 - Parquinho em praça, III etapa de Rio Doce, 2022
Fonte: Acervo da autora

É interessante pontuar, ainda, que o traçado majoritariamente retilíneo e proporcional do Conjunto Habitacional Rio Doce não ficava restrito somente a si. Isto é, é possível observar que as produções da COHAB naquele momento costumavam seguir a mesma linha de padronização e desenho urbano encontrada no bairro de Rio Doce. Nessa perspectiva, é válido perceber o traçado do tecido urbano no bairro de Ouro Preto, também na cidade de Olinda. Ouro Preto também é um bairro que recebeu construções oriundas da iniciativa BNH/COHAB, tendo passado por obras em período concomitante ao bairro de Rio Doce. Pode-se notar que, apesar de algumas distinções, como o maior emprego de vias curvas no traçado urbano, reflexo até mesmo do relevo que proporciona uma maior quantidade de subidas e descidas, a natureza retilínea e padronizada das quadras e ruas do bairro de Ouro Preto em muito se assemelha ao desenho encontrado no bairro de Rio Doce (Imagem 33). É possível constatar, ainda, que esse tipo de parcelamento de quadras e lotes se fez presente nas construções da COHAB por todo o Brasil, como pode-se observar, além do bairro de Ouro Preto, nos conjuntos da Vila União (Imagem 34) e da Vila Alvorada (Imagem 35), em Goiânia, por

exemplo. As vilas foram construídas pela COHAB-Goiás no ano de 1968, fazendo parte dos primeiros conjuntos oriundos do Sistema Financeiro da Habitação naquele estado (LUCAS, 2016).



Imagem 33 - Traçado urbano, bairro de Ouro Preto, Olinda, 2013
Fonte: Google Earth



Imagem 34 - Traçado urbano, Vila União, Goiás, 2022
Fonte: Google Earth



Imagem 35 - Traçado urbano, Vila Alvorada, Goiás, 2022
Fonte: Google Earth

1.4 RIO DOCE ENQUANTO FONTE DE APRENDIZADO

Retomando o conceito de valor cognitivo, sabe-se que ele se dá quando o bem possui capacidade de expressar algum tipo de conhecimento ao observador. Após o estudo da história do bairro, pode-se inferir algumas coisas.

Nota-se que a ocupação no bairro de Rio Doce já existia - embora de maneira tímida - muito antes até mesmo das praias de Olinda serem tomadas pelas práticas de veraneio, após a saída dos holandeses ainda no século XVII, conforme antes citado a partir da obra de Pereira da Costa (v.5, 1953). Com a construção do Conjunto Habitacional Rio Doce, observa-se uma explosão habitacional em Olinda, ocasionada por sua construção, sendo a habitabilidade da cidade extremamente impulsionada e estimulada pela chegada do conjunto e de sua expressão populacional. Ao mesmo tempo, o próprio bairro se configura como testemunho material dessa expansão urbana, seja por esse crescimento no quantitativo de moradias e habitantes ou mesmo pela expansão de serviços e infraestruturas antes ali não existentes. Além disso, o bairro de Rio Doce é o retrato fiel das práticas habitacionais do Brasil dos anos 1960, na ditadura militar. Em seu traçado urbano, suas formas, suas plantas-baixas, na maneira racionalizada que a habitação se coloca na criação de uma nova dinâmica urbana, onde antes existia, majoritariamente, o vazio urbano, demonstra-se através do bairro e de sua configuração, a maneira como a questão da habitação social era tratada no período pelas autoridades.

Rio Doce também expressa a resistência da periferia, seja dos moradores que se estabeleceram em locais inadequados para moradias e precisam lutar pelos seus direitos, ou dos que movimentam o bairro com ações culturais de dança, música e esportes, ocupando e trazendo sentido aos espaços públicos e levando a cultura periférica para além das fronteiras do bairro, expandindo a voz da periferia para outros locais.

Nota-se, ainda, no bairro, o crescimento econômico ocorrido em pouco mais de meio século. Rio Doce, que à época de sua construção, sofria com a falta de comércio e serviços para a população, hoje é um dos mais bem servidos da cidade no que concerne à oferta destes. Hoje, Rio Doce é o maior bairro de Olinda, com

41.635 habitantes (CENSO 2010, IBGE), representando 11% da população total de Olinda. Assim, o desenvolvimento econômico de um bairro desse porte reverbera diretamente na cidade, criando uma estreita relação entre a dinâmica comercial dos dois.

Dessa e de outras formas aqui já citadas, Rio Doce se configura como um testemunho que resiste no tempo, de um passado que, mesmo recente, se apresenta significativo para a cidade de Olinda, consistindo em um forte catalisador do crescimento e das mudanças nela.

2. O VALOR AFETIVO: “RIO DOCE, MEU PAÍS”

A dimensão afetiva está intimamente ligada à subjetividade humana. Na construção do ser em sociedade, sentimentos e emoções se conectam às vivências, em busca da produção do sentido do que é ser humano. No que diz respeito à afetividade relacionada aos valores culturais no âmbito da arquitetura e urbanismo, abordados neste trabalho, definem-se como “os valores que costumamos chamar de históricos (mas relacionados à memória e não a conhecimento controlado)” (MENESES, 2012, p.36). Isto é, tendo em vista um objeto de estudo, o valor afetivo relacionado a ele se associa diretamente com a carga simbólica, os vínculos subjetivos e a formação do sentimento de pertencimento e identidade. Nesse sentido, pode-se correlacionar a isto o conceito de significância cultural.

Uma das principais cartas patrimoniais existentes, a Carta de Burra, apresenta o conceito de significância cultural como sendo o “valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras” (Carta de Burra, 2013). Nessa perspectiva, observa-se que o elemento embaixador da constatação sobre a existência do valor cultural se relaciona intimamente com a dimensão subjetiva do ser humano na sua relação com as coisas. Isso porque, conforme o próprio documento delibera, as noções acerca disso estão interligadas com os atores sociais e “os sítios podem ter variações de valor para indivíduos ou grupos diferentes” (Carta de Burra, 2013). Dessa forma, os valores culturais não são fruto de locais ou edificações por si só, mas sim das práticas dos atores sociais a eles relacionados, bem como às vivências ali ocorridas. Trata-se de uma questão profundamente relacionada à história, cultura e subjetividade, em um movimento de produção e construção social contínua, reconhecendo que “a significância é feita, não encontrada” (MASON, 2004, p.66).

Ainda nesse tocante, os conceitos e discussões acerca da memória no âmbito do patrimônio cultural estão sempre sendo debatidos. Randall Mason, em seu texto “Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of Significance”, traz aspectos acerca do papel das recordações e da afetividade para o campo do patrimônio. Assim sendo, de acordo com o autor, ainda no século XIX a preservação objetivava, em suma, representar aspectos do passado por meio de traços físicos

remanescentes do que um dia existiu, numa cultura de consertar as coisas. Com o passar do tempo, a preservação começa a atingir um campo mais subjetivo, conectando memória e meio ambiente, em um processo que o autor denomina “conexão memória/tecido” (2004, p.64). Nesse sentido, o grande motivo relativo ao regimento das práticas de preservação, no campo do patrimônio, seria, de fato, o cultivo desses aspectos afetivos e identitários, e todas as ações para a conservação do tecido físico seriam um meio de preservar a própria memória.

Entretanto, apesar da evolução no conceito de valores culturais, no Brasil, a imagem tida como referência, no que diz respeito ao patrimônio, permanece sendo as formas eurocêntricas da arquitetura do período colonial. O Discurso Autorizado de Patrimônio, conforme aponta a arqueóloga Laurajane Smith (2021), se relaciona com a ideia de que o patrimônio material possui um valor inerente a si, que se transmite de geração em geração.

O Discurso Autorizado de Patrimônio (AHD) foca sua atenção em objetos materiais, sítios, lugares e/ou paisagens esteticamente agradáveis que as gerações presentes devem cuidar, proteger e reverenciar para que possam ser transmitidos para nebulosas gerações futuras com vistas a “educá-las” e a forjar um sentido de identidade comum baseada no passado. A ideia de que o valor da cultura material é inato ao invés de atribuído está seguramente incrustado nesse discurso. Patrimônio como algo frágil, finito e não renovável (SMITH, 2021, p.143-144).

Assim, percebe-se que o movimento amplamente executado, ainda que se oponha aos conceitos e entendimentos mais recentes acerca do patrimônio e valor cultural, é o de continuar admitindo, em sua maioria, a imagem da arte, cultura e história européias no que é aceito e bem quisto como digno de preservação, em um processo de universalização das formas. Ainda nesse tocante, Nascimento (2007) aponta que o patrimônio, no Brasil, ainda está fortemente interligado com os ideais de identidade nacional representadas pelo período colonial, tendo como forte expressão disso, por exemplo, cidades de arquitetura colonial tombadas por instrumentos nacionais e internacionais, como Ouro Preto e Olinda (p.30-31). Percebe-se, assim, que a ideia de patrimônio mais aceita e enraizada nas práticas no Brasil e no mundo não consideram a ação dos atores sociais como determinante no processo de valoração cultural, nem como a produção do patrimônio por estes se

dá, ou sua relevância, mas sim uma ideia pautada nos grandes cânones estéticos (Imagens 36 e 37).



Imagem 36: Exemplo de formas arquitetônicas aceitas pelo *Discurso Autorizado do Patrimônio*. Igreja de São Francisco de Assis e Igreja de Nossa Srª do Carmo, Mariana - Minas Gerais, 2018.
Fonte: Acervo da autora



Imagem 37: Exemplo de formas arquitetônicas aceitas pelo *Discurso Autorizado do Patrimônio*. Paraty - Rio de Janeiro, 2020.
Fonte: Acervo da autora

É possível notar, então, que, em alguns casos, mesmo com um reconhecimento acerca da importância da preservação, o peso do *Discurso Autorizado de*

Patrimônio se mantém firme. A arquitetura moderna no Brasil, por exemplo, pode ser utilizada para ilustrar essa questão. De acordo com Silva (2012), o Brasil foi o primeiro país a adotar instrumentos para garantir a preservação da arquitetura moderna, quando em 1947 a Igreja da Pampulha, obra de Oscar Niemeyer, entrou para os Livros de Tombo do IPHAN. Abrindo-se o precedente, outras obras foram sendo anexadas à lista das protegidas pela legislação brasileira. A própria capital brasileira, Brasília, idealizada também por Oscar Niemeyer e pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa, foi pensada e executada de acordo com os preceitos modernistas vigentes no período. Nesse sentido, a cidade possui zoneamento bem demarcado e a presença de quadras abertas, por exemplo, e tem inspiração, ainda, nas obras e ideias de Le Corbusier, considerado um dos mais importantes mestres do movimento modernista na arquitetura, e do modernismo que já vinha em efervescência também em outras partes do mundo. É possível se observar, em todo Brasil, a perda gradual de muitas das edificações que são testemunhos desse período. “A questão é que, na maioria dos casos, com exceção de ícones que se destacam especialmente pela plasticidade, muitos dos edifícios da arquitetura moderna não possuem valor reconhecido pela população em geral.” (SILVA, 2012, p.41). A excepcionalidade aparece como norteadora das escolhas.

No âmbito deste trabalho, é imprescindível trazer esse questionamento para a esfera dos conjuntos habitacionais. A produção habitacional brasileira, conforme discutido no capítulo anterior, buscou em diversos momentos a resolução do déficit habitacional no país. Essa tentativa acarretou na produção em larga escala de habitações que, frequentemente, eram erguidas de forma a preencher vazios urbanos existentes. Os conjuntos habitacionais, então, estavam intimamente ligados com a classe menos favorecida da população, os trabalhadores e/ou operários, se inserindo em uma dinâmica capitalista e, em muitos casos, sendo socialmente excludentes.

Entretanto, esses conjuntos habitacionais, muito pela forma apartada territorialmente na cidade e pelo papel que desempenhavam na sociedade, acabavam por criar novas dinâmicas, onde o senso de comunidade, solidariedade, vizinhança e a relação com o espaço podem se intensificar. Nesse contexto, os valores afetivos podem acabar sendo construídos com a vivência no local e a

formação de vínculos, uma vez que “constam de vinculações subjetivas que se estabelecem com certos bens” (MENESES, 2012, p.36).

Em razão dos motivos pelos quais os conjuntos habitacionais foram erguidos, bem como do poder aquisitivo da população que neles residia, criou-se, de maneira bastante abrangente, um forte estigma negativo a respeito deles. Esse preconceito, criado desde o primeiro momento de sua construção, atravessa as barreiras do tempo e se projeta ainda nos dias de hoje. Observa-se na produção bibliográfica de Flávia Nascimento, com ênfase nos conjuntos habitacionais modernos e vilas operárias, a dificuldade em fazer com que essas construções sejam, de fato, consideradas objetos de preservação dotados de valor cultural. A autora aponta que, nos anos 1980, devido à mudança e maior abrangência dentro do conceito de patrimônio, alguns conjuntos foram examinados e preservados, devido a sua importância histórica e representativa do crescimento da cidade (NASCIMENTO, 2007).

É possível traçar uma relação entre a questão do *quadro da memória coletiva* e do *Discurso Autorizado de Patrimônio*, onde ambos se articulam de forma a dificultar uma visão desprovida de preconceitos que possa identificar nesses conjuntos algum valor, privilegiando, novamente, as expressões coloniais. É interessante pontuar, ainda, que o fator histórico amplamente utilizado para legitimar ou não o patrimônio também influencia na questão da valorização dos conjuntos de habitação social. Isso porque, as arquiteturas mais recentes, como é o caso da moderna, esbarram em uma dificuldade de aceitação de seus valores muito maior do que a maioria das edificações protegidas, que podem ser até mesmo seculares.

Saindo do âmbito da arquitetura moderna, identifica-se que, com o passar dos anos, os conjuntos habitacionais continuaram a ser idealizados e construídos tendo em vista o mesmo objetivo, acabar com o problema habitacional no país. É nesse contexto que se insere o objeto de estudo deste trabalho, o bairro de Rio Doce. Conforme discutido no capítulo anterior, o bairro de Rio Doce se consolidou após a construção do conjunto habitacional promovido pela COHAB-PE em parceria com o Banco Nacional da Habitação (BNH), no final da década de 1960, durante o período da ditadura militar brasileira. Vale lembrar que no período ditatorial a questão

habitacional se fez bastante presente, sendo construídos vários conjuntos, sejam eles voltados para a população de classe média, ou para os menos favorecidos, como era o caso do bairro de Rio Doce. Segundo Nascimento “Os conjuntos feitos durante a ditadura militar pelo Banco Nacional de Habitação - BNH são (...) muito criticados e associados à identidade do período ditatorial, com planejamentos pouco participativos, sem consulta à população e distantes das suas necessidades.” (2007, p.11). Nota-se, assim, que a presença do preconceito acerca dos conjuntos habitacionais continuou existindo, apoiando-se sobre uma suposta crítica à arquitetura e urbanismo, mas que, em muitas situações, refletia o preconceito com a periferia e com a classe trabalhadora, uma vez que esse movimento retrata bastante a dinâmica relacionada à renda, pois essa segregação entre as áreas centrais e periféricas delineiam uma segregação também pautada em classes sociais (COSTA, 2011). Nesse sentido, o bairro de Rio Doce já nasceu influenciado por essa separação geográfica e de classe, intensificada pelos maus olhos com que a periferia é vista.

No que concerne à questão da segregação espacial, também foi motivo de bastante impacto, pois o bairro localiza-se no extremo norte da cidade de Olinda, afastado dos locais onde, à época de sua construção, havia uma população de maior poder aquisitivo, bem como as áreas urbanizadas e dotadas de mais infraestruturas. Nesse contexto, é interessante analisar que a vida no bairro, após a edificação do conjunto habitacional, dentro dessas condições, pode ter se inclinado a desenvolver-se bastante voltada para si mesma. O bairro tinha sua população, majoritariamente, formada por trabalhadores pobres, que saíam todos os dias para trabalhar e percorriam longas distâncias para ir e voltar para a tão sonhada casa própria. Essas tantas vivências semelhantes, coexistindo em um contexto de um novo núcleo urbanístico pacato, de casas térreas com muros baixos e espaços públicos que favoreciam a socialização, eram um estímulo à criação de laços, promovido pelo local, como expressa Nascimento quando afirma que

(...) Seria importante ter em conta a tessitura das relações sociais expressas no cotidiano dos conjuntos residenciais e, logo, suas relações históricas com o espaço edificado. É central entender que os processos históricos que levaram às transformações, remodelações e adaptações nos espaços dos conjuntos residenciais devem ser estudados de modo a criar

um corpo crítico que permita sua permanência nas nossas cidades como locais legítimos de moradia e lugares de memória. (NASCIMENTO, 2018, p.2)

Dessa forma, as relações sociais se fortaleciam tendo o bairro como pano de fundo, em um contexto tido como raro nos dias de hoje, onde a imensa maioria dos vizinhos se conheciam e até mesmo formavam laços de amizade. A rua, além de via de passagem, se configura como local de encontro, celebrações, brincadeiras, fortalecendo a dinâmica do bairro pautada na afetividade e trazendo vida ao local. Ali os habitantes formaram suas famílias e criaram seus filhos enquanto o bairro se desenvolvia e crescia, tornando-se lar de gerações. Veremos de forma mais quantificada as bases dessas afirmações mais à frente neste trabalho.

Observando o bairro pela ótica do *Discurso Autorizado de Patrimônio*, imagem socialmente mais aceita e difundida no *quadro da memória coletiva* brasileira, o conjunto de habitação social simples com arquitetura e urbanismo extremamente racionalizados, não se enquadra como tendo valor positivo. Dessa forma, o bairro passa a ser associado apenas a um bairro periférico como tantos outros, sem levar em consideração a ação dos atores sociais e a forma como os valores culturais se originam e se articulam dentro deste. Muito além das questões históricas já abordadas neste trabalho, a dimensão afetiva, pelas condições em que o bairro cresceu e se consolidou, bem como por fazer parte da vida e história de gerações, pode se fazer intensamente presente, entrelaçando o bairro ao valor cultural afetivo, expresso por Meneses (2012). Na visão contemporânea de patrimônio, explicitada em cartas patrimoniais, textos como os de Mason e Meneses já citados, e na Constituição brasileira de 1988, por exemplo, as formas arquitetônicas tradicionais não mais representam o ideal de patrimônio. Este pode também ser constituído de acordo com valores relacionados às vivências dos atores sociais. Isto é, o bem cultural não possui valor intrínseco a si, mas sim pode ter origem na significação conferida ao local por aqueles que com ele tem relação (NASCIMENTO, 2018). Pode-se refletir, através da citação, então, que é possível a existência de um valor de natureza imaterial, relacionado à memória e à criação de um sentimento afetivo pelo local, bem como o surgimento de uma identidade e pertencimento local, no caso, ao bairro de Rio Doce. Entretanto, é comum que, nos discursos acerca do patrimônio, que as ideias de patrimônio material e imaterial sejam colocadas de

forma oposta, passando a ideia de que os dois não podem coexistir em sincronia no mesmo local. A respeito disso, aponta pertinentemente Meneses, “se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se” (2012, p.31). Dessa forma, todo patrimônio imaterial possui um suporte material, tendo, no âmbito desta discussão, o possível valor afetivo suporte no bairro de Rio Doce.

No que concerne à observação de valores afetivos criados em bairros periféricos, a obra musical do sambista Arlindo Cruz retrata ricamente e com precisão a íntima ligação que pode ser criada entre o espaço e o ser humano, relação essa que se expressa em uma de suas mais célebres canções, intitulada “Meu lugar”. Arlindo refere-se, na canção, a Madureira, importante bairro do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, conhecido por sua forte veia sambista, sua ligação com a cultura negra, e por ser um importante polo comercial da cidade. O autor expõe, então, na letra de sua música, aspectos sociais, econômicos, geográficos e religiosos do local mas, sobretudo, articula suas palavras de forma a enfatizar e deixar explícita sua relação de afetividade e memória com o local. Nesse sentido, no trecho “*A saudade me faz lembrar/ Os amores que eu tive por lá/ É difícil esquecer/ Doce lugar/ Que é eterno no meu coração/ E aos poetas traz inspiração/ Pra cantar e escrever*”, fica nítido que o bairro permanece no imaginário do autor, fazendo parte de sua vida e sendo palco de suas lembranças, podendo se captar também um certo tom de nostalgia. É interessante atentar, ainda, para a escolha do emprego do termo que dá nome à canção, “Meu lugar”. A utilização dessa frase durante toda a música para referir-se ao bairro que “carrega consigo uma explícita relação de pertencimento entre compositor e o lugar que retrata na música; o meu lugar não é qualquer lugar, é o lugar que me pertence e que me sinto pertencido.” (BRUM E SILVA, 2015, p.66-67), ficando exposto, assim, além do sentimento afetivo, a forte identidade que o autor tem com o local. É pertinente pontuar que o bairro de Madureira, apesar de contar com alguns poucos exemplares arquitetônicos preservados de períodos específicos, como modernos, por exemplo, apresenta-se, de modo geral, como um típico bairro de subúrbio. Dessa forma, embora ainda possua algumas edificações conservadas que datam do início da ocupação do local, em meados do século XIX, o bairro apresenta a maioria delas descaracterizada. Ou seja, a existência dos valores culturais, no caso em questão, o valor afetivo, em nada depende de uma

arquitetura que atenda aos princípios das formas historicamente supervalorizadas, e sim das práticas e vivências experienciadas na formação da significância, memória e identidade. Como afirma Smith, “Identidade não é algo simplesmente ‘produzido’ ou representado por sítios e monumentos patrimoniais, mas é algo ativa e continuamente recriado e negociado” (SMITH, 2021, p.142).

Nesse sentido, guardadas as proporções em comparação ao bairro descrito pela música, levando em consideração novamente a história do bairro de Rio Doce e a forma como as relações sociais e a vida urbana nele se desenvolveram, é possível que existam valores afetivos a ele relacionados, presentes em seus habitantes e pessoas que tem ou já tiveram ligação com o bairro. Nesse sentido, “o valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados” (FONSECA, 2001, p.112), intimamente interligados à subjetividade humana. Por exemplo, é possível observar na produção musical de Chico Science, como antes já dito, a forte presença do manguezal, elemento que pode ter tido sua importância acentuada na vida do artista através do bairro de Rio Doce, atrelado às memórias de infância e/ou juventude. É possível observar, ainda sobre o bairro de Rio Doce, sua presença na produção cinematográfica, como no documentário “Rio Doce/CDU” e no longa metragem “Rio Doce”, sendo possível encontrar na internet, relacionados às produções, manifestações de carinho e memórias afetivas de pessoas que se relacionam, ou já se relacionaram, com o bairro. Tendo isso em mente, na busca pelo valor afetivo e, conseqüentemente, expressão de memória e identidade ligadas ao bairro de Rio Doce, no âmbito deste trabalho, alguns procedimentos de investigação precisaram ser realizados.

Primeiramente, foi utilizado o método de aplicação de formulários. Os formulários tinham como objetivo central determinar se pessoas que possuem ligação com o bairro de Rio Doce (como moradores, ex-moradores, pessoas que possuam familiares/amigos/relacionamentos no bairro, entre outros) cultivam dentro de si algum tipo de afetividade pelo bairro, e, dentro desse aspecto, se possuem ainda alguma relação de identidade, memória e pertencimento à comunidade. É importante pontuar que, entre as 30 questões colocadas, foram coletadas as idades das pessoas que responderam ao formulário, pois foi objetivado, também, identificar

se o valor afetivo ultrapassa as barreiras do tempo e atinge todas as gerações criadas no bairro de Rio Doce, ou se as mesmas se cultivam apenas dentre os mais velhos. Nesse sentido, buscou-se identificar não somente as formas que as diferentes faixas etárias enxergam o bairro de Rio Doce e, conseqüentemente, articulam ou não algum tipo de valor afetivo relacionado a ele, mas também perceber em seus discursos elementos de percepção e materialidade do bairro, buscando articular memórias e lugares. Ainda no tocante ao formulário, parte das perguntas foram direcionadas, prioritariamente, à resposta das importantes questões impostas neste capítulo.

Nessa perspectiva, foram recebidas respostas de pessoas entre 18 e 70 anos, sendo a maioria delas na faixa etária entre os 20 e 29 anos, seguidas pelas pessoas entre 40 e 49 anos. Em sua maioria, ainda, encontram-se os moradores e ex-moradores do bairro, existindo ainda os trabalhadores e os que apenas frequentam o bairro, pois possuem família moradora do bairro de Rio Doce.

A primeira pergunta que pode ajudar a demonstrar se há envolvimento afetivo da população com o bairro de Rio Doce é a pergunta nº 7, “O que o bairro de Rio Doce significa para você?”. Nota-se, no gráfico 01, que a maioria dos respondentes citaram aspectos relacionados diretamente à memória e pertencimento em relação ao bairro. Nesse sentido, em diversos momentos utilizaram-se de frases como “tudo, tem meu coração” e “minha identidade”. Outro ponto bastante citado nas respostas são os que fazem referência à afetividade em si, inclusive utilizando-se deste termo. Dessa forma, alguns respondentes caracterizaram o bairro de Rio Doce como um bairro afetivo, expressando a intimidade e os sentimentos que cultivam dentro de si em relação ao bairro, muitas vezes sendo citado como lugar para o desenrolar de relações pessoais importantes em suas vidas. O bairro foi relacionado às diversas relações pessoais nele construídas por parte dos respondentes, como suas infâncias, juventude, casamento, criação dos filhos, entre outros. Para parte dos participantes da pesquisa, o local apresenta-se como casa, como lar ou, ainda, como “local de moradia agradável”. Além disso, para uma parcela destas pessoas, o bairro de Rio Doce representa cultura, citado por um dos respondentes como “Meu principal referencial cultural, a praia, o mangue, o saudoso maracatu e ciranda de mestre Custódio”. A seção “outros” demonstra-se expressiva

no gráfico, entretanto, representa a junção de respostas diversas e divergentes, em muitos casos, não sendo possível aglomerá-las em uma parte que corresponda a uma essência em comum entre elas. Sendo assim, agrupam-se respostas que levam em consideração pontos como o comércio abundante do bairro, sua localização periférica, opiniões negativas relacionadas ao abandono do bairro pelo poder público, bem como opiniões positivas acerca da evolução experienciada pelo bairro no decorrer dos anos, colocações importantes mas que, para fins de quantificação percentual individual, não se tornam relevantes.

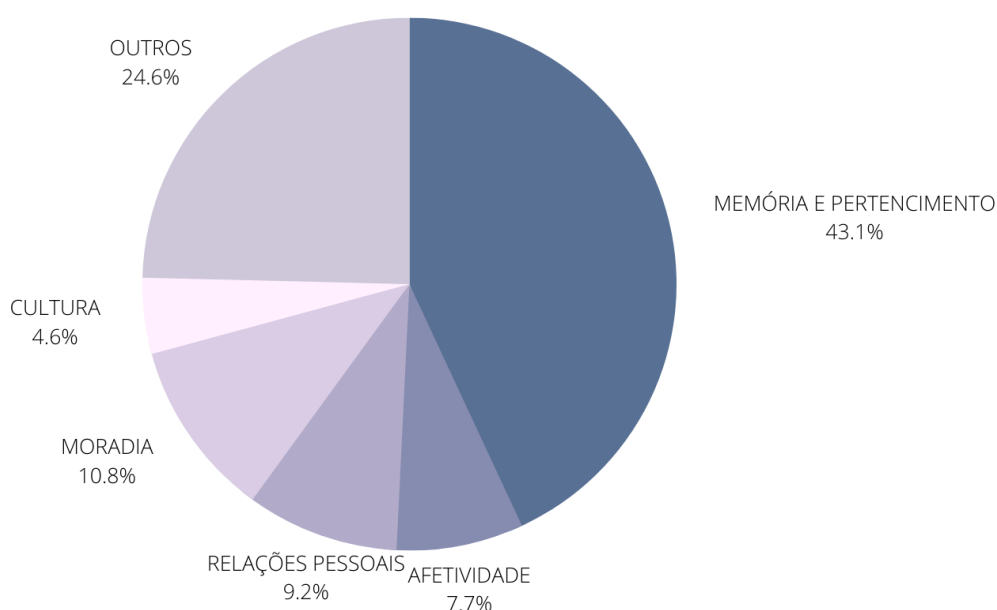


Gráfico 01: Significado do bairro de Rio Doce, segundo os respondentes do formulário
Fonte: Produção da autora

Em seguida, foi perguntado aos participantes da pesquisa se eles acreditavam que as pessoas do bairro de Rio Doce formam uma comunidade. Essa pergunta teve como objetivo identificar se, para os respondentes, o bairro se apresenta como mais do que uma simples porção do território olindense, se as relações sociais ou dinâmicas ali desenvolvidas poderiam qualificar o bairro de forma que o mesmo apresente um certo senso de coletividade. Nesse sentido, como representado no gráfico 02, a grande maioria dos respondentes acreditam que o bairro de Rio Doce se faz, de fato, uma comunidade, com base nas pessoas que dele usufruem. Dessa forma, ainda no sentido desta pergunta, o próximo questionamento busca identificar se essas pessoas se sentem pertencentes à comunidade que identificam como existente no bairro de Rio Doce (gráfico 03). Foi possível observar, através das respostas coletadas no formulário, que a maioria delas se sentem pertencentes a

essa comunidade, ao passo que a minoria dos respondentes não sentem qualquer relação de pertencimento. O restante dos pesquisados consideram-se parcialmente pertencentes à comunidade, o que demonstra a existência de uma identificação com o bairro, mesmo que em grau menos elevado, podendo-se inferir, ainda, o reconhecimento destas pessoas à colocação de que essa comunidade existe verdadeiramente.

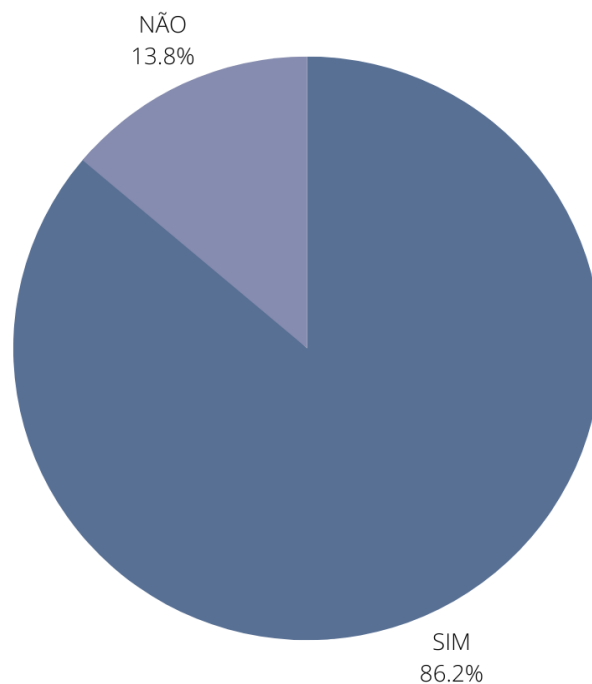


Gráfico 02: Opinião dos respondentes sobre se as pessoas do bairro de Rio Doce formam uma comunidade

Fonte: Produção da autora

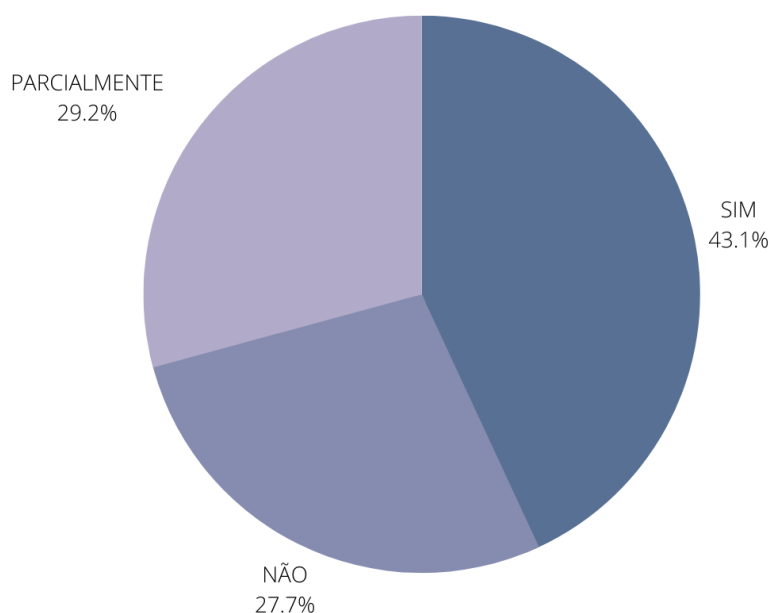


Gráfico 03: Percentual correspondente aos respondentes que se sentem, ou não, parte da comunidade do bairro de Rio Doce
Fonte: Produção da autora

No caso dos respondentes à pesquisa que são moradores do bairro de Rio Doce, foi questionado se, caso houvesse a oportunidade, seria de seu interesse morar em outro bairro. Conforme expresso no gráfico 04, a maioria realizaria, de fato, a troca de endereço, enquanto o restante dos participantes continuariam a morar no bairro de Rio Doce. Ainda nesse sentido, foram apurados, também, os motivos pelos quais os respondentes desejariam, ou não, se mudar do local (gráfico 05)

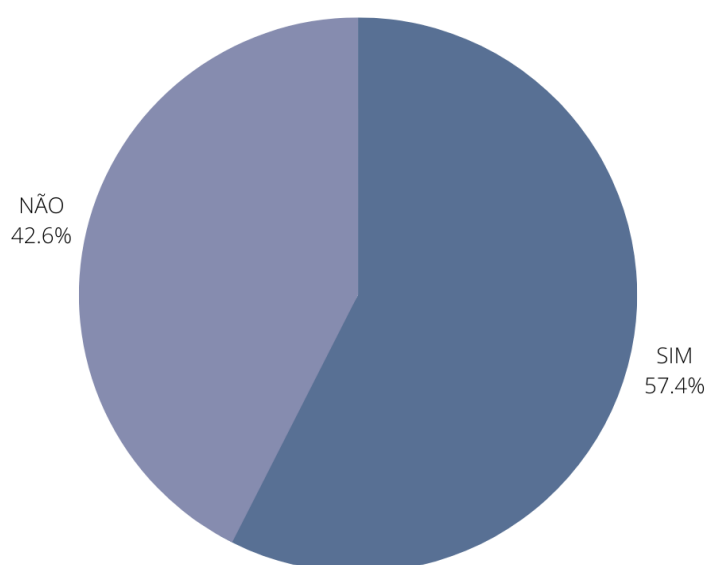


Gráfico 04: Percentual de respondentes que se mudariam, ou não, do bairro de Rio Doce
Fonte: Produção da autora

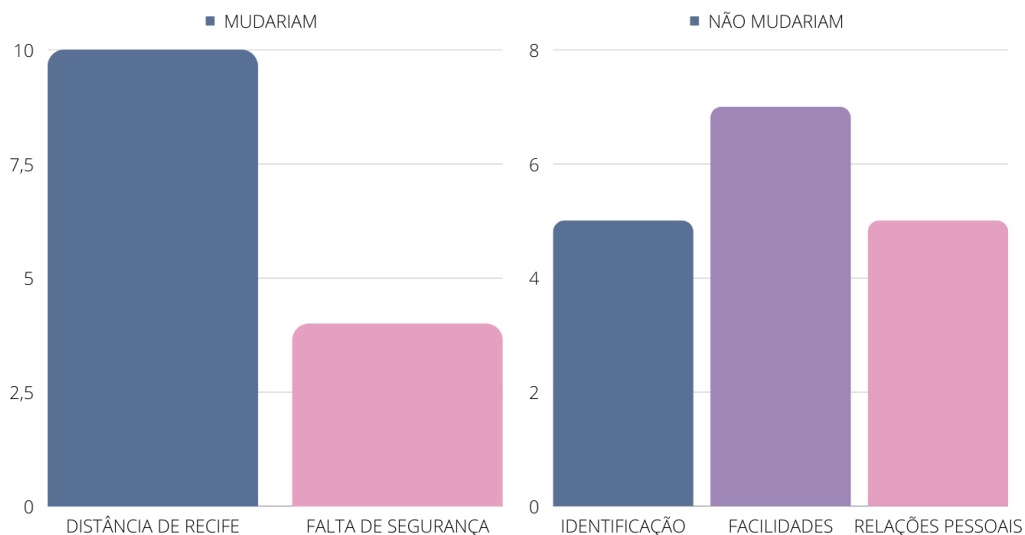


Gráfico 05: Motivos mais citados pelos quais os respondentes se mudariam, ou não, do bairro de Rio Doce

Fonte: Produção da autora

Essa quantificação foi realizada não tendo como base o número total de participantes da pesquisa, pois a maioria citou mais de um motivo pelo qual permaneceria ou não residindo no local. Dessa forma, o balanço foi realizado levando em consideração os motivos mais citados pela maioria dos respondentes da pesquisa. Sendo assim, como motivos para a mudança de endereço, destacaram-se a distância da cidade do Recife, pois a grande maioria da população de Rio Doce, bem como da cidade de Olinda no geral, possui grande parte de sua vida atrelada à capital, seja trabalho, estudo ou outros; e a falta de segurança no bairro. É interessante citar, em relação a este último motivo, que diversas respostas citavam - com certo tom de tristeza - a tranquilidade e a calma que existia no bairro há alguns anos, fator que se perturbou e se perturba cada vez mais pela crescente violência urbana.

Já no que concerne às respostas relativas à parcela dos respondentes que não se mudariam do bairro de Rio Doce, destaca-se a identificação destes com o bairro; as facilidades oferecidas por este, como diversidade de comércio e serviços, por exemplo; e as relações pessoais constituídas no bairro, sejam elas de amizade ou familiares, muitas vezes representando estes dois nichos. Percebe-se, assim, que a questão emocional foi pensada e levada em consideração por parte dos respondentes na hora de explicitar o que os levaria a tomar a decisão de deixar ou não o bairro, explicitando a afetividade como um peso importante nesta escolha. Pode-se inferir nessas respostas que a grande questão acerca da vontade em

mudar de endereço não é o bairro de Rio Doce em si, mas sim o impacto dos trajetos que necessitam serem realizados no dia a dia.

Foi perguntado, ainda, na questão seguinte, se essa mudança de endereço significaria a extinção dos vínculos afetivos existentes entre os respondentes e o bairro, ou se estes continuariam existindo (gráfico 06). Nesse sentido, para a grande maioria dos participantes da pesquisa, os laços afetivos se manteriam intactos mesmo que passassem a conviver distantes do bairro, enquanto para a menor parte dos respondentes os laços se perderiam ou não existiam desde o primeiro momento.

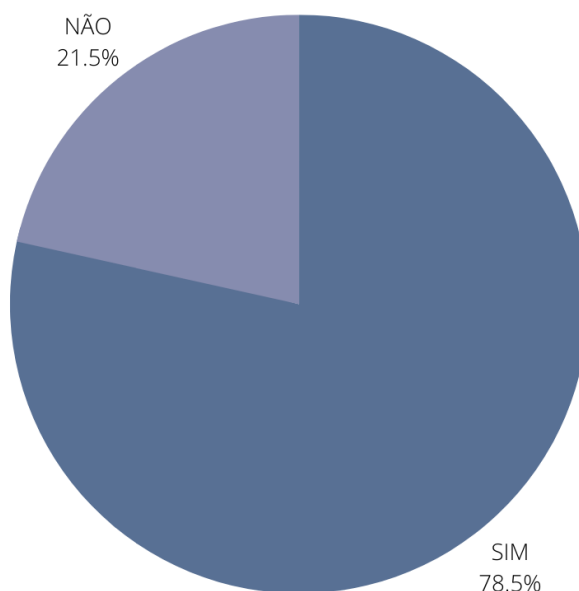


Gráfico 06: Percentual de respondentes que consideram, ou não, que os laços afetivos com o bairro seriam mantidos apesar de uma eventual mudança de endereço
Fonte: Produção da autora

Adentrando ainda mais na questão da afetividade dos participantes da pesquisa em relação ao bairro de Rio Doce, foram feitas mais duas perguntas direcionadas. A primeira, buscando reconhecer se os respondentes identificam algum tipo de sentimento quando pensam no bairro. Foram disponibilizadas alternativas, com a possibilidade de marcação de múltiplas respostas, existindo ainda a possibilidade de adição de uma resposta pessoal, caso não houvesse identificação com nenhum dos sentimentos pré expostos na questão. Dessa forma, novamente, não é possível sistematizar a informação por meio de porcentagens exatas, mas sim levando em consideração os sentimentos mais citados. Assim sendo, pela análise dos dados (gráfico 07), é possível perceber que a maioria possui um sentimento de saudade ou

nostalgia quando pensa no bairro de Rio Doce. Nesse sentido, este sentimento pode explicitar a relação do bairro com a memória afetiva da população, sendo a saudade sentida um aspecto de lembrança de um tempo bom e que deixou memórias e marcas. O sentimento de alegria também é bastante citado em relação ao bairro, seguido pela emoção, que colocaremos aqui como uma expressão agri-doce de sentimentos. Foram coletadas também, apesar de aparecerem em menor frequência, respostas que dizem respeito a sentimentos negativos acerca do bairro, como tristeza, medo e raiva. Além dos indiferentes, na seção “outros” encontram-se os sentimentos descritos de forma bastante singular, como gratidão, orgulho e esperança, por exemplo.

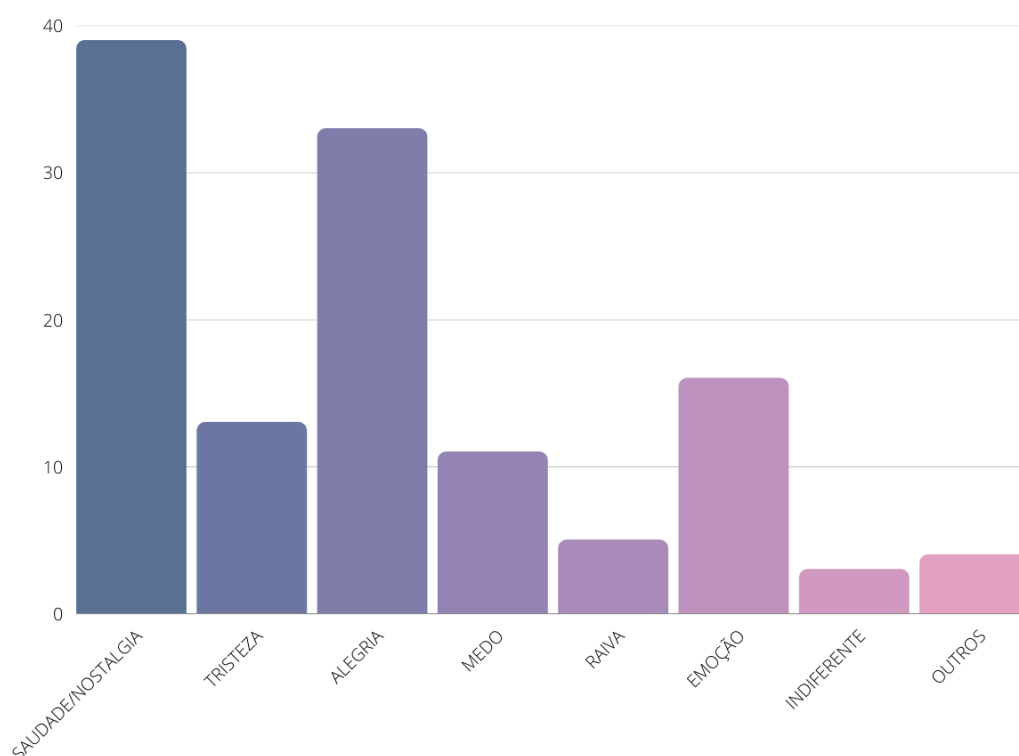


Gráfico 07: Sentimentos mais recorrentes para os respondentes, quando considerado o bairro de Rio Doce
Fonte: Produção da autora

Por fim, atrelado a essa questão, foi questionado aos respondentes se, além do sentimento, possuíam alguma memória afetiva ao pensar no bairro de Rio Doce. A partir de suas respostas (gráfico 08), nota-se que a imensa maioria diz respeito a memórias relativas à infância e/ou juventude, possuindo o bairro como lugar importante para consolidação de memórias pessoais. Na sequência, memórias afetivas relativas à família e a amigos, e relativas aos tempos e situações de escola,

novamente tendo o bairro como espaço importante para as histórias pessoais que fizeram parte da construção íntima de cada um dos participantes da pesquisa.

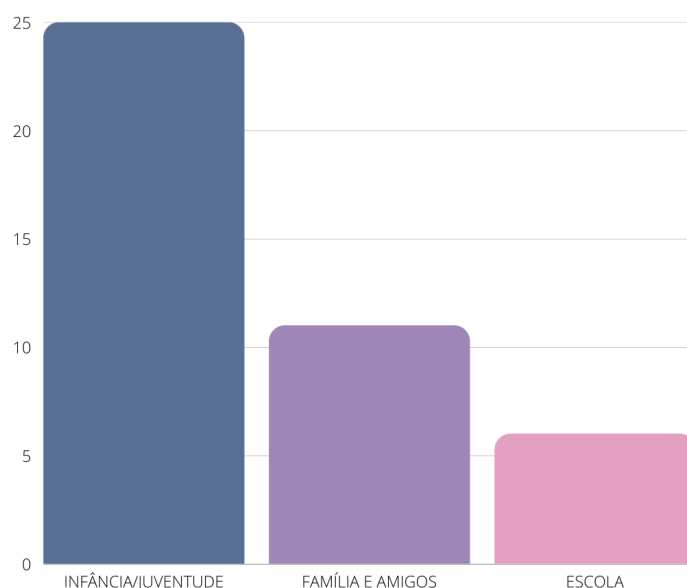


Gráfico 08: Memórias afetivas mais recorrentes para os respondentes, quando considerado o bairro de Rio Doce

Fonte: Produção da autora

Com a análise dos dados coletados com o formulário, foi possível identificar que, na maioria dos participantes da pesquisa, a grosso modo, existe um forte sentimento de afetividade em relação ao bairro de Rio Doce. As respostas demonstram que dentro do bairro de Rio Doce existe um sentimento de união, não falando sob o aspecto organizacional da sociedade, mas sim de um sentimento de pertencimento e colaboração, expresso aqui na questão acerca do senso de comunidade. Percebe-se, também, que em muitas respostas foram utilizadas exatamente as palavras “afetivo”, “identidade” e/ou “memória”, fator que esclarece e demonstra ainda mais a importância do bairro na construção pessoal individual de cada um enquanto parte desse bairro. Assim sendo, percebe-se que o valor afetivo se faz extremamente presente no bairro de Rio Doce e é compartilhado nessa materialidade, nesse espaço, articulando-se através da produção de memórias afetivas e identidades, sendo possível encontrar, também, um forte sentimento de pertencimento ao local, referenciado nas respostas até mesmo como “meu país”.

3. O VALOR FORMAL: UMA AUSÊNCIA?

A apreensão de um mesmo lugar pode se dar de diferentes formas, para diferentes pessoas e culturas. Na transição gradativa do conceito de espaço para o conceito de lugar, elementos são incorporados, mesmo que inconscientemente, à vivência. O valor afetivo, tratado no capítulo anterior, refere-se a parte dessas associações sentimentais que atrelam o ser humano e o ambiente. Todavia, este valor não é capaz de, por si só, exprimir as diversas instâncias em que a dimensão sentimental e sensível se interliga diretamente com a arquitetura e o urbanismo, bem como com a vida em sociedade. Dessa forma, o próximo valor a ser discutido na esfera deste trabalho, seguindo a relação dos valores componentes do valor cultural apontados por Meneses, é o valor formal.

O valor formal pode também se intitular valor estético. A estética é, aqui, como aponta Meneses, considerada no sentido de percepção. Isto é, configura-se como “oportunidade qualificada para gratificar sensorialmente e tornar mais profundo o contato de meu ‘eu’ como o ‘mundo externo’ ou ‘transcendente’” (MENESES, 2009, p.35). Dessa forma, o valor formal ou estético não diz respeito aos cânones de belo, mas tem a ver com a interligação da dimensão dos sentidos com a dimensão real, concreta, de forma que características físicas, espaciais ou decorativas, por exemplo, possam qualificar as ações e despertar sentimentos, aproximando-se à subjetividade humana num mundo de coisas compartilhadas. Tomo como exemplo, aqui, a história contada no texto de Ulpiano Meneses e trazida na introdução deste trabalho, sobre a velhinha rezando na catedral gótica. A velhinha poderia rezar em qualquer outro lugar: em sua casa, na praça, em outra igreja, mas escolhe aquela igreja em específico. Porque? Certamente, elementos qualificaram a experiência daquela senhora para que houvesse a escolha daquele local específico.

O valor formal, então, não se relaciona estritamente com as características estilísticas propriamente ditas de um bem, e sim com as particularidades que podem existir, a partir dos seus atributos formais, e serem capazes de aguçar a sensibilidade e criar uma relação significativa entre pessoa e ambiente. Nesse sentido, pode-se relacionar ao valor formal um conceito bastante discutido no

âmbito da arquitetura e urbanismo, bem como no campo da filosofia, que é a fenomenologia.

A abordagem fenomenológica “contempla em seu bojo a preocupação de aproximar-se da essência da experiência vivida pelos sujeitos” (BRANDÃO, 2017, p.23). A fenomenologia, no âmbito da filosofia, já foi bastante discutida por filósofos como Edmund Husserl, a quem se relaciona a criação da fenomenologia. Para ele, como aponta Martins (2019), a fenomenologia difere de outras correntes filosóficas pois estas são tidas como atitudes naturais, enquanto a questão fenomenológica se conecta com a busca pela essência. Nesse sentido, Husserl aponta a íntima relação da fenomenologia com a dimensão do “eu”, salientando seus aspectos importantes. Para Husserl, como aponta Trzan-Ávila (2020), não existe o objeto sozinho, nem tampouco objetos refletidos na consciência, e sim uma consciência que só existe em função de um objeto. Dessa forma, não existindo por si só e estando sempre relacionada ao objeto, cria-se uma correspondência entre consciência e intencionalidade. Martin Heidegger, outro importante filósofo alemão, discípulo de Edmund Husserl, também tem sua produção intimamente ligada à fenomenologia. Heidegger, segundo Trzan-Ávila, “afirma que a existência é intencionalidade, nesse sentido, [Heidegger] não refuta ou supera, mas leva as ideias de Husserl às últimas consequências” (2020, p.1152). Ainda segundo o autor, características tidas como humanas, de acordo com Heidegger, não seriam inerentes a este, e sim historicamente adquiridos e constituídos. Assim sendo, o homem, chamado pelo autor pelo termo *Dasein* (ser-aí), tem sua maneira de ser diretamente orientada pelo mundo que o cerca, construindo, então, uma familiaridade.

A contribuição fenomenológica no campo da filosofia abriu espaço para que esse conceito fosse discutido e englobado em outras esferas, enraizando-se em outros campos, como por exemplo a sociologia, a psicologia e o direito. Na arquitetura, a fenomenologia também foi abordada e incorporada às produções, tanto teóricas quanto projetuais. As considerações feitas pela fenomenologia colocaram o ser humano e sua sensibilidade no cerne das discussões e da questão da produção arquitetônica, incentivando um pensamento que prezava pela experiência. Nesse sentido, o pensamento fenomenológico influenciou, por exemplo, na escolha do jogo para articulação das formas, do uso da luz e da sombra, da maior inserção da

natureza na arquitetura, entre outros. O arquiteto e teórico Christopher Norberg-Schulz, por exemplo, é um grande expoente da fenomenologia no campo da arquitetura. Norberg-Schulz ficou conhecido como o arquiteto que iniciou a introdução do pensamento e das práticas fenomenológicas no campo da arquitetura. No que concerne à sua obra teórica, o autor escreve alguns livros em que discorre sobre as sensações e interpretações presentes no ambiente. Entretanto, em sua obra *Genius Loci*, ou “O espírito do lugar”, o autor traz a fenomenologia para o campo da arquitetura, demonstrando também ter suas ideias profundamente imbricadas pela obra de Heidegger. Assim, como aponta Reis (2017), Norberg-Schulz considera profundamente a ligação entre arquitetura e ser humano, de forma a levar em conta a percepção e atuação das subjetividades no fazer arquitetura, tomando o ato de habitar de uma forma existencialista, como sendo grande foco e objetivo da arquitetura.

Considerando, então, a natureza da abordagem fenomenológica, e relacionando-a ao valor formal citado na bibliografia produzida por Ulpiano Meneses, pode-se entender que o corpo físico da edificação não é tido como o único e verdadeiro detentor de valor, simplesmente pelas belas formas que possa possuir, mas sim como um catalisador de sensações e emoções que serão desenvolvidas pelo usuário de um espaço, através de elementos como iluminação, ventilação, jogo de aberturas e fechamentos, entre outros. Dessa forma, trazendo novamente o exemplo da velhinha utilizado por Meneses, o que provavelmente a faz frequentar o espaço da catedral gótica para realizar sua oração não é o simples fato de precisar orar em algum lugar, e sim de que forma aquele local qualifica a experiência da oração, influenciada diretamente pelo ambiente com arcos, abóbadas, um grande pé direito que faz com que o teto da edificação quase “toque o céu”, a iluminação que entra pelos vitrais, a monumentalidade e imponência das características da arquitetura gótica. É comum imaginar, então, que esse lugar, que desperta emoções e faz com que o usuário seja envolvido pela percepção aguçada causada por elementos atrelados à arquitetura, apenas aconteça diante de uma obra de arte, um grande feito arquitetônico, com todo o aparato possível e necessário ao despertar dessas sensações. Entretanto, no âmbito deste trabalho, como problematizado nos capítulos anteriores, as discussões e questionamentos estão direcionados aos conjuntos habitacionais do bairro de Rio Doce. Nesse sentido, questiona-se de que

forma o local poderia ser um detentor de valor formal, em seus espaços e arquiteturas, e se, de fato, este valor pode ser verdadeiramente percebido no bairro. Pela tendência comum que nos é incitada em sociedade, de acordo com o *Discurso Autorizado do Patrimônio*, já citado, o olhar, na maioria das vezes, pode tender a se voltar para o bairro com a quase que imediata certeza de que nessa localidade não deve se encontrar nenhum espaço, lugar ou obra que possua aspectos enriquecedores da experiência. Isto ocorre porque, conforme discutido durante o trabalho, até o presente momento, a visão do que tem valor e merece continuar a ser valorizado e preservado ainda é extremamente imbricada pela imagem das arquiteturas tradicionais.

Ao se observar as bibliografias existentes que abarcam as esferas do patrimônio e dos conjuntos habitacionais, pode-se notar que a presença de discussões acerca da fenomenologia e do valor formal, nesses conjuntos, não é abordada. Por exemplo, é possível identificar na rica contribuição de Castriota e Araújo (2009), a discussão de características dos conjuntos habitacionais trabalhados, no caso, os conjuntos relativos ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI). São englobados aspectos cognitivos e afetivos, e ainda, aspectos relativos à sua forma propriamente dita, entretanto, não se discorre sobre questões que articulam forma e percepção. Da mesma maneira, a produção acadêmica de Flávia Nascimento (2007), também acerca de conjuntos habitacionais e patrimônio cultural, possui foco em aspectos cognitivos e afetivos, identificando-os e discutindo-os nestes espaços, enquanto o valor formal continua se fazendo ausente. Nesse sentido, pode-se levar como hipótese que, provavelmente, o valor formal tido como percepção não se encontra nos espaços de conjuntos habitacionais, em contraponto com os valores cognitivos e afetivos, pois estes últimos expressam esses bens como frutos de momentos históricos e relações constituídas no cotidiano daqueles conjuntos e daquelas populações, enquanto a fenomenologia inscrita no valor formal necessita de um meio físico que qualifique a experiência do usuário, meio este que, em um contexto de articulação de poucos recursos para moradia coletiva, acaba, na maioria das vezes, não se concretizando.

Nesse sentido, no que concerne ao bairro de Rio Doce, é necessário analisar os espaços a partir das sensações que estes, por suas qualidades físicas, podem

despertar em seus usuários, de forma que se tornem especiais, únicos, dotados de elementos que trazem sentido à experiência. Para isso, foram efetuados dois tipos de procedimentos para investigar o tipo de ligação dos usuários com os espaços no bairro.

Um desses procedimentos são as visitas de campo, que se fazem de suma importância, pois possibilitam a melhor compreensão da dinâmica de alguns espaços no bairro, de forma que suas atmosferas sejam sentidas, bem como a forma como esses espaços são apropriados pela população, em busca da elucidação dos motivos pelos quais estes espaços são escolhidos.

A outra abordagem se deu por meio de formulário.² Este, como antes já dito, obteve respostas de 65 pessoas vinculadas ao bairro de Rio Doce, sejam moradores, ex-moradores, pessoas com familiares residentes no local, trabalhadores, entre outros. Assim, foram vinculadas ao formulário perguntas que faziam referência a espaços específicos, bem como perguntas que criavam oportunidade para que esses locais fossem citados espontaneamente pelos respondentes. Dessa forma, a inclinação dessas respostas, coletadas e analisadas buscando ter noção dos espaços mais citados pelos participantes da pesquisa, permitem a formulação de um parecer sobre a questão do valor formal no bairro de Rio Doce.

Foi observado, então, nas visitas de campo, que alguns lugares do bairro de Rio Doce possuem utilização intensa da população, alguns deles, por seu apelo mais relacionado à economia, como a feira e o terminal de ônibus, por exemplo, se enquadram mais adequadamente no valor pragmático, ficando expressos no próximo capítulo. No sentido do valor formal, as visitas de campo expressam uma larga utilização do espaço da Vila Olímpica de Rio Doce, sendo conveniente indagar se este local pode representar o valor formal, na esfera do bairro. A Vila Olímpica é um espaço em que se observa grande concentração de pessoas todos os dias da semana, em detrimento a outros espaços do bairro, visando principalmente a prática de esportes e caminhada, além de outras atividades desenvolvidas no local, como

² O formulário é o mesmo que coletou as informações acerca do valor afetivo, no capítulo anterior. É importante salientar que os dois valores, afetivo e formal, estão intimamente relacionados, apesar de possuírem uma grande distinção, da mesma forma que o valor expresso no próximo capítulo deste trabalho, fator este que permite que as informações sejam coletadas em um mesmo instrumento, sem prejuízos.

as relacionadas à cultura, dança e música, por exemplo. Possui pistas de cooper, equipamentos relativos à academia da terceira idade, ginásio, campos de futebol, quadras, entre outros (Imagens 38 e 39).



Imagem 38: Academia da terceira idade, Vila Olímpica, Rio Doce.
Fonte: <https://www.olinda.pe.gov.br/>



Imagem 39: Ginásio da Vila Olímpica, Rio Doce, 2022.
Fonte: Acervo da autora

Observa-se que esse espaço é amplamente procurado principalmente nos horários do início da manhã, a partir das 5:00 horas, e no período de final da tarde e início da noite, a partir das 16:00 horas. Assim, ao analisar as respostas obtidas pelo formulário aplicado, percebe-se que esse mesmo local, a Vila Olímpica, foi intensamente citado como resposta a perguntas voltadas à investigação acerca de espaços possuidores de valor, sendo citada também como forma de ilustrar as memórias afetivas dos respondentes. Nesse sentido, em um primeiro momento, correlacionando esse tipo de resposta com o fato desse espaço ser largamente utilizado durante todo o dia no bairro, pode-se criar a pergunta, como no caso da velhinha na catedral gótica, sobre que tipo de aspecto qualificaria esse espaço de forma que ele se torne referência para as pessoas.

Sem sombra de dúvidas, esse espaço se mostra de grande importância para Rio Doce e sua população. Entretanto, não é possível determinar, dessa forma, se essa importância e esse uso acentuado do espaço é proveniente de alguma relação direta entre esse local em específico e as percepções provocadas por ele nos usuários, de forma a criar uma conexão fenomenológica. A Vila Olímpica trata-se de uma grande praça dotada de campos e quadras, representando o principal local de prática de esportes e lazer no bairro. Porém, de acordo com as respostas obtidas no formulário, não se pode afirmar que esse equipamento transcende o significado do valor afetivo (esse sim, expresso seguramente nessas respostas) e passa a englobar também a esfera do valor formal. Dessa forma, tendo também as discussões dos capítulos anteriores em mente, pode-se inferir, também, que o mais provável é que a utilização desse espaço em larga escala se dá, ainda, por conta da elevada periferização do bairro em detrimento à outras áreas da cidade, o que dificulta o acesso dessa população a outros espaços para realização destas mesmas atividades. É notório, também, que os horários de pico da utilização destes espaços coincidem com os horários livres que a população trabalhadora pode encaixar em sua rotina diária, como horas antes do trabalho, ou horas após chegar em casa.

Da mesma forma que é possível indagar se a Vila Olímpica representa um local de amplo uso pelos moradores do bairro de Rio Doce pelas percepções desencadeadas pelo espaço nos usuários, criou-se o questionamento, no âmbito

deste trabalho, acerca da produção musical de Chico Science, que teve início no bairro de Rio Doce, como citado no capítulo anterior. De fato, a obra de Science menciona bastante os manguezais, ecossistema que, no início da ocupação mais intensiva do bairro de Rio Doce, era bastante presente no local, inclusive cultivando-se a prática de pegar caranguejos. Entretanto, essa citação ao manguezal, que com certeza fez parte da infância e juventude do autor no bairro, não chega a fazer referência direta a Rio Doce.

Pelo exposto, entendemos, neste trabalho, que o bairro de Rio Doce, com seu desenho urbano e arquitetônico, não qualifica as práticas sociais. Realizar uma reflexão sobre a Vila Olímpica a partir da curiosidade sobre seu valor formal foi um caminho interessante, que parece, contudo, nos apontar na mesma direção: a de que outros valores, como o cognitivo, o afetivo e o pragmático são os valores marcantes desse conjunto.

4. O VALOR PRAGMÁTICO: EM RIO DOCE MESMO, TUDO SE RESOLVE

O quarto e último componente do valor cultural a ser abordado neste trabalho é o valor pragmático. De acordo com o dicionário, a palavra “pragmático” pode ser definida como o

que é prático, direto; que realiza algo de maneira objetiva sem se desviar do seu propósito; prático, objetivo, direto. Que se preocupa com uma ação concreta e eficaz, por oposição ao teórico; prático. Que considera o aspecto objetivo das coisas, por oposição ao aspecto abstrato; objetivo. [Linguística] Pertencente ou relativo à pragmática, à teoria que analisa a linguagem partindo da interação entre a pessoa que fala (falante) e o efeito que sua fala tem na pessoa que ouve (ouvinte). [Filosofia] Que se refere ou pertence ao pragmatismo; que tem o valor prático como critério de análise. (PRAGMÁTICO, 2021).

Ulpiano Meneses define o valor pragmático como “valores de uso percebidos como qualidades” (MENESES, 2012). Nesse sentido, diferentemente do valor formal, abordado no capítulo anterior, o valor pragmático não diz respeito a uma qualidade sensorial despertada por meio de elementos arquitetônicos e urbanísticos, mas sim, a uma percepção de qualidade criada a partir da utilização de um determinado local ou espaço. Dessa maneira, este valor relacionado ao uso, não sendo interligado necessariamente à dimensão formal e física do local, relaciona-se, então, com a esfera econômica, fator que promove a qualificação do local e incita cada vez mais sua utilização. Segundo Lacerda, o valor econômico está na capacidade de um bem em ser útil (2012, p.48). Assim sendo, tendo em vista os espaços urbanos, esse valor acaba por se expressar em locais que possuem uma grande demanda de utilização, englobando a oferta e procura nas áreas habitacionais, administrativas, comerciais e culturais, por exemplo (LACERDA, 2012, p.48). No exemplo utilizado pelo autor em seu texto, novamente sobre a velhinha na catedral gótica, Ulpiano aponta que as condições de uso disponíveis devem ter sido capazes de qualificar a prática da senhora, juntamente com os elementos que oferecem qualidade estética.

No que concerne à análise do valor pragmático no objeto de estudo deste trabalho, o bairro de Rio Doce, se faz necessário retomar alguns elementos já citados nos

capítulos anteriores para compreender de que forma esse aspecto pode ser encontrado no local.

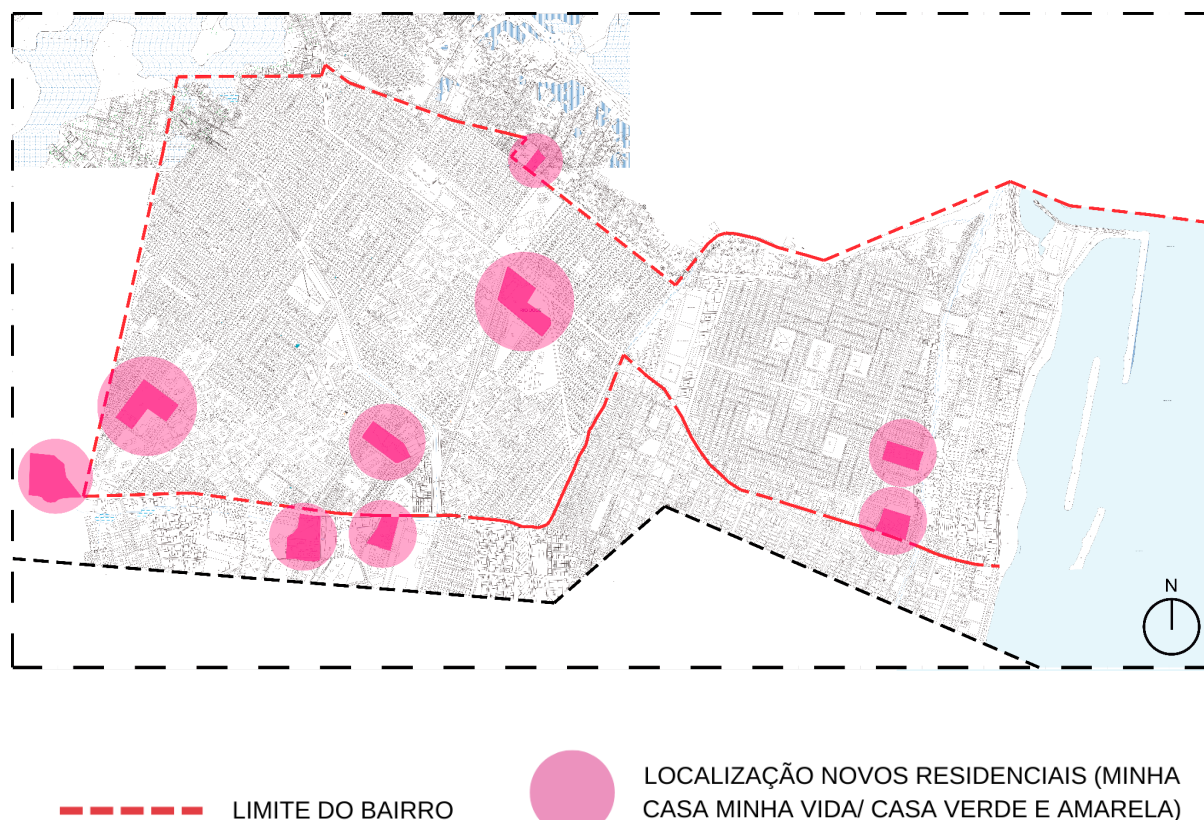
Rio Doce é um bairro que, atualmente, caracteriza-se por sua alta densidade demográfica, possuindo cerca de 13.172 habitantes/km² (CENSO IBGE, 2010). Nesse sentido, pode-se observar que a forte presença do uso habitacional no bairro é uma de suas maiores características, tendo em vista sua consolidação através do conjunto habitacional promovido pelo BNH/COHAB, e o crescimento posterior dos parcelamentos que não mais possuíam ligação com a política governamental do momento.

Assim sendo, no tocante à área habitacional, o bairro de Rio Doce continua, desde sua criação no final dos anos 1960, a se desenvolver, passando a abrigar outras tipologias habitacionais diferentes daquelas originais de sua fundação. Acerca dessa evolução, seria interessante, e, ao mesmo tempo, até mesmo de grande relevância, realizar uma análise acerca de como opera a valorização imobiliária no local, e de como o mercado se comportou e vem se comportando no bairro de Rio Doce. Entretanto, não é possível realizar esse tipo de análise no âmbito de um trabalho de conclusão de curso, uma vez que seriam necessários estudos mais aprofundados e específicos acerca do assunto, o que, nesse caso, poderia afetar o foco central da discussão.

Assim sendo, retomando a reflexão acerca do viés de transformação nas tipologias encontradas no bairro, pode-se observar no local, com ênfase a partir dos anos 2000, a construção de alguns edifícios de apartamentos que, diferentemente dos encontrados na IV etapa do conjunto habitacional Rio Doce, não eram fruto das construções da COHAB. Nos últimos anos, observa-se uma tendência à intensificação da ação do mercado imobiliário na área, com o notório crescimento da presença de condomínios fechados, equipados com área de lazer completa, por exemplo (Mapa 12).

Esses condomínios recentes, encontrados no bairro de Rio Doce, em sua grande maioria, fazem parte dos atuais programas habitacionais do governo federal, como o Casa Verde e Amarela (antigo Minha Casa Minha Vida), por exemplo, sendo alocados em espaços vazios ou subutilizados, ainda existentes no bairro.

A maioria desses condomínios se instalam, principalmente, em áreas próximas à Avenida Brasil, principal avenida do bairro, ou de outras vias com grande fluxo. No entanto, é possível encontrar, também, condomínios a serem edificadas em áreas de ocupação irregular, inserindo-se num contexto onde já existiam construções e moradias, retiradas para a construção destes.



Mapa 12: Novos residenciais que possam ter vínculo com os programas atuais do governo federal relativos a habitação
Fonte: Produção da autora

De acordo com Vannuchi *et al.* (2019), a partir do Comentário Geral nº 4 (1991), do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, não é mais admitida a ideia de moradia como abrangendo apenas o invólucro formador do espaço, estabelecendo-se sete componentes fundamentais para que a habitação, de fato, se consolide, sendo eles: habitabilidade; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; localização adequada; adequação cultural; acessibilidade; segurança da posse; e custo acessível (2015, p.2). Ainda de acordo com o mesmo estudo, a localização padrão para essas construções costuma ser “periferias longínquas e sub-equipadas, muitas vezes apartadas do tecido urbano, com

condições precárias de urbanidade e de acesso aos serviços e a vida da cidade.” (Vannuchi *et al.* 2019, p.8).

Nesse sentido, as moradias que abarcam os programas habitacionais mais recentes do governo federal, em Rio Doce, continuam sendo construídas na periferia, pois o bairro, como já dito, encontra-se no extremo norte da cidade de Olinda. Entretanto, essas novas construções desfrutam, diferentemente do que sugere o padrão da localização dos empreendimentos habitacionais atuais, de uma localidade já consolidada em termos de infraestrutura urbana, apesar de ainda ser inegável que o bairro de Rio Doce, como um bairro pobre e periférico, ainda sofre com determinados problemas físicos e sociais (Imagens 40, 41, 42 e 43).



Imagem 40: Condomínio Duarte Coelho, I etapa de Rio Doce. 2022
Fonte: Acervo da autora



Imagem 41: Condomínio Terezinha Figueirôa, I etapa de Rio Doce. 2022
Fonte: Acervo da autora



Imagem 42: Condomínio Vila Esmeralda, ainda em construção. III etapa de Rio Doce. 2022
Fonte: Acervo da autora



Imagem 43: Condomínio Parque Recanto do Farol, III etapa de Rio Doce. 2022
Fonte: Acervo da autora

Assim sendo, se o bairro de Rio Doce possui uma veia tão forte no que concerne à habitação, desde a criação do Conjunto Habitacional Rio Doce sob a política do governo militar, até a construção de diversos condomínios que podem estar atrelados ao regime habitacional atual do governo, do ponto de vista do valor pragmático, o que, enfim, qualifica a procura e intensificação cada vez mais forte desse uso no bairro? É imprescindível, nessa perspectiva, entrar em outro ponto que se faz, hoje, uma das características mais marcantes do bairro de Rio Doce: o comércio.

No início, com somente as primeiras etapas do conjunto habitacional construídas no bairro, conforme apontado no capítulo 1, o local não possuía a infraestrutura necessária para abrigar dignamente os milhares de habitantes que, repentinamente, se viram residindo em um local onde nem ao menos tinham a possibilidade de comprar itens básicos do dia a dia, sendo obrigados a se deslocarem para o outro lado da cidade ou, até mesmo, para a cidade de Recife. Por infraestruturas, podemos inferir a ausência de comércios no local, a precariedade de serviços como coleta de lixo, oferta de transporte público e a insuficiência da quantidade de equipamentos de saúde e educação, por exemplo.

Assim sendo, por sua localização e sua falta de instrumentos que viabilizassem o cotidiano no local, o bairro de Rio Doce precisou se desenvolver de forma um pouco diferente de alguns outros bairros. Dessa forma, seu crescimento foi acompanhado, também, por um grande crescimento na oferta de comércio, no que diz respeito tanto à sua quantidade como à sua diversidade.

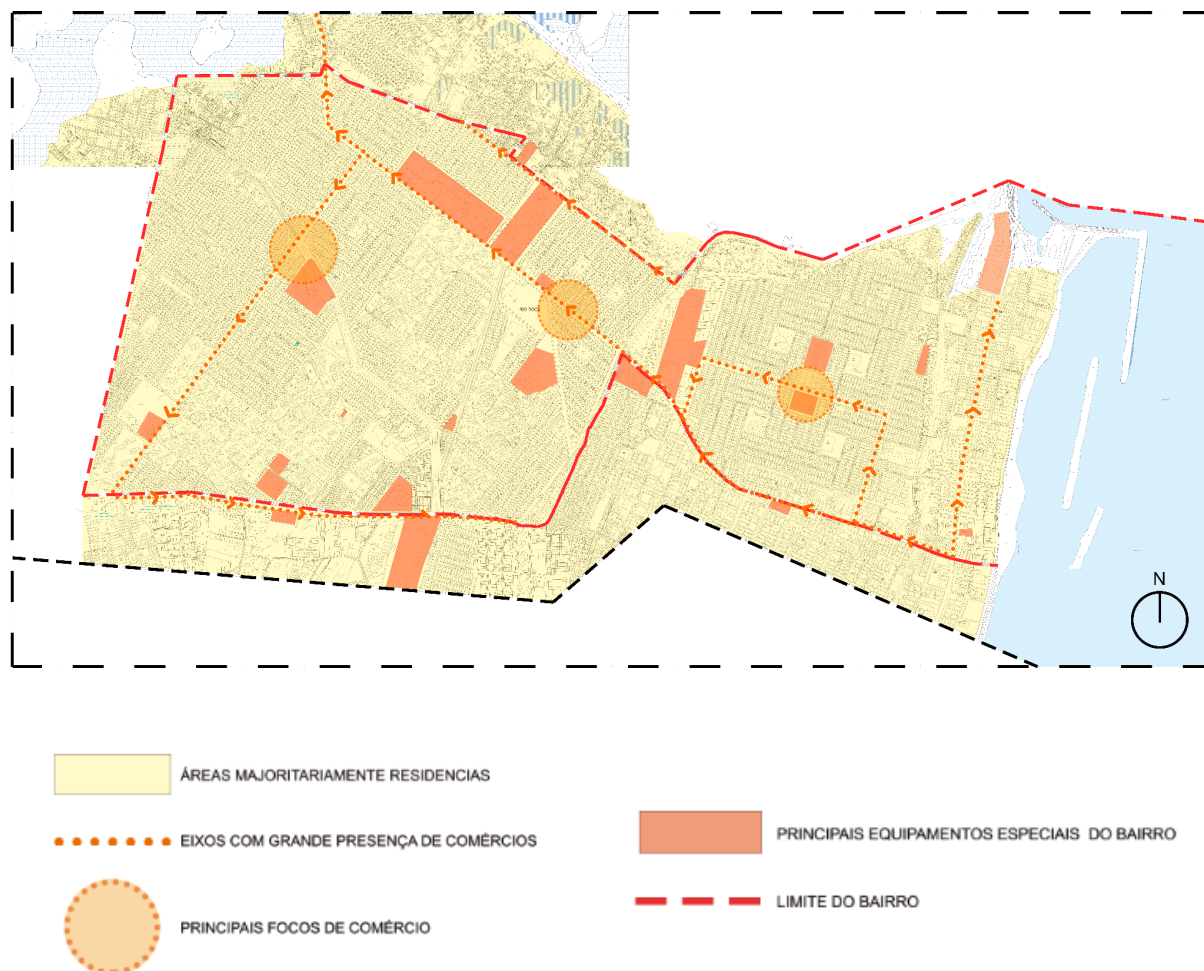
Essa lacuna referente às estruturas de comércio e serviço no bairro de Rio Doce foi preenchida de forma extremamente satisfatória, também, devido ao fato de que constituiu uma oportunidade para moradores do bairro e das redondezas empreenderem, fazendo disso sua renda principal, ou complementando uma renda existente.

Dessa forma, hoje, o bairro de Rio Doce possui uma das mais variadas gamas de comércio da cidade de Olinda, possibilitando, na maioria dos casos, que não seja necessário deixar o bairro para conseguir adquirir algo, desde alimentos à itens de vestuário, perfumaria, eletrônicos, móveis, entre outros. Da mesma forma, a oferta de serviços também foi bastante ampliada, bem como a oferta de equipamentos públicos relativos à saúde e educação, como visto anteriormente.

Assim sendo, as variáveis comércio/serviços e habitação acabam por figurar de duas maneiras, no que concerne ao valor pragmático. A primeira delas, é o valor pragmático que cada uma delas possui para o bairro de Rio Doce. Nesse sentido, a pura oferta abundante de comércio e serviços no local já configura, por si só, um qualificador do uso comercial e econômico, fazendo com que não somente as pessoas que residem no bairro se beneficiem e apreciem essa característica, mas trazendo habitantes dos bairros vizinhos à procura de itens que não encontram perto de seus espaços de moradia.

Por outro lado, essa veia forte de comércio e serviços é um viabilizador da intensificação da prática de morar no bairro, pois transforma-o em um local com maior qualidade para o habitar da população, evitando grandes deslocamentos para sanar necessidades básicas do dia a dia. Da mesma forma, em contrapartida, a atividade habitacional também acaba por qualificar a atividade econômica do comércio, fornecendo a demanda necessária para que ele prolifere. Analisando o bairro por esse ponto de vista, então, pode-se perceber o valor

pragmático/econômico/de uso ficando expresso, principalmente, nos âmbitos habitacionais e comerciais do local (Mapa 13). Levando em consideração o formulário aplicado com as pessoas que possuem ou possuíram relação com o bairro de Rio Doce, fica nítida em sua análise a presença do valor pragmático.



Mapa 13: Eixos comerciais, áreas majoritariamente residenciais e equipamentos especiais do bairro de Rio Doce
Fonte: Produção da autora

Assim sendo, a força da ampla rede de comércio e serviços existentes no bairro de Rio Doce pode ser observada, principalmente, nas respostas de duas questões, em específico. A primeira delas, buscava saber dos respondentes da pesquisa se, segundo eles, o bairro de Rio Doce possui alguma qualidade não encontrada nos demais bairros da cidade de Olinda, obtendo resposta positiva da grande maioria. Nesse sentido, a próxima pergunta buscou elucidar quais elementos, então, os participantes consideravam quase que restritos ao bairro de Rio Doce. Assim sendo, pode-se observar duas coisas: de maneira geral, conforme demonstra o gráfico 09, a maioria dos respondentes citou elementos relativos à mobilidade urbana no bairro.

O bairro de Rio Doce possui um terminal de ônibus próprio, e dele partem cerca de 12 linhas de ônibus que operam interligando o bairro e as cidades de Paulista, Olinda, Recife e até mesmo Jaboatão dos Guararapes (Imagem 44).

Com a presença desse equipamento, o bairro de Rio Doce se configura em uma referência em transporte público para os bairros vizinhos, pois possui uma oferta muito superior a estes, fazendo com que haja até mesmo deslocamentos em busca destes transportes. Além da oferta de ônibus que serve o terminal de Rio Doce, operam ainda outras linhas que interligam o bairro com o restante da cidade de Olinda e com parte da cidade de Paulista, complementando ainda mais a oferta no local.

Pela resposta obtida no formulário, nota-se que este local possui grande importância para os que dele se utilizam ou já utilizaram, fator que denota a presença do valor de uso neste local.

Foi possível apreender, ainda nas respostas a essa questão do formulário, que grande parte dos respondentes também citaram a grande quantidade e variedade de comércios presentes no bairro como uma qualidade do local, ideia expressa por frases como “É um dos maiores, se não, o maior bairro de Olinda”. E em Rio Doce mesmo tudo se resolve. Tem de tudo, desde terminal próprio até a Vila Olímpica.” (RESPOSTA Nº26), ou “Como é longe de tudo, tem uma espécie de mini-cidade dentro de Rio Doce” (RESPOSTA Nº50). Quando perguntados sobre a existência de algum elemento físico que pudesse ilustrar a qualidade relatada na pergunta anterior, a maioria, novamente, citou o terminal de ônibus do bairro. Foram citados, ainda, a Vila Olímpica, importante espaço de esportes e lazer; a feira de Rio Doce, outro importante ponto comercial do bairro, além de elementos relativos às habitações, como as ruas e os prédios construídos pela COHAB. (Gráfico 10)

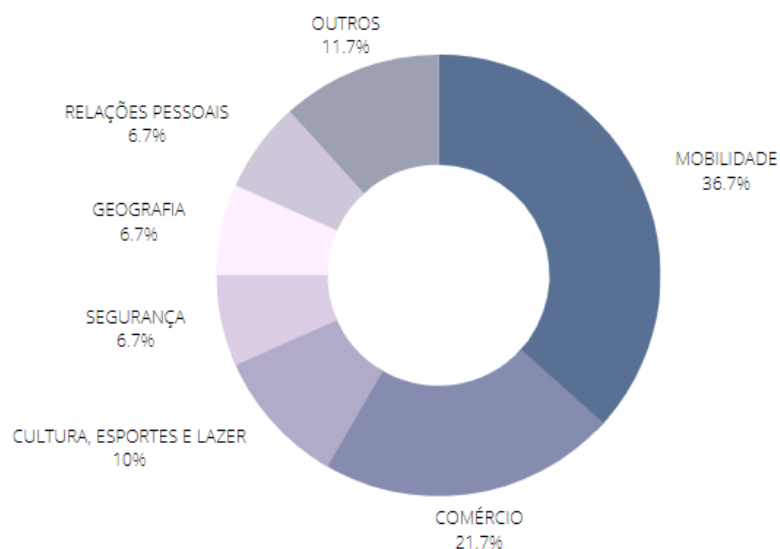


Gráfico 09: Qualidades específicas do bairro de Rio Doce, não possuídas pelos demais bairros da cidade de Olinda, segundo os participantes da pesquisa
Fonte: Produção da autora

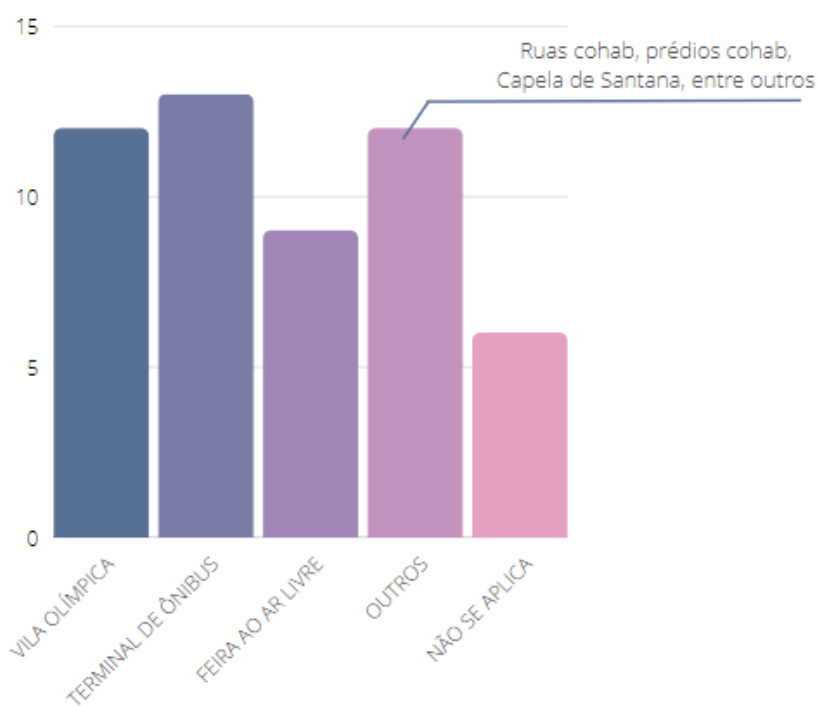


Gráfico 10: Locais que simbolizam as qualidades específicas do bairro de Rio Doce, segundo os participantes da pesquisa
Fonte: Produção da autora



Imagem 44 - Terminal de ônibus de Rio Doce, IV etapa. 2022
Fonte: Acervo da autora

A feira de Rio Doce, como citado pela população, de fato demonstra bastante a presença do valor pragmático no bairro (Imagem 45). O equipamento funciona há décadas no bairro, desde pouco depois de sua fundação, e segue sendo um dos principais pontos comerciais do bairro. Na feira é possível encontrar desde frutas, verduras e legumes, aos mais variados tipos de proteínas, sendo possível, inclusive, adquirir caranguejos ainda vivos. Encontra-se, ainda, no local, barracas comercializando ervas, roupas, doces e utensílios domésticos, por exemplo. Há também a presença de pequenos restaurantes que servem comida regional, caseira e muito simples, sendo o café da manhã e o almoço bastante procurados pela população local. O mercado da feira, edificação também antiga e existente no local, encontra-se, hoje, subutilizado, com sua estrutura bastante prejudicada e a maioria de seus boxes sem utilização (Imagem 46). A maioria dos boxes ainda em funcionamento são voltados para o exterior, onde ficam as barracas ao ar livre, ou ficam em um local onde há saída para a rua de trás, possuindo fluxo de pessoas.



Imagem 45 - Feira de Rio Doce, I etapa, 2022
Fonte: Acervo da autora



Imagem 46 - Situação do mercado da feira de Rio Doce, I etapa, 2022
Fonte: Acervo da autora

É interessante, ainda, para corroborar essa questão da presença do valor pragmático no bairro de Rio Doce, resgatar um fato apresentado no capítulo 2. Nele, de acordo com as respostas obtidas no formulário, a maioria da população que, possuindo a oportunidade de mudar de endereço, não deixaria o bairro de Rio Doce, considerou como ponto importante para a permanência do domicílio no local as facilidades oferecidas pelo bairro. Isto é, o valor pragmático imbricado no forte uso

habitacional e comercial do bairro de Rio Doce faz com que, em alguns casos, mesmo havendo a oportunidade de residir em um local mais bem localizado, do ponto de vista das tarefas exercidas no dia a dia, como as relativas a trabalho e estudo, por exemplo, as facilidades oferecidas pelo bairro, em termos de comércio e serviços, ainda seriam determinantes para a manutenção dessa população.

Pode-se observar, ainda, no que concerne ao valor de uso que a dimensão do trabalho e do cotidiano não é facilmente incorporada às práticas de patrimônio, bem como ao seu reconhecimento, sendo considerados usos menos nobres, conforme aponta Meneses (2006). Nessa perspectiva, o valor pragmático, relativo à economia e à vida de uma localidade é, assim como visto nos capítulos anteriores, dificilmente relacionado a uma área periférica, dificultando, novamente, a admissão desses lugares, tão ricos em diversos aspectos, como patrimônios dotados de valores culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as informações, dados e conhecimentos atrelados e relacionados ao bairro de Rio Doce neste trabalho, associados às questões trazidas pelo campo da preservação, é tirado o véu simbólico acerca das questões que relegam a esta localidade o estigma referente à sua condição de periferia.

Inicialmente, é imprescindível destacar a grande dificuldade encontrada para realização das pesquisas necessárias para a construção deste trabalho. A grande maioria das informações disponibilizadas pelo município de Olinda são, quando não inexistentes, incompletas ou insuficientes, além do fato de não serem facilmente disponibilizadas na internet para acesso público. Ainda, a situação dos acervos e secretarias do município, em termos das condições de suas instalações, dificulta tanto o armazenamento de informações, dados, mapas, fotografias, entre outros, como torna dificultosa a execução do trabalho dos servidores públicos.

Acerca da bibliografia de referência, é possível compreender que relacionar um objeto empírico a uma teoria não é trabalho fácil para um documento de conclusão de curso. É importante registrar que a grande referência conceitual, o prof. Ulpiano Bezerra de Meneses, nos explica sobre os valores, dando dicas de qual caminho seguir, nos fazendo chegar, por exemplo, na fenomenologia e nos valores, mas não explicita quais procedimentos realizar para verificar se um bem possui ou não os valores que compõem o valor cultural. Foi a partir de Rio Doce e suas pessoas e das provocações do autor que fomos construindo os passos metodológicos desta pesquisa.

Nesse sentido, então, algumas colocações postas no início do trabalho puderam, enfim, ser respondidas. Por meio dos procedimentos de pesquisas iconográficas, revisões bibliográficas e, ainda, pesquisas em busca de notícias antigas sobre o local, foi possível observar a presença de uma grande relevância histórica do bairro para além de seus próprios limites, na trajetória e desenvolvimento da cidade de Olinda. Essa relevância está contida no valor cognitivo expresso por Ulpiano Meneses (2012), onde o bem é tomado como documento ao qual se dirigem questões a fim de se obter respostas. Dessa forma, foi possível determinar que o bairro de Rio Doce é detentor desse valor cognitivo, atrelado a aspectos

construtivos, econômicos, sociais e políticos, por exemplo, relativos à época e aos motivos de sua criação, bem como ao seu desenvolvimento e consolidação.

Foi identificado, ainda, no bairro de Rio Doce, através deste trabalho, a presença do valor afetivo. Esse valor, que faz referência às experiências, à subjetividade, aos sentimentos, memória e identidade, pôde ser identificado através da aplicação e análise de formulários, com foco na população que possui relação com o bairro de Rio Doce atualmente, ou que já possuiu no passado. Nesse sentido, foi possível trazer à tona a perspectiva de um bairro que, muito além de sua imagem de um local pobre e periférico, simboliza o pano de fundo para milhares de histórias de vida, compartilhadas num mesmo lugar, representando pertencimento e identidade para a grande maioria das pessoas consultadas na pesquisa.

Ainda em relação aos valores culturais presentes no bairro de Rio Doce, foi identificada, também, a presença do valor pragmático, ou valor de uso, relativo às atividades econômicas presentes no bairro e relacionadas à comércio e/ou serviços. Através dos estudos, então, foi possível inferir que o bairro de Rio Doce, por sua localização, precisou desenvolver mecanismos para suprir suas necessidades, o que fez com que o bairro criasse uma gama de comércio e serviços diferenciada, fator esse que se fez e faz extremamente importante para o local, diferenciando-o dos demais bairros da redondeza e qualificando esse tipo de uso na área. O uso comercial cresceu e cresce, em Rio Doce, atrelado ao também intenso uso habitacional, extremamente forte na área. Nesse sentido, esse tipo de uso também acaba por representar, no bairro, um qualificador, continuando intenso e expandindo-se, conforme visto anteriormente, como se dá através da construção de condomínios residenciais mais recentes, por exemplo.

Por fim, de forma divergente, foi possível apreender, também, por meio da pesquisa, que, ao contrário dos demais valores citados, o valor estético/formal, também apontado por Meneses (2012), não possui caráter expressivo no bairro. Isso ocorre pois não foi encontrado qualquer indício concreto de que as formas e/ou a arquitetura presente no local foi responsável por qualificar e gratificar a experiência ou práticas sociais no bairro, fator que se expressou nas pesquisas ao observar que as demais bibliografias acerca de conjuntos habitacionais brasileiros costumam

debater bastante diversos aspectos dos valores culturais presentes nesses espaços, entretanto, o valor formal normalmente não figura como uma qualidade pertencente entre esses valores.

Assim sendo, fica expresso neste trabalho ao menos três valores que podem compor o valor cultural como sendo valores presentes em Rio Doce, um bairro da periferia. Nota-se, que, na maioria dos casos, a valoração positiva acaba sendo silenciada pela máscara imposta pelo *Discurso Autorizado do Patrimônio*, o que faz com que o papel e as apreensões dos atores sociais envolvidos seja negligenciado, enquanto se leva em consideração apenas as formas arquitetônicas com traços canonicamente entendidos como detentores de qualidade, para definir o que deve ou não ser preservado, o que possui ou não valores culturais, o que deve ou não ser considerado patrimônio.

Nesse sentido, mais do que responder de forma dura à pergunta colocada pela pesquisa sobre Rio Doce, preferimos deixá-la como pergunta, pois ela enseja uma reflexão maior. O conceito de patrimônio cultural se transforma e se atualiza a cada dia, é necessário olhar para o cotidiano e para os sujeitos e bens periféricos, e nos perguntar: que Brasil estamos preservando a partir dos bens comumente selecionados para compor sua história e a memória de seus diferentes grupos e qual estamos deixando de lado?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Luiz Manuel do Eirado; LOUREIRO, Claudia. **Uma figueira pode dar rosas? Um estudo sobre as transformações em conjuntos populares.** Arquitectos, São Paulo, ano 1, n. 009.06, Vitruvius, fev. 2001. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/01.009/920>>.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. A vida ao ar livre: os banhos de rio, de mar e de sol. **CLIO, Revista de Pesquisa Histórica.** Recife, v.24, n.2, p. 155-184, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24747>>. Acesso em: 12 set. 2022.

ARLINDO CRUZ. **Meu Lugar.** Rio de Janeiro: Sony Music: 2007 CD. (4m52s)

BARBOSA, Marcos. Rio Doce, em Olinda, inspira arte e resistência, Bairro é o mais populoso da cidade, concentrando 10% da população olindense. **Brasil de Fato,** Recife, 20 set. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefatope.com.br/2018/09/20/rio-doce-em-olinda-inspira-arte-e-resistencia>>. Acesso em: 12 set. 2022.

BITOUN, J; MIRANDA, L. Estrutura Espacial da diferenciação sócioocupacional na Região Metropolitana do Recife 1980 – 2000. In: RIBEIRO, Luiz C. de Q. (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Sp. (consta no CD-ROOM encartado ao livro)

BONDUKI, Nabil Georges. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Arq.urb Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo,** São Paulo, n. 1, p. 70-104, 2008. Disponível em: <<https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/81>>. Acesso em: 12 set. 2022.

BRANDÃO, Gabriela Gazola. Arquitetura e urbanismo como fenomenologia do habitar. **Geograficidade.** Niterói, v.7, n.1, p.21-33, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6266774.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2022

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 25, de 13 de janeiro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm#:~:text=suas%20obras%20completas-,Art.,patrimonio%20historico%20e%20art%C3%ADstico%20nacional.>>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4380.htm>. Acesso em: 12 set. 2022.

BRUM, Jean Lucas da Silva; SILVA, Adriano Oliveira da. O lugar da música: a música como potencialidade no ensino de conceitos geográficos. **Revista de ensino de geografia**. Uberlândia, v.6, n.10, p.61-73, 2015. Disponível em: <<http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/N10/Art-4-Revista-Ensino-Geografia-v6-n10-Brum-Silva.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2022

CARIELLO FILHO, Orlando. **As políticas federais de habitação no Brasil (1964 a 2002) e a reprodução da carência e da escassez da moradia dos trabalhadores**. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/11327>>. Acesso em: 11 set. 2022

CARTA de Burra. Austrália, 2013. **ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31_10_2013.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

CASTRIOTA, Leonardo & ARAÚJO, Guilherme. “Patrimônio, valores e historiografia: a preservação do conjunto habitacional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários – IAPI”. **Arquiteturarevista**, São Leopoldo-RS, vol. 5, nº 1, pp. 38-54, jan./jul. 2009.

CASTRIOTA, L.B. **Patrimônio Cultural. Conceitos, políticas, instrumentos.** São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

COOPERATIVAS de consumo definem hoje sua situação ante o fisco estadual. **Diário de Pernambuco**, Recife, 3 nov. 1965. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22cooperativas%22%20%22cohab%22&pagfis=39324> . Acesso em: 12 set. 2022.

COSTA, Everaldo Batista da. **Totalidade urbana e totalidade-mundo. As cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global.** 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-14032011-104656/pt-br.php>> Acesso em: 10 set. 2022.

COSTA, Francisco A. P. da. *Anais Pernambucanos: 1701 - 1739, Vol. V.* Recife: Arquivo Público Estadual, 1953.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. In: **O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial**, 2ª ed. Brasília: IPHAN, 2003. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimoniolmaterial_1Edicao_m.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022

HANA, Samir Abou. Falta a infraestrutura. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1 jun. 1969. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22cooperativas%22%20%22cohab%22&pagfis=70543>. Acesso em: 12 set. 2022.

IBGE, **Sinopse por Setores (Censo 2010)**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>>. Acesso: 11 set 2022

LACERDA, Norma. Valores dos Bens Patrimoniais. *In*: LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvia Mendes. (Org.). **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), 2012, p.45-54.

LUCAS, Edinardo Rodrigues. **Cidades na cidade: Habitação social e produção do espaço urbano em Goiânia**. 2016. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) - Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/6307/5/Dissertac%C3%A3o%20-%20Edinardo%20Rodrigues%20Lucas%20-%202016.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2022.

MAIA, Doralice Sátyro. A Periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande - PB, Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, V. 14, n.331, 2010. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ppgg/contents/producao-docente/doralice-satyro-maia/a-periferizacao-e-a-fragmentacao-da-cidade_-loteamentos-fechados-conjuntos-habitacionais-populares-e-loteamentos-irregulares-na-cidade-de-campina-grande-pb-brasil.html/view>. Acesso em: 11 set. 2022.

MARGUTI, Bárbara Oliveira. Políticas de Habitação. *In*: COSTA, Marco Aurélio; THADEU, Marcos; FAVARÃO, Cesar B. (Org.). **A nova agenda urbana e o Brasil: Insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília: IPEA, 2018, p.119-133.

MARTINS, Técio. Os fins, os meios e a sugestão de um novo início. Uma abordagem fenomenológica na historiografia da Habitação de Interesse Social no Brasil. *In*: Anais XVIII ENANPUR, 2019, Natal. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais>>. Acesso em 10 set. 2022

MASON, Randall, Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique Of “Significance”, in: **Places, a Forum of Environmental Design**, 2004, p.64-71. Disponível em: <<https://placesjournal.org/assets/legacy/pdfs/fixing-historic-preservation.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2022.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. *In*: **FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL**, 1., 2009, Ouro Preto. Anais...Brasília: IPHAN, 2012. v. 2, t. 1, p. 25-39. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf>. Acesso: 11 set. 2022

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]. *In*: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (Orgs.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo, Iphan, 2006. Disponível em: <<https://patrimonioeconservacao.files.wordpress.com/2017/11/a-cidade-como-bem-cultural-ulpianotoledobezerra.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2022

MOTTA, Lia. O patrimônio urbanístico e seus usos sociais. *In*: PAES, Maria Tereza Duarte; SOTRATTI, Marcelo Antonio (org). **Geografia, turismo e patrimônio cultural, identidades, usos e ideologias**. Coimbra, Annablume, 2017.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. “Urbanizar” e “Embelezar”: as praias de Olinda na mira dos higienistas e o confronto com a cultura marítima (1930-1942). **Cadernos de Olinda**, Olinda, V.1, n.1, 2005. Disponível em: <<https://ideasong.blogspot.com/2008/06/urbanizar-e-embelezar-as-praias-de.html>>. Acesso em: 11 set 2022.

NASCIMENTO, F. B. do. Habitação como patrimônio: a preservação dos conjuntos residenciais modernos . **Revista CPC**, São Paulo, n. 4, p. 23-39, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15605>>. Acesso em: 10 set. 2022.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Valoração de conjuntos residenciais: impasses de planejamento urbano e tombamento. *In*: XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013, Recife. **Anais do XV Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 2018. Disponível em: <<https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/422/412>>. Acesso em: 12 set 2022

NASCIMENTO, Francisco Gerardo Cavalcante do. “É hip hop na minha embolada”: o salto espetacular do break ao mangue dos jovens Chico Vulgo e Jorge dü Peixe – Recife, 1984-1994. 2019. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/26909>>. Acesso em: 11 set. 2022.

NOVAES, Ferdinando. Olinda: evolução urbana. Recife: CEPE, 1990.

OLINDA. Lei nº 5.631, de 23 de dezembro de 2008. Estabelece a lei de uso, ocupação e parcelamento do solo do município de Olinda. Disponível em: <<http://www.legisolinda.com.br/arquivos/LO/5631.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2022

PRAGMÁTICO. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/pragmatico/>>. Acesso em: 12 set. 2022.

OLINDA, Prefeitura municipal de. Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano. **Perfil dos bairros - Rio Doce - RPA 10**. Olinda, s/d.

REIS, Elisabete Rodrigues dos. Lugar do sentido. **Rev. NUFEN**, Belém , v. 9, n. 2, p. 109-123, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912017000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 set. 2022

SERVIÇO SOCIAL contra mocambos anula contratos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 25 set. 1970. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=%22servi%C3%A7o%20social%22&pagfis=8014>. Acesso em: 12 set. 2022.

SILVA, Paula Maciel. **Conservar, uma questão de decisão: O julgamento na conservação da arquitetura moderna**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11418/1/Tese%20doutorado%20Paula%20Maciel.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2022.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. Routledge. New York, NY, 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115468015010>>

SOUZA, Roberto Silva de. **Território municipal de Olinda (PE): Parcelamento do solo e diversidade dos espaços urbanos na região metropolitana do Recife**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6228>>. Acesso em: 10 set. 2022..

TRZAN-ÁVILA, Alexandre. Encontros e Desencontros entre o Pensamento de Husserl e Heidegger: Fenomenologia em Movimento. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v.20, n. spe, p.1.149-1.169, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020120000009>. Acesso: 12 set. 2022.

VANNUCHI,.Luanda Villas Boas; IACOVINI, Rodrigo Faria Gonçalves; PEREIRA, Alvaro Luis dos Santos; MOREIRA, Fernanda Accioly. *In*: XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2015, Belo Horizonte. **Anais do XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 2019. Disponível em: <<https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1583/1562>>. Acesso em: 12 set. 2022.

APÊNDICES

Apêndice 01 - Formulário aplicado para consulta dos valores acerca do bairro de Rio Doce

O bairro de Rio Doce

Este formulário é uma etapa do trabalho de conclusão de curso da aluna Dominique Porto Salvattore, orientada pela professora Renata Cabral, do departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, sobre o bairro de Rio Doce. Conto com sua resposta! Obrigada.

**Obrigatório*

1. Qual a sua idade? *

2. Qual a sua relação com o bairro de Rio Doce? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Morador(a)
- ☐ Ex-morador(a)
- ☐ Possui algum familiar morador(a) do bairro
- ☐ Trabalhador(a)
- ☐ Outro: _____

3. Caso seja morador(a) ou ex-morador(a), há quanto tempo mora(ou) no bairro?

4. Pra você, o bairro de Rio Doce possui alguma qualidade específica que outros bairros da cidade de Olinda não possuem? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

5. Se sim, qual?

6. Há algum prédio, rua, espaço público ou objeto que represente essa qualidade? Qual?

7. O que o bairro de Rio Doce significa pra você? *

8. Quais atividades você realiza no bairro hoje? Onde? *

9. Quais atividades você realizava no bairro no passado? Onde? *

10. Você considera que as pessoas do bairro de Rio Doce formam uma comunidade?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

11. Você se considera pertencente a essa comunidade? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não me sinto pertencente à comunidade	☐	☐	☐	☐	☐	Me sinto completamente pertencente à comunidade

12. Em caso de ser morador(a), você se mudaria do bairro se pudesse?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

13. Por quê?

14. Caso essa mudança ocorresse, você sente que ainda existiria algum tipo de vínculo afetivo com o bairro?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

15. Há algum prédio, rua, espaço público ou objeto que te faça lembrar do bairro ou desses laços afetivos?

16. Você acredita que exista algo no bairro que possui valor importante para as gerações (passadas, presentes e futuras)? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

17. Se sim, o que?

18. Você conhece a história do bairro de Rio Doce? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Parcialmente

19. Como você se sente ao observar as mudanças ocorridas no bairro ao longo dos anos? *

20. Você identifica algum sentimento quando pensa no bairro de Rio Doce? *
(Nessa questão, sinta-se livre para marcar mais de uma opção, caso desejar)

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Saudade/nostalgia
- ☐ Tristeza
- ☐ Alegria
- ☐ Medo
- ☐ Raiva
- ☐ Emoção
- ☐ Outro: _____

21. Há alguma memória afetiva para você, quando pensa no bairro de Rio Doce? *
(Lembrança de infância, familiar, etc)

22. Você considera algo existente no bairro de Rio Doce como digno de preservação? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

23. Se sim, o que?

24. A imagem abaixo, pra você, remete alguma lembrança? Se sim, qual? *



25. A imagem abaixo, pra você, remete alguma lembrança? Se sim, qual? *



26. A imagem abaixo, pra você, remete alguma lembrança? Se sim, qual? *



27. A imagem abaixo, pra você, remete alguma lembrança? Se sim, qual?



28. A imagem abaixo, pra você, remete alguma lembrança? Se sim, qual? *



29. A imagem abaixo, pra você, remete alguma lembrança? Se sim, qual? *



30. Há alguma questão que não foi tratada neste formulário e você considera importante de ser abordada? O quê? *
